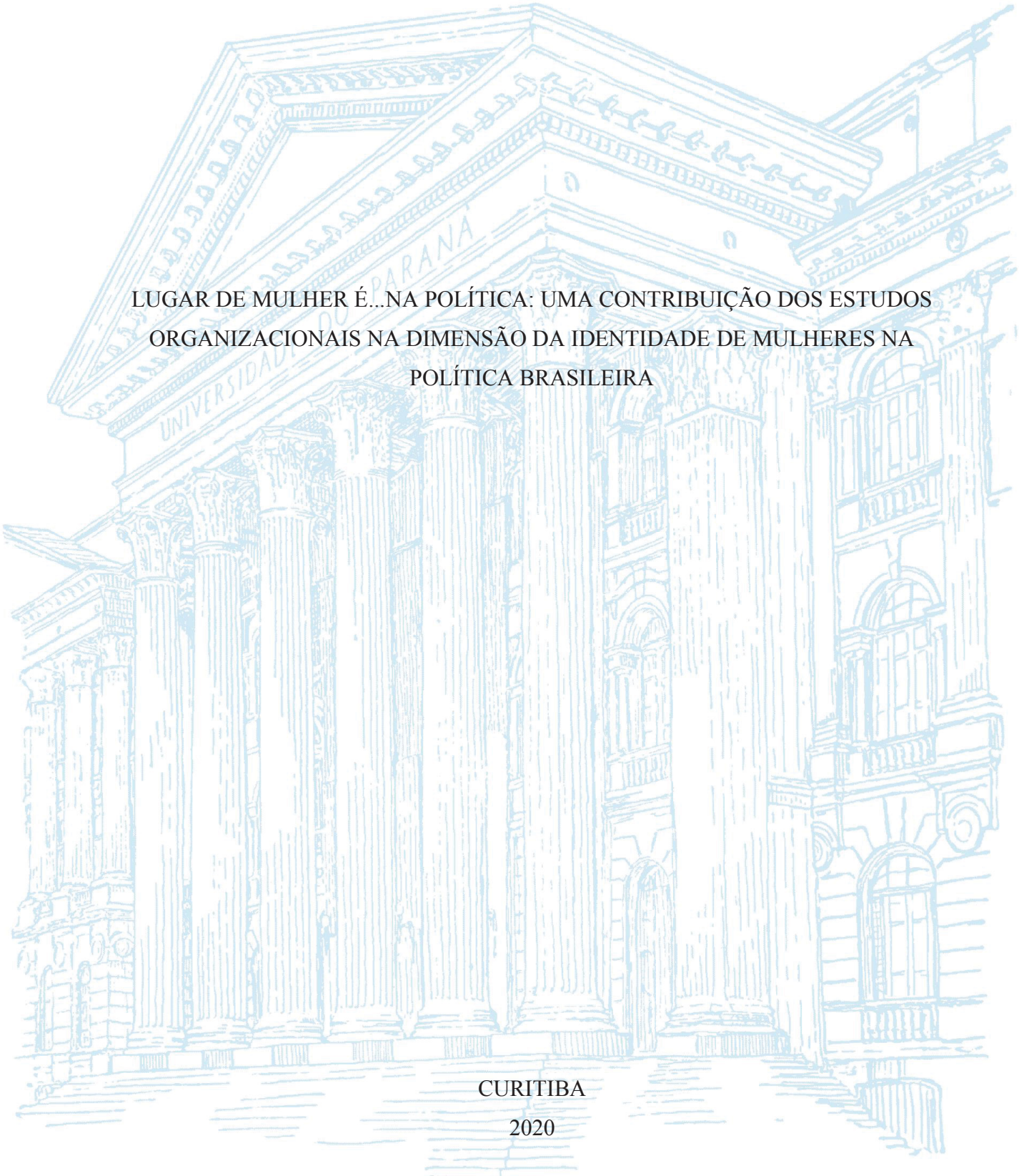
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CAMILLA FERNANDES



LUGAR DE MULHER É...NA POLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA DIMENSÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

CURITIBA

2020

CAMILLA FERNANDES

LUGAR DE MULHER É...NA POLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA DIMENSÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Administração, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Administração.

Orientadora: Profª. Dra. Mariane Lemos Lourenço.

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – SIBI/UFPR COM DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)
Bibliotecário: Eduardo Silveira – CRB 9/1921

Fernandes, Camilla
Lugar de mulher é... na política: uma contribuição dos estudos organizacionais na dimensão da identidade de mulheres na política brasileira / Camilla Fernandes. - 2020.
155 p.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Administração, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas.

Orientadora: Mariane Lemos Lourenço.

Defesa: Curitiba, 2020.

1. Mulheres na política. 2. Identidade. I. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Administração. II. Lourenço, Mariane Lemos. III. Título.

CDD 305.4

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIENCIAS SOCIAIS E APLICADAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO ADMINISTRAÇÃO - 40001016025P6

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ADMINISTRAÇÃO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **CAMILLA FERNANDES** intitulada: **LUGAR DE MULHER É... NA POLÍTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO DOS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS NA DIMENSÃO DA IDENTIDADE DE MULHERES NA POLÍTICA BRASILEIRA**, sob orientação da Profa. Dra. MARIANE LEMOS LOURENÇO, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 19 de Fevereiro de 2020.

MARIANE LEMOS LOURENÇO
Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

ADRIANA ROSELI WUNSCH TAKAHASHI
Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

JOSUE ALEXANDRE SANDER
Avaliador Externo (INSTITUTO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO E ECONOMIA - ISAE)

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Dedico este trabalho aos meus pais e irmã. Aos companheiros dessa trajetória acadêmica e a todos que fizeram parte desse processo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus por ter permitido, dentre tantas outras conquistas, a realização de um mestrado na área que sou extremamente apaixonada que é a da Administração em uma das melhores universidades desse país.

Todavia, por trás de cada conquista, há uma série de desafios vencidos e estes, com toda a certeza não teriam sido superados caso eu não tivesse o suporte e apoio de pessoas muito especiais que me ajudaram imensamente nessa caminhada.

Portanto, gostaria de agradecer aos meus pais, Arnoldo e Edena, à minha avó Elena e à minha dinda Edilene, por todo o carinho, suporte, orações e apoio que têm me dado desde cedo, por me incentivarem aos estudos e terem seguido comigo nessa caminhada, me escutando falar de assuntos aleatórios, enxugando minhas lágrimas e por estarem comigo durante a realização de mais um sonho.

Também agradeço imensamente à minha irmã Naylla por estar sempre ao meu lado mesmo distante, por me arrastar para o "mundo real" quando julgava necessário a realização de uma pausa, por me acalmar em momentos de tensão e por ser um presente de Deus todos os dias de minha vida. Meu amor por vocês só cresce.

À minha melhor amiga Fernanda Damiani por também sempre me escutar, aconselhar, incentivar e dar puxões de orelha quando necessário, por me ajudar nas traduções da vida e ser sempre tão sensacional comigo mesmo com todos os quilômetros que nos separam fisicamente.

Ao Lucas por me acompanhar nas etapas finais dessa trajetória, compartilhar dos sofrimentos acadêmicos, me aconselhar em momentos de desespero me fazendo rir diante dos mesmos, ser paciente comigo diante de minhas ausências, me incentivar a prosseguir meus sonhos acadêmicos e por entender na pele as loucuras dessa jornada.

À Samantha, minha irmã de orientação, por todo o companheirismo, apoio, publicações e parceria nesses dois anos. Finalmente, estamos chegando à tão sonhada defesa e fico muito feliz de ter partilhado esse caminho com uma pessoa tão querida.

Agradeço ao meu primeiro orientador dessa trajetória e inspiração para publicações, professor Bernardo Meyer, por ter me incentivado no período da graduação, ter guiado meus primeiros passos acadêmicos, por sempre ter conselhos maravilhosos e, como eu disse, um dia espero ser para meus alunos o que o senhor foi e é para mim.

À minha orientadora Mariane Lemos Lourenço que além de também ser uma inspiração, é um exemplo para mim. Por todo o carinho e dedicação à mim, à extrema paciência, cuidado e participação nessa jornada. Tenho plena certeza que foi Deus quem permitiu que nossos

caminhos se cruzassem e que seguíssemos neles principalmente tratando de questões que precisam ser cada vez mais exploradas no ambiente organizacional. Obrigada por ter permitido com que eu desenvolvesse um trabalho tão maravilhoso e inspirador!

Aos meus colegas de mestrado e doutorado André Contani, Rafael Budach, Samantha Fröhlich, Juliana Mesquita, Paulo André Alves, Otávio Beraldi, Rodrigo Seefeld, Lara Késsia e Flávia Obara Kai por todas as risadas, companheirismo e aprendizado nessa etapa. Tenho certeza que o mestrado não seria tão incrível quanto foi caso eu não tivesse cada um de vocês para partilhar dessa estrada.

Ao Willian Reis que no período de breve convivência que tivemos, me ensinou tanto e me incentivou a crescer cada vez mais, por me "obrigar" a participar das aulas mesmo com vergonha, por ter sido a primeira pessoa com a qual tive contato na UFPR, por ter partilhado de noites/madrugadas de estudo, por ter sido tão incrível conosco que palavras não são capazes de descrever minha gratidão. Onde quer que você esteja agora, sempre permanecerá em meu coração, oração e pensamentos.

Aos professores do programa, mas, principalmente, à professora Adriana W. Takahashi e professor Josué A. Sander por terem aceitado participar da banca de defesa desta dissertação.

À todas as mulheres atuantes na política que aceitaram o convite para participar da presente pesquisa, por acreditarem na importância do tema, por terem sido tão receptivas e por me inspirarem imensamente em cada entrevista.

A todos, o meu muito obrigada.

“Penso que é por isso que a vida nos impõe dificuldades. Para mostrarmos que somos mais fortes do que elas e que podemos vencer e que podemos criar formas de superá-las, passar por cima dos obstáculos e, finalmente: sermos felizes!”.

Willian Reis

RESUMO

A atuação de mulheres na política vem sendo cada vez mais discutida não somente no Brasil mas em todo o mundo. Por conta da existência de uma sub-representação e também devido ao fato de o ambiente político ser predominantemente masculino, as mulheres acabam enfrentando uma série de dificuldades e desafios que não restringem-se apenas à atuação propriamente dita, mas também, ao desejo de inserção nesse ambiente organizacional bem como a própria permanência nele. Ressalta-se que essas dificuldades e desafios geralmente não são enfrentados pelos homens também atuantes nesse cenário. Diante disso, é possível afirmar que existe uma interferência na identidade de tais mulheres considerando-se as mudanças, obstáculos perpassados e questões pessoais enfrentadas. Perante tais fatos, o objetivo geral desse trabalho é analisar como a mulher que se insere na política brasileira tem sua identidade constituída. No referencial teórico destacou-se um pouco acerca do conceito de identidade, identidade individual, a trajetória de inserção de mulheres na política e as consequências de tal inserção. Em relação aos procedimentos metodológicos, a presente pesquisa é uma pesquisa interpretativista, com abordagem qualitativa em que utilizou-se como estratégia de pesquisa o estudo qualitativo básico. Os sujeitos da pesquisa foram 8 mulheres atuantes na política e que atualmente encontram-se em pleito político, ou seja, eleitas e ocupando seus respectivos cargos. A coleta de dados deu-se por meio de entrevistas semi-estruturadas orientadas por roteiro previamente delineado e também, foram analisadas algumas informações retiradas dos sites de cada mulher com a finalidade de uma melhor caracterização das respondentes. Os dados obtidos por meio das entrevistas foram transcritos e codificados com auxílio do *software* Atlas.ti. e a análise foi feita por meio da análise de conteúdo. Os resultados apontam que as mulheres atuantes na política identificam-se com as atividades que realizam, de forma com que muitas vezes, não conseguem diferenciarem-se de suas atuações nesse cenário. Todavia, verificou-se que apesar de serem eleitas da mesma forma que seus demais colegas, ainda há muito a ser desenvolvido e conquistado nesse ambiente para que as mulheres nele atuantes sintam-se efetivamente parte deste. Por conta da existência da sub-representação, destacou-se também alguns aspectos voltados aos desafios enfrentados não somente os que interferem na identificação e constituição identitária das entrevistadas, mas também, os desafios voltados a conciliar o trabalho e família. Ressalta-se que as motivações para inserção na política por parte das mulheres entrevistadas são variadas porém, comuns ao verificar-se que todas buscam defender causas negligenciadas em seus respectivos contextos e, é importante destacar que por mais que existam incentivos, como por exemplo cotas, a inserção ainda acaba sendo um dos principais desafios. Ao final, apresenta-se então as contribuições teóricas e práticas da presente pesquisa, bem como sugestões para pesquisas futuras.

Palavras-chave: Mulheres na política. Identidade. Constituição identitária.

ABSTRACT

Women's performance in politics has been increasingly discussed not only in Brazil but throughout the world. Due to the existence of an under-representation and also because the political environment is predominantly male, women end up facing a series of difficulties and challenges that are not only restricted to the performance itself, but also to the desire of insertion in this organizational environment as well as their permanence in it. It should be noted that these difficulties and challenges are generally not faced by men who were also working in this scenario. Considering this, it is possible to affirm that there is an interference in the identity of such women regarding the changes, obstacles and personal issues they faced. Therefore, the main objective of this dissertation is to analyze how women who are part of Brazilian politics have their identity constituted. In the theoretical framework, the concept of identity, individual identity, the trajectory of women's insertion in politics and the consequences of such insertion have been highlighted. In relation to methodological procedures, this research is an interpretative research with a qualitative approach in which basic qualitative study was used as the research strategy. The research subjects were 8 women active in politics and currently in political environment, which is, elected and occupying their respective positions. Data were collected with semi-structured interviews guided by a previously outlined script, and some information were taken from each woman's website, that were analyzed in order to better characterize the respondents. The data obtained were transcribed and coded with the help of the *Atlas.ti.* software and the analysis was done with content analysis. The results shown that women working in politics identify with the activities they carry out and many times they were unable to differentiate themselves from their performance in this scenario. However, it was verified that despite being elected in the same way as their other colleagues, there is still much to be developed and conquered in this environment so that women acting in it feel effectively part of it. Due to the existence of under-representation, it was also highlighted some aspects focused on the challenges faced, not only those that interfere in the identification and identity constitution of the women interviewed, but also, for example, the challenges faced at conciliate work and family. It is important to emphasize that the motivations for insertion in politics regarding the women interviewed are varied, however, common when it is verified that they all seek to defend neglected causes in their respective contexts and, it is important to emphasize that as much as there are incentives, such as quotas, insertion still ends up being one of the main challenges. At the end, the theoretical and practical contributions of this research are presented, as well as suggestions for future research.

Keywords: Women in politics. Identity. Identity constitution.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: COTAS DE GÊNERO PELO MUNDO 41
FIGURA 2: MAPA COGNITIVO DA PESQUISA 71
FIGURA 3: RELATÓRIO DO PROGRAMA ANTI-PLÁGIO COPY SPIDER 155

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE ARTIGOS ANALISADOS POR ANO E BASE DE DADOS 70

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO DA BASE DE DADOS SCIELO 46
QUADRO 2: ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO DA BASE DE DADOS SPELL 48
QUADRO 3:ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO NA BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE 49
QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DAS RESPONDENTES 80
QUADRO 5: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS NO ATLAS.TI 82
QUADRO 6: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CLASSIFICAÇÕES 83
QUADRO 7: SÍNTESE RESUMIDA DOS RESULTADOS VOLTADOS À IDENTIDADE E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA 127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: RESULTADO RESUMIDO DE BASES DE DADOS NACIONAIS 44
TABELA 2: RESULTADO RESUMIDO DE BASES DE DADOS INTERNACIONAIS 45

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior
SCIELO	- *Scientific Electronic Library Online*
SPELL	- *Scientific Periodicals Eletronic Library*
TSE	- Tribunal Superior Eleitoral
UII	- União Interparlamentar Internacional

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	**18**
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	20
1.2	OBJETIVOS DA PESQUISA	20
1.2.1	Objetivo Geral	20
1.2.2	Objetivos específicos	20
1.3	JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA	21
2	**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**	**24**
2.1	IDENTIDADE	24
2.1.1	Identidade Individual	31
2.2	MULHERES NA POLÍTICA	35
2.2.1	As consequências da inserção de mulheres na política	38
2.2.2	Estudos anteriores sobre mulheres na política	43
3	**PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**	**72**
3.1	CONCEPÇÃO EPISTEMOLÓGICA	72
3.2	ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	73
3.2.1	Definição constitutiva e percurso empírico	73
3.3	DELIMITAÇÃO E DESENHO DA PESQUISA	76
3.3.1	Delineamento da pesquisa	76
3.3.2	Critérios de seleção dos casos	78
3.3.3	Técnica de Coleta de dados	79
3.3.4	Técnicas de tratamento e análise dos dados	81
3.3.5	Limitações da pesquisa	83
4	**APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS**	**85**
4.1	APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES	85
4.2	MOTIVAÇÕES PARA INSERÇÃO NA POLÍTICA	87
4.2.1	O interesse e consequente inserção	87
4.3	DESAFIOS E CONQUISTAS	95
4.3.1	Os percalços enfrentados	96
4.3.2	As dificuldades por ser mulher	98
4.3.3	Conquistas durante a trajetória	109
4.4	CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NA POLÍTICA	111
4.4.1	Identificação & Identidade	111

4.4.2 A constituição identitária de mulheres no ambiente político 114
4.4.3 Interferências na constituição identitária 122
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 128
5.1 CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA 133
5.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS 135
REFERÊNCIAS 137
APÊNDICE 1 – DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO 151
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO 152
APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA 153
ANEXO – RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLÁGIO 155

1 INTRODUÇÃO

Cada vez mais as mulheres estão conquistando mais espaços no mercado de trabalho, fato este que tornou a atuação profissional de mulheres em diversos setores focos das mais diversas pesquisas. Porém, de acordo com o exposto por Coutinho e Coutinho (2011), essa atuação é cheia de adversidades por conta de ainda existir uma discriminação quanto às mulheres, principalmente se estas ocuparem posições de liderança, sendo então necessária a constante provação de competência e capacidade para livrarem-se de estereótipos arraigados culturalmente no cenário organizacional.

Dento desse contexto, cabe salientar que em todo o mundo, a participação de mulheres na política é inferior à masculina (PIPPERT; COMER, 1998; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015) porém, no contexto brasileiro, esse tema é um tanto quanto delicado por questões culturalmente arraigadas que fazem com que as mulheres que tentem se inserir na política passem por desafios comumente não enfrentados por homens, como demonstrado no estudo de Fernandes *et al.* (2019) e, também, devido ao fato de que, muitas vezes, os partidos são mais responsivos às preferências de homens do que de mulheres no que tangem às suas atuações (HOMOLA, 2019). Neste sentido, é importante destacar que de 235 países pesquisados, o Brasil ocupa a 132ª posição no ranking de representatividade feminino em congressos (UII, 2019).

Na tentativa de reverter tal diferença, muitos países adotaram cotas ou metas para a participação feminina e, no caso brasileiro, em 1997, foi aprovada a Lei 9504 que rege que em eleições, cada partido ou coligação reserve ao menos 30% de suas vagas de candidaturas para mulheres (BRASIL, 1997; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015). Apesar de em outros países, a representação ter aumentado (ROMERO; KERSTENETZKY, 2015), no Brasil, conforme dados das últimas eleições para cargo de vereadores realizadas no ano de 2016, verificou-se que embora as candidaturas femininas tenham crescido, a parcela de vagas conquistadas pelas mulheres em câmaras municipais ainda é muito baixa, com menos de 15% no total e, em nível nacional não é diferente, pois das 594 cadeiras para deputados estaduais, federais e senadores, apenas 67 são ocupadas por mulheres (TSE, 2018; UII, 2019).

Em partes, tais números são resultantes das chamadas “candidaturas laranjas”, nome que define candidaturas que são lançadas pelo partido apenas para preencher a cota obrigatória. Segundo dados do TSE (2016), nas eleições de 2016, mais de 16 mil candidatos não obtiveram nem o seu próprio voto, destes, 14.417 eram mulheres. Essa lacuna pode ser justificada pela vertente internacional trazida no estudo de Lüchmann e Almeida (2010) que aponta que em

grande parte dos países que utilizam o regime democrático, há a falta de interesse e de informação por parte da população em assuntos que tangem à política.

Alguns estudos que verificam a influência referente à presença da mulher no ambiente político demonstram que a participação de mulheres neste cenário acaba gerando mudanças significativas principalmente no que diz respeito a como o dinheiro público é investido (CHATTOPADHYA; DUFLO, 2004; BHALOTRA; CLOTS-FIGUERAS, 2014; BROLLO; TROIANO, 2016). Porém, outra mudança que justifica os pontos positivos de mulheres inserirem-se no ambiente da política e que afeta diretamente os resultados das políticas públicas, volta-se ao fato de que mulheres são menos corruptas. Alguns estudos demonstram que quanto maior a proporção de mulheres nos ambientes políticos, menor o índice de corrupção existente nos países (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001; BROLLO; TROIANO, 2016).

Entretanto, possuir uma representação feminina em congressos e câmaras, não garante um maior apoio para as aprovações de projetos, muito menos aumenta a propensão a reeleição (PIPPERT; COMER, 1998; BROLLO; TROIANO, 2016) pois, quando no poder, as mulheres acabam sendo julgadas por um série de estereótipos que são atribuídos ao gênero, desconsiderando-se suas atuações propriamente ditas (CHIKAIPA, 2019; RENNER; MASCH, 2019) e também, devido ao fato de que os próprios eleitores esperam de candidatas mulheres padrões mais rigorosos quanto às suas qualificações, fato este que por muitas vezes limita a execução de suas atividades bem como a possibilidade de assegurar apoio eleitoral (BAUER, 2020).

Nesse sentido, considerando os inúmeros desafios enfrentados pelas mulheres que conseguiram inserirem-se nesse sistema por conta própria e também o fato de este sistema tratar-se de uma organização predominantemente masculina, este estudo tem por objetivo analisar a constituição identitária de mulheres que se inserem na política no Brasil, frente às suas conquistas, desafios e dificuldades, levando-se em consideração, conforme exposto por Castells (2003), uma identidade abrange o processo de construção de significados que um indivíduo terá diante de atributos culturais que relacionam-se à outras fontes de significado, formando, conservando ou modificando sua identidade. É por meio da identidade que o sujeito constitui sua realidade intersubjetiva, podendo esta variar durante o tempo, conforme as interações sociais (FREITAS, 2005).

Assim, por meio de abordagem qualitativa, utilizando-se o estudo qualitativo básico como estratégia de pesquisa, fez-se uma reflexão sobre a trajetória de mulheres que se inseriram no sistema político brasileiro, ressaltando suas histórias, desafios e conquistas durante o processo de inserção e também permanência neste complexo ambiente. Nos próximos tópicos

especifica-se o problema de pesquisa, o objetivo geral, os específicos bem como as justificativas do presente estudo.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Perante o exposto na introdução, delimitou-se como questão norteadora desse estudo a seguinte: **Como a mulher que se insere em uma organização não convencional, no caso, na política brasileira, tem sua identidade constituída?**

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

A seguir, apresenta-se o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearam a presente pesquisa.

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar como a mulher que se insere em uma organização não convencional, no caso na política brasileira tem sua identidade constituída.

1.2.2 Objetivos específicos

1. Analisar quais os motivos que levam mulheres sem histórico de laços políticos familiares a se inserirem na esfera política;
2. Identificar quais os principais desafios e conquistas de mulheres que se inseriram na política brasileira;
3. Compreender como o ambiente político afeta a constituição identitária das mulheres inseridas nesse sistema;
4. Compreender como as mulheres que atuam na política se identificam com as atividades que exercem nesse campo e;
5. Compreender como esta identificação se entrelaça às suas constituições identitárias.

1.3 JUSTIFICATIVA TEÓRICA E PRÁTICA

A igualdade de gênero é um tema que deve incorporar-se às discussões cotidianas de todo o tipo de organização, tanto pública quanto privada e, empoderar as mulheres para que estas participem de todos os setores da economia é uma tarefa essencial (ONU, 2016). Um dos Objetivos do Milênio desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas tem como foco a igualdade de gênero. Dentro do escopo de tal objetivo, visa-se atingir a igualdade acabando com todas as possíveis formas de discriminação contra mulheres e meninas em todas as partes do mundo, visando garantir a igualdade de oportunidades para mulheres de forma com que estas possuam participação plena e efetiva em questões referentes à liderança, a tomada de decisão, à vida política, econômica e pública, por exemplo (ONU, 2000).

Diante desse cenário, a atuação de mulheres no mercado de trabalho vem sendo cada vez mais estudada e conforme salientado por Coutinho e Coutinho (2011) essa atuação é sujeita à discriminação, ainda que esta seja velada, principalmente em cargos de liderança. Os autores também salientam que para as mulheres é ainda mais difícil provar competência e eficiência em cargos elevados por conta de estereótipos que as perseguem. Todavia, as mulheres, quando em posições de poder, preocupam-se mais que homens com a sinergia de suas equipes, tendo maior sensibilidade com aqueles em que entram em contato e, quando atuantes no ambiente político, preocupam-se com questões negligenciadas pelos homens, como por exemplo, direitos humanos (WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; COUTINHO; COUTINHO, 2011).

Todavia, é de conhecimento geral que a política atrela-se a uma questão de poder e, consequentemente demanda dos que se dispõe a nela se envolverem, o comprometimento com a população o que destaca que, assim como em qualquer outro sistema e organização, há a necessidade de um equilíbrio de questões profissionais, com questões pessoais. Neste sentido, sabe-se que quando se coloca a problemática homem *versus* mulher, há grande desvantagem e vulnerabilidade em jogo por parte das mulheres haja vista que, apesar de existir um grande progresso quanto à inclusão e igualdade, conforme mencionado, as mulheres ainda enfrentam discriminação, marginalização e exclusão (ONU, 2016). Considerando o percentual feminino da população geral, as mulheres encontram-se atualmente sub-representadas em todos os tipos de posições políticas em todo o mundo (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004).

Diante do exposto, ressalta-se aqui a relevância do tema para as organizações e estudos organizacionais considerando-se que o sistema político se trata de uma organização não convencional. Cabe ainda ressaltar que, o cenário eleitoral brasileiro é constituído em 52% por

mulheres, porém, apesar dessa quantia representativa e das condições destas exercerem a soberania popular, as mulheres ainda são menos votadas que os homens (TSE, 2018). E, diante de tais dados, espera-se com esse trabalho contribuir ainda mais no aprofundamento dos desafios enfrentados pelas mulheres que se inserem em ambientes predominantemente masculinos.

Quanto à contribuição teórica, realizou-se uma busca em base de dados nacionais (SPELL e SCIELO) e internacional (*Web of Science*) acerca dos últimos 5 anos em estudos da área de ciências sociais durante os meses de janeiro a abril de 2019 e também em dezembro do mesmo ano. Inicialmente, por conta do que fora verificado na literatura, buscou-se pelos termos "identidade+mulheres+política" em bases de dados nacionais e "identity+woman+politics" na base internacional, porém, não foram encontrados resultados pertinentes ao tema em nenhuma das pesquisas por conta dos trabalhos resultantes de tal busca terem demonstrado pesquisas que continham apenas um dos termos ou que não tratassem efetivamente de mulheres na política, dessa forma, optou-se por reformular os descritores utilizados. Assim, utilizando-se o termo "*female politician*", foram encontrados 359 artigos na base internacional *Web of Science*. Nas bases nacionais, pesquisando-se o termo "mulheres na política", encontrou-se 26 artigos na base de dados SPELL, e 121 artigos na base SCIELO.

Após filtrar-se os artigos de acordo com o exposto em seus títulos, resumos e palavras-chave, foi feita uma leitura de todos os artigos de tal seleção, analisando-se suas introduções e principais resultados com a finalidade de verificar como a temática acerca de mulheres na política vem sendo estudada. Com isso, foram então selecionados 77 artigos, 11 retirados das duas bases de dados nacionais (Spell e Scielo) e 66 da base internacional *Web of Science.*

Diante do que fora visto, verificou-se que o tema vem sendo mais explorado internacionalmente do que em nível nacional, principalmente em países como Estados Unidos da América. Quando o foco dos estudos são mulheres na política, vários demonstram evidências de que o gênero de quem é responsável pela formulação de políticas específicas, afeta diretamente o resultado destas e, indicam ainda que as mulheres, quando inseridas no poder, são mais socialmente orientadas em suas ações do que os homens (ECKEL; GROSSMAN, 2008; ANDREONI; VESTERLUND, 2001; EDLUND; PANDE, 2002; SONG, CADSBY; MORRIS, 2004; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; SCHWINDT-BAYER, 2006; PINO, 2011; BHALOTRA; CLOTS-FIGUERAS, 2014; BROLLO; TROIANO, 2016). Esse ponto indica que a inserção de mulheres na política traz consigo pontos positivos a serem aprofundados e analisados haja vista que, a questão da inserção de mulheres no cenário político

desde que estas tiveram direito a voto e quais as resultantes desse processo ainda são assuntos recorrentes.

Todavia, por mais que o tópico esteja em seu período de expansão, verificou-se nos trabalhos encontrados na análise realizada, que os estudos acabam não tendo essencialmente por foco os desafios e motivações que as mulheres enfrentam ao inserirem-se nesse ambiente predominantemente masculino e também não refletem acerca de como essa inserção afeta seus aspectos subjetivos como por exemplo, a constituição identitária. Por conta disso, justifica-se essa pesquisa como fonte que poderá fornecer subsídios para o aprofundamento do tema perante tal lacuna. No entanto, também espera-se que essa pesquisa fomente e contribua com o aumento do interesse de pesquisas e conhecimentos teóricos na área de estudos organizacionais acerca das mudanças na identidade individual das mulheres em organizações não convencionais, proporcionando um aumento do conhecimento sobre essa temática no contexto brasileiro.

Por fim, ressalta-se que esse estudo faz parte dos projetos de pesquisa: Análise das organizações e comportamento organizacional: cultura, identidade e mudança em organizações (Banpesq no. 2010017647); Comportamento organizacional e análise das organizações: um estudo a partir das dimensões humanas (Banpesq no. 2010026762); do grupo de pesquisa CNPQ Estratégia, dinâmica e comportamento em organizações – processos e práticas bem como do grupo de pesquisa Dimensões humanas nas organizações (DHUO) e, justifica-se também que essa pesquisa poderá auxiliar no desenvolvimento do tema nos estudos que são realizados pelos grupos citados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão de literatura é fundamental para todo o processo de pesquisa, podendo contribuir em todas as etapas do estudo em especial na ampliação dos conhecimentos acerca do que será estudado, podendo fornecer *insights* significativos e necessários ao pesquisador (KUMAR, 2005; CRESWELL, 2018).

Sendo assim, na presente seção apresenta-se o levantamento da literatura existente acerca do tema a ser estudado, trazendo-se referências de artigos e livros que trazem consigo contribuições relevantes ao campo de estudo de forma com que se obtenha fundamentos para a compreensão do que poderá ser analisado e interpretado após a coleta dos dados. O referencial teórico estrutura-se inicialmente com a definição de identidade e seus condicionantes, partindo-se para questões relacionadas à identidade individual e, por fim, explicita-se um pouco sobre a mulher no ambiente político, as consequências de sua inserção para então, apresentar-se um pouco sobre como a temática vem sendo estudada nos últimos cinco anos.

2.1 IDENTIDADE

A identidade é um conceito fundamental para a concepção da humanidade (GIOIA, 1998) porém, devido à sua complexidade e amplitude de sentidos, a noção de identidade não é algo simples ou fácil de ser compreendida (CALDAS; WOOD JR., 1997), por tal razão, a identidade e seus condicionantes são objetos de estudos de várias áreas co mo psicologia, sociologia, antropologia e também das ciências sociais (CIAMPA, 1989).

O conceito de identidade e seu consequente uso popular têm a mesma origem do conceito de *self*. Ambas com raízes no pensamento clássico, a princípio foram resultantes de estudos dos campos de lógica, álgebra e filosofia (CALDAS; WOOD JR., 1997). Sendo considerada “um conceito fluido, complexo, e pouco definidor do que se passa em sociedade” (SARAIVA *et al,* 2010, p. 17), a palavra “identidade” deriva do vocábulo latino *idem* e *identitas,* os dois significando ‘o mesmo’, deriva-se também de *entitas* traduzida como entidade. Ao combinar os dois termos, tem-se como resultado e significado “a mesma entidade”, porém, alguns autores também associam a palavra ao vocábulo latino *identidem* que significa “repetidamente” (CALDAS; WOOD JR, 1997).

Dependendo da área em que a identidade é abordada, existem diferentes conceituações, porém, na maioria das vezes, encontra-se concordância quanto à sua ideia central: a identidade relaciona-se a questões pessoais voltadas principalmente à unicidade e continuidade

(MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001). Quando se iniciou o seu uso na área de ciências sociais, a identidade limitava-se ao indivíduo não havendo grandes ressalvas quanto à sua noção psicanalítica, no entanto, essa acabou sendo a mais influente utilização do conceito no campo tomando "o sentido de unicidade e continuidade de um processo localizado no indivíduo, porém influenciado pelo seu meio e pela sua cultura" (CALDAS; WOOD JR., 1997, p.5).

Filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles na antiguidade clássica já traziam consigo questionamentos que referiam-se a como era constituída a essência de um indivíduo ao se perguntarem questões como "Quem sou eu?" com o objetivo de conhecerem a si mesmos, porém, na Grécia antiga a objetividade era o que guiava a compreensão e somente anos mais tarde houve o desenvolvimento do pensamento que se conhece atualmente acerca da identidade (GIOIA, 1998). Destaca-se ainda que quando o conceito de identidade foi adotado fora do campo da lógica, a ideia primordial era de algo que descrevesse o indivíduo ou que fosse a esse limitado (CALDAS; WOOD JR, 1997).

Porém, voltando ao contexto da filosofia clássica, percebe-se que haviam muitas reflexões sobre a identidade, principalmente, em nível individual pois, conforme exposto por Gioia (1998), para Platão a identidade era uma forma metafísica, única para cada pessoa, já para Aristóteles, mantendo o pensamento exposto por Gioia (1998), haviam indícios de que um indivíduo poderia possuir mais do que uma identidade "alojada" em seu ser. Contudo, ainda na antiguidade, no tocante à identidade, passou-se a se questionar principalmente por parte de filósofos como Péricles o fato de que haveria uma noção de identidade coletiva ao que ele se referiu na época como "Identidade Ateniense" (GIOIA, 1998).

Nesse sentido, destaca-se que no que diz respeito à conceituação de identidade individual, existem várias diferenças também. Machado-da-Silva e Nogueira (2001) expõem que há uma série de autores que apresentam diferentes conceitos, no entanto, há uma concordância de que a identidade individual relaciona-se ao sentido da unicidade pessoal e continuidade histórica. Os autores citam que entre autores como Adler, Filloux, Allport, Freud, Erikson, Lacan, Jung, Freitag e Lyra, há o consenso de que a identidade individual seria um processo interno do indivíduo, mas que, também haveria influência da cultura na qual este estaria inserido. Sendo "um modo de expressão do *self* do indivíduo, que lhe permite ser reconhecido como diferente dos demais e, ao mesmo tempo, como similar aos membros de uma categoria ou classe" (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001, p.40). Fato este confirmado no estudo de Correa e Lourenço (2016) em que é possível verificar-se que a constituição da identidade de uma pessoa além, de estar intrinsecamente relacionada às suas

vivências pessoais, atrela-se também às experiências e interações vivenciadas em grupo e em seu ambiente de trabalho.

Por muitas vezes, o conceito de *self* e identidade acabam sendo confundidos, porém, a correlação existente entre os dois permite com que se amplie o conhecimento acerca da identidade em si, por mais que o *self* tenha características diferenciadas e permanentes como por exemplo a universalidade (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACEDO; SILVEIRA, 2012).

A universalidade prega que o *self* surge no início da vida e acaba provendo ao indivíduo uma consciência reflexiva durante toda a sua vivência definindo-se através da relação dele com outros significativos, permitindo com que a identidade manifeste-se e mude conforme o passar do tempo de acordo com as interações que o sujeito terá com outras pessoas, com a natureza, sociedade e demais ocorrências em sua existência (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACEDO; SILVEIRA, 2012).

Castells (2003) destaca que a identidade é um processo de construção de significados que tem por base atributos culturais que são inter-relacionados à outras fontes de significado. Sendo assim, é o mundo social que designa os alicerces nos quais se formam, conservam e modificam a identidade, como ressaltado por Berger e Luckmann (1998):

> Receber uma identidade implica na atribuição de um lugar específico no mundo. Assim como esta identidade é subjetivamente apreendida pela criança ("eu sou John Smith"), o mesmo se dá com o mundo para o qual esta identidade aponta. A apropriação subjetiva da identidade e a apropriação subjetiva do mundo social são apenas aspectos diferentes do mesmo processo de interiorização, mediatizado pelos mesmos outros significativos (BERGER; LUCKMANN, 1998, p. 178).

As identidades dos indivíduos são configuradas de acordo com a maneira em que estes percebem a si mesmos dentro de um ou de vários grupos, direcionando suas ações e reflexões de acordo com esses mesmos grupos (MACHADO, 2003). Entretanto, conforme ressaltado por Freitas (2005, p. 40) "O sentimento de identidade habita todo ser dotado de consciência de si mesmo" e partindo-se do ponto de vista pessoal, é visível que a identidade torna-se um aspecto importante e que permite uma melhor compreensão das práticas tanto singulares como coletivas nos dias atuais (MACHADO, 2003), refletindo a apropriação que o sujeito tem para consigo e com o ambiente que o envolve, definindo assim seu lugar no mundo por meio de experiências e transformações (CIAMPA, 1989).

Berger e Luckmann (1998) afirmam que por conta de a identidade poder ser definida como a localização em um lugar do mundo por parte do indivíduo, essa identidade será subjetivamente apropriada e somente fará sentido quando inserida nesse mundo.

Dessa forma, entende-se que a identidade é fruto de um processo de interação com diferentes realidades e outros significativos resultantes da socialização que o sujeito terá com diferentes maneiras de se viver e compartilhar experiências com distintas referências para, enfim, ser possível a ele estabelecer significativos compartilhados (BERGER; LUCKMANN, 1998; FREITAS, 2005; CARRIERI, 2008; PAIVA; MELO, 2010).

Machado e Kopitke (2002) e Machado (2003) afirmam que estudos acerca da identidade abrangem múltiplos níveis de análise e, tais níveis permitem ampliar a discussão acerca de questões subjetivas dentro das organizações permitindo uma melhor compreensão não somente das práticas singulares, mas também das coletivas. Nesse sentido, ressalta-se que na área de estudos organizacionais existem classificações demonstrando a aplicabilidade dos conceitos de identidade nos seguintes níveis: identidade individual, identidade no trabalho, identidade organizacional e identidade em um nível macro (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACHADO; KOPITKE, 2002; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010).

Em nível pessoal, a identidade interliga-se à construção de uma identidade individual em si e, nesse processo, as interações sociais terão participação fundamental pois, a identidade não surge como resultado do que já se encontra no interior de cada ser mas sim, pelo "preenchimento" exterior que cada pessoa tem ao conviver com outras pessoas e também ao criar formas pelas quais deseja ser reconhecida (CALDAS; WOOD JR., 1997; BERGER; LUCKMANN, 1998; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Portanto, considera-se a identidade individual como um fenômeno que se processa ao longo da vida e que resulta de um mecanismo regulador das interações sociais que o indivíduo poderá experimentar no decorrer de sua trajetória não apenas pessoal, mas também profissional (MACHADO; KOPITKE, 2002; CORREA; LOURENÇO, 2016; LOURENÇO; DARIO; ROGGE, 2017).

Como consequência, tem-se também a definição de identidade social que, por sua vez, representa o conceito referente à vinculação da pessoa a grupos sociais específicos. Sendo também a ilustração que o indivíduo transmite de si mesmo ao pertencer a um grupo, construindo-a por conta de semelhanças ou oposições (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACHADO; KOPITKE, 2002; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010).

Conforme salientado por Machado (2003) é necessário considerar-se o impacto que o trabalho causa na construção de uma identidade, por conta disso, Machado e Kopitke (2002) ao definirem identidade no trabalho, citando Sainsaulieu afirmam que esta diz respeito à maneira de se elaborar um sentido diante da multiplicidade de papéis sociais existentes no contexto de trabalho e, esse sentido é criado inicialmente para si mesmo mas também, passa a ser reconhecido pelos companheiros de trabalho. As identificações no trabalho vinculam-se ao

trabalho efetivamente realizado; à empresa e à trajetória constituída nesse cenário pautando-se no que o indivíduo imagina para si e sua possível identidade (MACHADO; KOPITKE, 2002). Todavia, cabe destacar o exposto no estudo de Lourenço, Dario e Rogge (2017) de que uma identificação pode ocorrer com a atividade realizada pelo indivíduo, bem como com a organização em que este realiza suas atividades, todavia em especial, quando a segunda situação acontece, podem ocorrer consequências nem sempre positivas ao indivíduo, pois a forte identificação com as organizações pode ser negativa e desestabilizante para o sujeito, como nos casos de demissão, por exemplo.

Já o conceito de identidade organizacional surgiu por meio da perspectiva de Albert e Whetten (1985) sendo definida como a maneira que se caracterizam as especificidades de uma organização que a definem e a tornam única, porém, também pode ser vista como as crenças compartilhadas pelos membros da organização. A identidade organizacional é a responsável por fornecer o material simbólico no qual a imagem de uma organização é construída (HATCH; SCHULTZ, 1997).

Por fim, a identidade em nível macro trata da identidade compartilhada entre nações e humanidades, sendo formada pela cultura, os costumes e outras especificidades que geram significativos e experiências para os indivíduos que com ela mantém contato, sendo também simbolicamente representada na concepção de povo (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; CASTELLS, 2013).

Vale ressaltar que há uma diferenciação nas dimensões básicas da identidade onde, a primeira dimensão diz respeito ao chamado objeto focal em que se vê a identidade sob o ponto de vista do objeto em análise seja esse um indivíduo, grupo ou organização. Já a segunda dimensão é a da observação que, é aquela na qual torna-se possível analisar o objeto tanto interna quanto externamente (CALDAS; WOOD JR., 1999).

Os diferentes níveis de identidade, em um contexto organizacional, podem sobreporem-se constantemente dependendo das interações que um indivíduo terá com diferentes grupos, com o seu trabalho e com a organização em si, porém, de acordo com Machado (2003) é possível verificar nessas situações que, os estudos raramente elaboram a articulação entre os níveis de identidade pessoal, social e organizacional. No entanto, para que se consiga efetivamente interagir com qualquer dimensão de identidade seja esta de um indivíduo, grupo ou organização, é necessário antes de qualquer coisa ter-se uma resposta concreta ao questionamento de quem se é (ALBERT; ASHFORTH; DUTTON, 2000). Nesse sentido, é importante ressaltar que a identidade acaba também sendo uma auto-categorização que varia de

acordo com alguns critérios, como por exemplo: nacionalidade, sexo, idade, profissão, cultura, história, entre outros (FREITAS, 2005).

Uma das maneiras de se tentar compreender a identidade é por meio da análise de duas questões: o que as pessoas fazem e o que as pessoas dizem, pois, verificando-se tais aspectos é possível perceber como os indivíduos se externalizam em ações e processos e também, como objetivam suas identidades nos resultados de tais particularidades (WEIGERT, 1988).

Todavia, ressalta-se que a identidade de qualquer indivíduo é interposta por processos de socialização que, resultam em múltiplas identificações tendo em conta que nesses processos há a possibilidade de se estabelecer vários vínculos e referências não somente com outras pessoas ou significativos, mas também com organizações (FREITAS, 2005). Nessa perspectiva, é relevante salientar que não se vê a identidade como algo isolado ou independente das estruturas sociais em que pode ser constituída, haja vista que, conforme mencionado, é através de processos de socialização que os indivíduos a concebem e definem de acordo com as várias realidades que mantém contato (CIAMPA, 1989; BERGER; LUCKMAN, 1998; FREITAS, 2005).

Conforme exposto, a identidade de uma pessoa é um fenômeno social (CIAMPA, 1989), contudo, sua constituição existe majoritariamente por conta da interação e compartilhamento de significado permitindo que dessa forma, constitua-se também a realidade na qual esses indivíduos se inserem. Essa realidade forma-se por meio de processos de socialização primários e secundários que, são considerados a base na qual os sujeitos se constituem e constituem todos os significativos para si por meio de instituições e relações sociais desenvolvidos e constatados ao longo de sua vida e que, primordialmente, fundam sua realidade (BERGER; LUCKMANN, 1998).

A construção da identidade acontece de maneira gradativa, estando adaptada ao contexto relacional no qual o indivíduo se insere, sendo então, proporcional ao período de tempo e fase da vida do indivíduo (SARAIVA; DUARTE, 2010). Porém, é durante o período de socialização secundária que o sujeito incorpora para si determinadas formas de agir e pensar e também, é durante essa etapa da vida que ele entrará em contato efetivo com a sociedade e o coletivo (BERGER; LUCKMANN, 1998; SARAIVA; DUARTE, 2010).

É por meio da socialização que as pessoas passam por dois processos: o de assimilação e o de acomodação. Durante a assimilação, o sujeito visa a modificação de alguns fatores ao seu entorno para torná-los mais enquadrados aos seus anseios, já na parte de acomodação, o sujeito busca mudanças como forma de respostas às pressões ao seu entorno (DUBAR, 2005).

Exposto por Berger e Luckmann (1998), a socialização secundária ocorre, como o nome deixa claro, após a socialização primária que, por sua vez, é aquela na qual tem-se o primeiro contato, na infância e, basicamente restringe-se à criança juntamente a seus cuidadores primários. A socialização secundária, é a que o indivíduo interioriza o que os autores citam como "submundos" institucionais, ou seja, quando o indivíduo passa a ter contato com instituições e estas desempenham papéis essenciais para a vida, sendo o local onde a socialização secundária de fato, ocorre, bem como as atividades profissionais dos sujeitos (BERGER; LUCKMANN, 1998).

É diante da socialização secundária e tudo que nela se desenvolve, que há uma melhor compreensão de como a realidade é socialmente construída. É nela que ocorrem situações como às voltadas à distribuição do conhecimento de questões específicas, é nela também que são adquiridas compreensões tácitas, complementando o conhecimento provindo da socialização primária. O indivíduo então, passa a atribuir significados ao que fora imposto como componente de tal realidade por meio de um significado que foi conferido por outro e que, por meio da socialização em si, passa a possuir sentido e significado para esse indivíduo (BERGER; LUCKMAN, 1998).

A identidade nesse contexto forma-se por processos de identificação que permitem ao indivíduo desenvolver a assimilação de aspectos ou atributos nos quais entra em contato, desenvolvendo a percepção acerca de si e daqueles com quem convive, estabelecendo vínculos e constituindo a sua personalidade que, por consequência reforçam sua conduta quando inserido em um grupo específico (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001; FREITAS, 2005). Nesse sentido, Lourenço, Dario e Rogge (2017) expõem que o processo de identificação pode trazer consigo efeitos positivos ou negativos por conta da possibilidade de, muitas vezes, haver uma identificação extrema que se não ajustada, torna-se algo prejudicial ao indivíduo ou até mesmo, patológico, considerando-se que muitas vezes, a identificação surge como forma de dominação.

Conforme ressaltado por Dubar (2005), a identidade é um resultado a algo estável mas também provisório e que, sujeita-se a aspectos objetivos e subjetivos pois, consoante ao que fora evidenciado por Carrieri *et al.,* (2010), a identidade não é uma substância ou atributo mas sim, o resultado da combinação de estruturas mentais e processos psíquicos que o indivíduo desenvolve ao interagir com outros indivíduos e grupos e, essa problemática deriva do fato de que tanto a identidade que um indivíduo tem para si, quanto a que tem para o outro são inseparáveis e conectadas de maneira complexa.

A identidade pode ser vista como fruto de sucessivas e simultâneas socializações, modelando-se conforme o sujeito entra em contato com outros (PAIVA; MELO, 2010).

Portanto, é na socialização primária e secundária que cria-se o sentimento de filiação e pertencimento ao coletivo, sejam estes grupos ou comunidades (FREITAS, 2005). Porém, ressalta-se que existe a possibilidade de um grupo existir objetivamente e, apesar disso, seus membros não sentirem-se efetivamente como parte destes, não se identificando propriamente como membros, muito menos reconhecendo-se uns com os outros (CIAMPA, 1989).

Perante o exposto, percebe-se que ao tomar-se a identidade como objeto de estudo, existem várias questões envolvidas além da conceituação do termo propriamente dito, como por exemplo a questão voltada à constituição individual e processos de identificação. Tendo-se tais pontos em mente, na próxima seção destaca-se alguns aspectos referentes à identidade individual e questões referentes à construção da identidade em si.

2.1.1 Identidade Individual

A relevância atribuída a estudos que tratam sobre identidade foi variável conforme o passar dos anos e do decorrer do desenvolvimento do conhecimento humano, bem como de questões voltadas à própria individualidade (JACQUES, 2013). Considerada como uma preocupação histórica, a identidade, principalmente em nível individual, é um interesse permanente de grandes pensadores (GIOIA, 1998).

O conceito sobre identidade foi delimitado no século XVIII, na época do Iluminismo e Cartesianismo, momento em que passou-se a perceber o ser humano como dotado de uma identidade, mas já na Antiguidade, os filósofos discutiam o tema. Entretanto, foi a noção psicanalítica atribuída ao termo a primeira e mais influente utilização do conceito no campo de ciências sociais (CALDAS; WOOD JR., 1997). É importante ressaltar que dentre as correntes que abordam os estudos acerca da identidade individual, duas se destacam: a de origem psicanalítica e a referente à psicologia social. Na primeira, os estudos pautam-se em aspectos voltados ao comportamento e ao *self* de um indivíduo e, a segunda corrente trata da identidade como os autoconceitos que o sujeito tem para si (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; JACQUES, 2013).

Uma identidade pode ser considerada a "história que o sujeito contaria de si" (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010, p. 37) e, é vista como uma espécie de vazio preenchido por aspectos referentes à cultura e grupos que o indivíduo faz parte, sendo em sua maioria constituída pela atividade humana principalmente por meio da linguagem e símbolos compartilhados (CALDAS; WOOD JR., 1999), porém, conforme salientado por Correa e Lourenço (2016) também pode associar-se aos valores e às experiências que um indivíduo

vivencia ao longo de sua trajetória, tanto pessoal quanto profissional. Todavia, Strauss (1999) salienta que a identidade se associa às avaliações feitas de nós mesmos, por nós mesmos ou por outros e, que dentro desse processo de construção, pode existir grande influência da linguagem bem como das referidas avaliações.

A identidade pessoal está atrelada à construção individual que uma pessoa desenvolve, sendo fruto resultante de uma construção psicológica daquilo que o indivíduo tem para si mesmo e da identidade que gera para o outro. É um processo que interliga as identidades que ele assume e as identidades que visa (MACHADO; KOPITTKE, 2002; DUBAR, 2005). Todavia, a construção dessa identidade dá-se ao longo da vida do indivíduo e não apenas em um momento específico (STRAUSS, 1999).

Dentro do processo de construção de uma identidade individual, as interações sociais possuem papel essencial tendo em vista que é por meio delas que as pessoas ao se identificarem, inserem elementos externos em suas próprias identidades, sendo condicionadas por suas interações (CALDAS; WOOD JR., 1997; BERGER; LUCKMANN, 1998; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). A formação de identidade ocorre de maneira evolutiva e reflexiva de acordo com aquilo que o sujeito percebe consciente e inconscientemente sobre si e sobre os demais (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010).

Usualmente a identidade é vista como uma estrutura individualizada que permite com que o indivíduo entenda a si mesmo, constituindo de certa forma o que é essencial para o seu ser e o que o distingue de outras pessoas pois, essa estrutura é o que o sustenta através de uma interação social (GIOIA, 1998). Simpson e Carroll (2008) ressaltam que a identidade é uma forma de autoconhecimento e permite ao ser humano ter consciência dos seus repertórios emocionais, cognitivos e sociais. Sendo assim, as identidades são consideradas importantes fontes de significado para a autoconstrução de uma pessoa (CASTELLS, 1999).

Conforme destacado por Dubar (2005), uma identidade nunca é dada, o que ocorre é a sua contínua construção estruturada de acordo com os ambientes em que o indivíduo se insere, podendo inclusive ser reconstruída se o sujeito estiver diante de incertezas. Por consequência de tal situação, uma identidade individual é adquirida por meio de vários processos de identificação que baseiam-se nas tendências de pessoas em se classificarem diante de determinadas referências (KARREMAN; ALVESSON, 2004).

Para um melhor entendimento acerca do conceito de identidade individual, cabe analisá-la como um fenômeno social. Esse fenômeno é derivado dos significados atribuídos como consequência da interação do indivíduo com grupos durante sua trajetória, relacionando-se ao grau de identificação que o mesmo possui com estes, ou seja, grupos também constituem

identidades próprias. Vale destacar que, conforme Tajfel e Turner (1979) ressaltam, nesse sentido, um grupo é visto como um conjunto de indivíduos que percebem-se como membros de uma mesma categoria social e, compartilham um envolvimento emocional comum em suas próprias definições e é com base nesse pressuposto que Tajfel e Turner (1979) afirmam que quando inserido em determinado grupo, uma pessoa irá interagir não somente com base em suas características individuais, mas também, como membro desse grupo, pautando muitas das suas ações de acordo com a identidade grupal construída.

Conforme anteriormente mencionado, no contexto de construção de identidade, a socialização acaba tendo papel essencial pois, é ela que permitirá com que haja a compreensão acerca da maneira com a qual os indivíduos compartilham significados e interagem entre si, construindo suas próprias identidades (DUBAR, 2005; BERGER; LUCKMANN, 1998) e, é por conta do processo de socialização que inicia-se na infância, que o sujeito desenvolve suas capacidades. Cabe destacar que tem-se também como resultante desse processo, as referências que ele utilizará durante toda sua vida pois, cada regra, valor e outros significativos aprendidos influenciarão seus posicionamentos (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010).

A identidade individual firma-se somente em determinado contexto e, ao longo de cada trajetória, as pessoas identificam-se umas às outras tendo identificações aceitas ou não que, por consequência, determinam as formas de definição que cada pessoa terá frente a outra (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Todavia é importante destacar que por conta de cada fase de vida de uma pessoa, podem existir transições em suas identidades por conta de que dentro de tais experiências como por exemplo ao experimentar a maternidade, há a necessidade de adaptações enquanto a identidade perpassa por uma contínua reformulação (REVELEY, 2019).

Por conta disso, a identidade não é vista, como destacam Caldas e Wood Jr. (1999, p.127), “uma entidade autônoma, estática e duradoura, mas como um processo de construção, uma atividade humana, mediada pelo uso da linguagem e ligada à socialização do indivíduo por meio da interação simbólica com seu meio”. O que ressalta que uma identidade pode ser alterada durante o percurso de vida de um indivíduo, conforme exposto por Freitas (2010), a identidade assume várias dimensões em virtude das experiências nas quais o indivíduo encontra-se envolvido.

Neste sentido, Castells (2003) destaca que a identidade pode formar-se em um contexto marcado por relações de poder e que, por conta disso, cabe haver uma distinção em três formas de origem e construção da identidade: A legitimadora, de resistência e de projeto. A identidade legitimadora, segundo o autor, é aquela introduzida pela parte dominante da sociedade, no caso,

as instituições, com o propósito de expansão e racionalização dessa dominação perante os atores sociais. A identidade de resistência é a que é criada pelos indivíduos que encontram-se em posições "inferiores" consideradas desvalorizadas pela parte dominante. Estes atores constroem então uma espécie de resistência tendo por base princípios distintos daqueles permeados pela sociedade. Por fim, a identidade de projeto é aquela construída quando os atores sociais, ao utilizarem-se dos materiais culturais dispostos aos seus alcances, constroem suas identidades buscando transformações na estrutura social, redefinindo assim, suas posições na sociedade.

É importante também salientar que, na constituição de uma identidade, os papéis que o indivíduo assume possuem grande relevância. Vale ressaltar que considera-se como papel as diretrizes estabelecidas por instituições e organizações da sociedade que influenciam diretamente o comportamento do indivíduo, desenvolvendo crenças sobre as atitudes que podem ou não ser exercidas dentro de um certo contexto e cada ator passa então a agir de acordo com expectativas alheias dos membros de seu conjunto (KATZ; KHAN, 1974 ;BERGER; LUCKMANN, 2003; CASTELLS, 2013). Assim, na medida em que os atores utilizam-se de estratégias na escolha e adaptação de seus papéis, estes exercem influência na dinâmica relacional referente à construção da identidade por levantarem-se questões de poder (SIMPSON; CARROLL, 2008). Conforme frisado no estudo de Correa e Lourenço (2016) a constituição identitária de uma pessoa pode atrelar-se aos papéis sociais desempenhados por uma pessoa bem como às relações de poder existentes no contexto organizacional. Tal estudo, confirma o que fora enfatizado por Simpson e Carroll (2008) pois, o papel juntamente ao nível de poder que uma pessoa ocupa dentro de um contexto organizacional além de afetar diretamente sua construção identitária afeta também, as identidades que serão constituídas em todo o resto da organização considerando-se que os mundos de papéis mapeiam os padrões de poder mas também de impotência e controle que ali serão exercidos sendo um intermediário de valor para o mantimento das identidades construídas.

Lourenço, Vogt e Correa (2014) evidenciam que as pesquisas relacionadas à identidade no contexto organizacional se desenvolvem em diferentes níveis de análise e em diferentes contextos. Diante do exposto até então, é possível concluir que a constituição identitária e a própria identidade são diretamente influenciadas pelo contexto em que o indivíduo se insere, por isso dá-se tal relevância a esse fato e, no caso de mulheres que se adentram na política esse ponto não é diferente haja vista que mesmo com avanços referentes à inserção, a constituição identitária de mulheres nesse setor pode sofrer com as chamadas microagressões que, conforme Nair, Good e Murrell (2019) ocorrem quando há microinvalidações de identidades, sendo um exemplo disso a atribuição de pronome masculino a grupos que possuam participantes dos dois

gêneros e, com as microagressões e microinvalidações, as identidades de tais minorias passam a ser marginalizada como resultante de formas sutis de preconceito e discriminação.

Perante os conceitos expostos na presente seção, salienta-se que o conceito de identidade utilizado no presente trabalho é o apresentado por Castells (2003) em que a identidade é vista como uma construção de significados diante de determinadas experiências e, sabendo-se que a constituição da identidade de mulheres no ambiente político é marcada pelas suas experiências e interações vivenciadas não somente no momento de suas inserções nesse cenário mas também, quando há a intenção de entrada pois a introdução de agentes nesse setor ocorre por escolha popular através do voto, portanto, desde a época de corrida eleitoral, suas identidades já são afetadas. Contudo, conforme será evidenciado pelos dados expostos a seguir, a inserção e atuação de mulheres na política traz consigo alguns diferenciais para esse ambiente. Sendo assim, no próximo tópico, detalha-se um pouco dessa trajetória, um dos focos do presente estudo.

2.2 MULHERES NA POLÍTICA

Atualmente, a participação de mulheres na política é um assunto delicado. A sub-representação feminina nesse ambiente em todo o mundo é além de uma preocupação, um assunto que rende várias discussões por parte de pesquisadores das mais diversas áreas, porém, especialmente na área de ciências sociais, haja vista que essa é uma problemática global (PIPPERT; COMER, 1998; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015; LEE, 2018).

Pesquisas demonstram que o gênero dos representantes políticos tem consequências importantes para as políticas a serem formuladas (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; POWLEY, 2007; BEAMAN *et al.*, 2009; GRANT *et al.,* 2018) e, na tentativa de se reverter a baixa participação feminina, alguns países, incluindo o Brasil, providenciaram uma série de alterações em suas legislações estabelecendo cotas mínimas nas quais de 30% a 40% das candidaturas devem ser reservadas obrigatoriamente para candidatas do sexo feminino em cada eleição (GORECKI; KUKOŁOWICZ, 2014; NANES, 2015; IDEA, 2018; TSE, 2018b). A ideia central por trás dessas parcelas seria assegurar o recrutamento de mulheres para o sistema político e tentar, de alguma forma, incentivar uma maior participação (IDEA, 2018; TSE, 2018b).

Durante as duas últimas décadas, o percentual de mulheres eleitas aumentou em mais de dois terços em relação aos anos anteriores, no entanto, durante o ano de 2018 somente 24% dos cargos políticos em todo o mundo foram ocupados por mulheres (GORECKI;

KUKOŁOWICZ, 2014; UII, 2019; NG; MUNTANER, 2018) fato este que pode ter suas raízes decorrentes de inúmeras razões, todavia, as que mais se destacam como causas são as que se referem a aspectos históricos e principalmente ao preconceito às mulheres que ainda acabam sendo vistas sob vários estereótipos que as consideram "sexo frágil", sem o pulso firme considerado necessário para esse ambiente (KOENIG *et al.,* 2011; SCHNEIDER; BOS, 2013; BAUER, 2015).

Entretanto, o preconceito e a sub-representação são apenas meros resultados de uma série de acontecimentos que foram desencadeados desde o começo das democracias. O exercício da cidadania e voto conectam-se desde a Grécia e Roma antigas, épocas em que a condição de cidadão, que permitia a participação em questões públicas e políticas, era concedida apenas a alguns homens selecionados de acordo com algumas características específicas, principalmente àquelas voltadas às condições financeiras, raça e status social em que o voto era considerado uma espécie de privilégio (KARAWEJCZYK, 2013; TOSI, 2016).

Foi apenas depois das duas grandes revoluções mundiais, a da Independência da América em 1776 e a Revolução Francesa em 1789, que houveram contribuições importantes que demonstraram que o mundo encontrava-se em período de mutações e que algumas crenças deveriam ser questionadas (KARAWEJCZYK, 2013). Foi por consequência desse período e das lutas que começaram a ali serem travadas que, mais tarde, o século XIX ficou conhecido por ter sido palco das lutas por direitos pois, até então, homens brancos e ricos eram os únicos portadores de direitos e, diante de tal estrutura, outras pessoas passaram a batalhar pelo sufrágio universal (TOSI, 2016).

Todavia, a exclusão de mulheres da política ainda ocorria e ocorreu por um bom período de tempo como consequência de valores machistas perpassados pelas gerações. Foi a igualdade cristã pregada por parte da igreja que despertou em algumas mulheres o questionamento em relação aos motivos que as levavam como cristãs a terem "almas iguais" mas como cidadãs ainda sofriam da desigualdade civil considerando-se que, ao seguir a mesma lógica até então dissipada, deveriam possuir direitos naturais iguais aos homens (ABREU, 2002; TOSI, 2016). Foi através do que Abreu (2002) pontuou como consciência cívica que despertou-se o interesse revolucionário de desafiar-se a lógica até então dominante e assim, as mulheres passaram a "desobedecer" as figuras masculinas em que eram até então subordinadas e saíram expressando suas vozes publicamente.

Porém, foi apenas em 1893 que o cenário começou a ser alterado. A Nova Zelândia foi o primeiro país no mundo a reconhecer o direito das mulheres ao voto, seguido pela Finlândia em 1906. Após a primeira guerra mundial, a Grã-Bretanha reconheceu o direito à sua população

feminina e, tornou-se exemplo para outros países da Europa como a Suécia e Noruega que foram os primeiros países no mundo onde o número de eleitoras superou o de eleitores (TOSI, 2016). Destaca-se que em 1902 foi fundada em Londres a *International Women's Suffrage Alliance*, associação sufragista responsável por fortalecer e internacionalizar o tema em diversas partes do mundo (ABREU, 2002; TOSI, 2016). Nas Américas, em 1919, os Estados Unidos definiriam o voto feminino por meio de uma emenda à sua constituição e, o Equador foi o primeiro país latino-americano que permitiu que suas cidadãs votassem, no ano de 1929 (TOSI, 2016).

Já no contexto brasileiro, a luta pelo voto havia começado em 1891, período em que 31 constituintes haviam assinado uma emenda ao projeto da Constituição que conferiria à mulher o direito a voto, porém, a emenda foi rejeitada (BUONICORE, 2009; TOSI, 2016). Desde que a primeira vila portuguesa foi fundada, em 1532, ocorrem eleições, porém, foi apenas por meio da constituição de 1934 que as mulheres brasileiras passaram a ter o direito de exercer seus votos pois, por muito tempo o sufrágio não era visto como um direito e sim, um privilégio, geralmente atribuído à "cabeça política da família". Anteriormente, a lei qualificava apenas como eleitor os considerados "homens bons" arraigados de uma série de distinções sociais como idade, renda, estado civil, escolaridade e o fato de ter sido ou não escravo (CAJADO *et al.*, 2014).

Em 1917, o Partido Republicano Feminino mobilizou dezenas de simpatizantes ao sufrágio universal às ruas de Salvador, e Leolinda Daltro, presidente do partido, lutou para que um projeto de lei a favor do sufrágio feminino fosse levado por parte de um senador ao congresso onde em 1921, o projeto passou por primeira votação, porém, não houve a segunda rodada necessária para convertê-lo em projeto de lei oficialmente (BUONICORE, 2009; KARAWEJCZYK, 2013**;** CAJADO *et al.*, 2014; TOSI, 2016).

Muito fora discutido durante as prévias da elaboração da primeira constituição, e, as primeiras eleitoras a se alistarem no Brasil, após um processo judicial eram do Estado do Rio Grande do Norte, conseguindo então, registrarem-se para a eleição que ocorreria em 1928, porém, os votos delas foram considerados inapuráveis, sob a alegação da necessidade de uma lei especial para assegurar tal direito **(**KARAWEJCZYK, 2013**;** CAJADO *et al.*, 2014; TOSI, 2016). Grande parte dos opositores ao voto feminino sustentava argumentos de superioridade para a moral da mulher, alegando que elas seriam incompatíveis ao ambiente da política e que elas "deveriam ser protegidas pela sociedade deste mal" argumentando que a elas era reservado outro papel ainda mais nobre, de "rainha do lar" (BUONICORE, 2009, p.2).

Não foram apenas as mulheres que participaram da luta pelo sufrágio feminino no Brasil, vários intelectuais, políticos e religiosos foram atuantes no movimento que teve como resultante, o direito ao voto da mulher em 1932 assinado pelo então presidente Getúlio Vargas, todavia, o voto ainda era facultativo e foi apenas por meio da Carta Magna em 1934 que o voto feminino transformou-se em dever e, consequentemente deu o direito a candidatura e eleição a mulheres, fazendo com que o Brasil fosse o quarto país da América Latina a estabelecer tal direito (BUONICORE, 2009; CAJADO *et al.*, 2014; TOSI, 2016).

O estado de São Paulo foi o primeiro a ter uma mulher eleita para a câmara dos deputados no ano de 1934. Nesta mesma eleição, no Rio de Janeiro, outra mulher ficou na posição de primeira suplência. Alagoas, Bahia, Sergipe, São Paulo e Amazonas tiveram deputadas estaduais eleitas, porém na região Sul o feito foi atingido somente anos mais tarde (BUNICORE, 2009; TOSI, 2016). Todavia, cabe destacar que o sufrágio feminino no Brasil foi uma luta engajada pelos setores da burguesia e isso acabou tendo grande influência nos posicionamentos tomados pelas mulheres que inicialmente se inseriram no campo político pois, ao contrário de países europeus, a corrente de pensamento mais forte era voltada à pensamentos de direita (BUNICORE, 2009).

Apesar desse histórico e de uma reputação marcada pelo machismo e profundas desigualdades de gênero, atualmente, a América Latina é a região do mundo que mais elegeu mulheres presidentes, o cargo mais alto em democracias, em comparação ao mundo todo, tendo esse feito realizado por sete vezes desde o ano de 2006. Cabe ressaltar que dentre os países que realizaram tal conquista, incluem-se o Chile, Argentina, Equador, Bolívia, Costa Rica, Nicarágua e por fim, o Brasil, onde a primeira presidente mulher do país foi eleita no ano de 2010 (AGUILAR; CUNOW; DESPOSATO, 2015; REYES-HOUSHOLDER, 2018).

A partir da inserção da população feminina na política, o ambiente passou por um período de mudanças e diferentes efeitos diante da população em geral. Por conta disso, no próximo tópico, desenvolve-se um pouco mais sobre o assunto.

2.2.1 As consequências da inserção de mulheres na política

Desde que permitida a sua inserção no ambiente político, as mulheres enfrentam uma série de desafios ao terem de lidar com questões históricas arraigadas nesse sistema. Não é apenas o preconceito por ser mulher mas, várias barreiras se opõem às suas permanências e tentativas de alterações da lógica dominante dentro desse cenário (BAUER, 2015; LEE, 2018; ZAKAR; ZAKAR; HAMID, 2018).

Um dos primeiros pontos a serem destacados é que a questão do gênero acaba sendo uma grande, porém não a única dificuldade para a tentativa de entrada de mulheres na política. Alguns estudos apontam que estereótipos atrelados às mulheres acabam sendo uma das principais fontes de interferência direta na escolha do voto por parte da população, haja vista que muitas vezes, as mulheres são tratadas como sensíveis e emocionais demais para cargos mais altos, o que contraria a expectativa da população, que muitas vezes, espera que seus políticos tenham posicionamentos mais brutos e agressivos (HUDDY; TERKILDSEN, 1993; EAGLY; KARAU, 2002; SANBONMATSU, 2002; JOHNS; SHEPARD, 2007; BIROLI, 2010; BAUER, 2015; LEE, 2018) e, muitas vezes, quando no poder as mulheres acabam sendo julgadas por uma série de estereótipos atribuídos ao gênero ao invés de suas atuações propriamente ditas (CHIKAIPA, 2019). Isso justifica-se, em partes por conta de que muitas vezes, as mulheres acabam sendo retratadas, principalmente pela mídia, sob o viés desses estereótipos mas também sob comportamentos "amenizados" como por exemplo, a compaixão (RENNER; MASCH, 2019). Porém, é importante ressaltar que esses comportamentos não são de todo modo ruins e sim positivos pois trazem pluralidade ao sistema.

No entanto, é justamente por conta de julgamentos negativos a respeito, principalmente vindo de parte da população, que a participação feminina na política acaba sendo retraída atrelando-se também ao fato desse ambiente ser popularmente conhecido como predominantemente masculino e altamente competitivo. As mulheres possuem qualificações, experiências e posicionamentos diferentes dos homens e, de certa maneira, isso influencia diretamente na questão de aceitação que, é significativamente maior por parte de mulheres eleitoras por conta dos posicionamentos tomados pela mulher que geralmente são em função dos direitos da mulher e em questões voltadas à saúde e família (COSTA; SCHAFFNER, 2018).

Contudo, existe um corpo de literatura crescente que visa analisar se as diferenças existentes entre legisladores femininos e masculinos realmente existem e se tais desigualdades possuem alguma interferência real na aceitação e participação dos candidatos (GEYS; MAUSE, 2012; STADELMANN; PORTMANN; EICHENBERGER, 2014; COSTA; SCHAFFNER, 2018**;** GRANT *et al.,* 2018).

Um importante destaque merece ser dado ao fato de que o gênero de um representante interfere mais na opinião de mulheres do que na de homens. Conforme pesquisas, as mulheres enxergam outras mulheres em congressos como mais competentes e íntegras, considerando-as melhores representantes justamente por darem mais atenção às questões que envolvem a mulher e saúde do que os legisladores masculinos (COSTA; SCHAFFNER, 2018). Porém, mesmo que de certa forma essa percepção seja um tanto quanto positiva, de acordo com o estudo de Bauer

(2020) os eleitores de forma geral, esperam de mulheres candidatas padrões mais elevados de qualificação do que de homens, fato este que limita seus apoios eleitorais.

Porém, a presença da mulher no poder pode trazer consigo algumas diferenças significantes em relação a países em que não há muita participação feminina na política. Um dos efeitos para os locais com líderes mulheres são vistos em relação aos tipos de investimentos que são feitos, como já mencionado, que são, em sua grande maioria, realizados com o propósito de aprimoramento dos bens públicos e também, visando investimentos que beneficiem mais as mulheres de maneira geral (WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004).

As mudanças significativas não beiram apenas os tipos de gastos, mas geram efeitos em áreas como saúde e educação. Bhalotra e Clots-Figueras (2013) ao estudarem os efeitos de eleições distritais na Índia, onde homens e mulheres tiveram o número total de votos muito próximos e os vencedores ganharam por pouca diferença, verificaram que onde uma maior quantidade de mulheres foi eleita, houve redução na taxa de mortalidade infantil e uma maior quantidade de crianças concluiu o ensino fundamental.

Outra questão a se destacar é a de que, na maioria dos casos, as mulheres não se envolvem em escândalos de corrupção. Estudos salientam que quanto maior a proporção de mulheres, menor o índice de corrupção em um país (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001; BROLLO; TROIANO, 2016). Os estudos de Brollo e Troiano (2016) apontam que, ao analisar-se os municípios brasileiros, os dados da Controladoria Geral da União, demonstram que onde há uma eleição disputada entre homens e mulheres em que as mulheres ganham por pouca diferença, tem-se menos incidência de corrupção do que quando ocorre o contrário.

De certa forma, essa situação é justificada tendo-se em vista, que quando envolvidas em escândalos de corrupção, as mulheres acabam sendo julgadas pela população com mais severidade do que homens, como consequência dos níveis de expectativas da sociedade quanto às suas honestidades (ŻEMOJTEL-PIOTROWSKA *et al.*, 2017) pois, as mulheres possuem a "fama" de possuírem padrões mais elevados de comportamentos éticos e preocupação com o bem comum (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001). No entanto, as taxas de corrupção não atrelam-se somente ao gênero do candidato e sim, a toda uma distância de poder e sistemas majoritariamente masculinos (DEBSKI *et al.*, 2018).

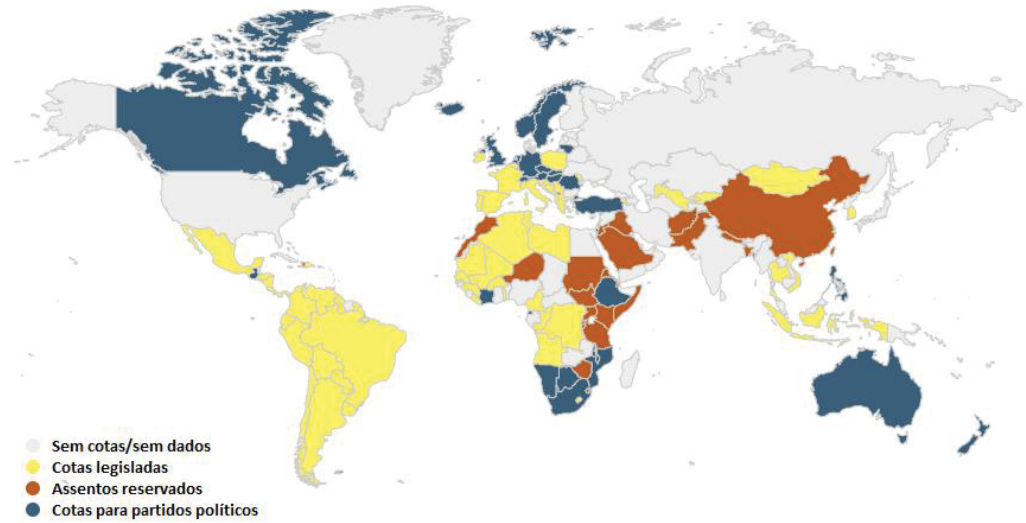
Além dos efeitos positivos de mulheres na política, cabe citar que a representatividade por parte de mulheres também é ponto de destaque por ser considerada um incentivo para outras mulheres inserirem-se nesse ambiente. Não são somente as políticas que mulheres desenvolvem que fazem a diferença para a população, mas todo o exemplo que pode ser percebido. Um caso

a ser ressaltado é o citado por Beaman *et al.* (2012) onde foram analisados as influências da participação de mulheres na Índia e, os autores puderam concluir que os participantes das entrevistas do sexo feminino que viviam em vilas que tiveram mulheres eleitas acabaram tendo mais aspirações em suas escolhas, incluindo em participar de questões políticas no futuro. Já na pesquisa de Chattopadhyay e Duflo (2004), os resultados apontaram que onde existia representatividade de mulheres, mesmo sem vagas reservadas para essas, havia um aumento significativo na chance de outras mulheres serem eleitas por conta de uma diminuição na discriminação por parte dos eleitores.

Considerando-se todos os habitantes do mundo, a proporção de homens é muito maior do que a de mulheres, porém, o que interfere na questão dessa representatividade é a má-distribuição da população (ONU, 2017; CIA, 2017). Todavia, 65,88% da população mundial encontra-se na faixa etária de eleitores e, só no Brasil, a população é composta por 51,6% de mulheres (IBGE, 2017) e, por mais que a participação das mulheres esteja aumentando progressivamente, em comparação ao número total de legisladores, ainda é uma taxa muito baixa (UII, 2019).

Conforme já mencionado, na tentativa de tentar alterar o cenário marcado por sub-representações de mulheres, alguns países fizeram algumas alterações em suas legislações, como demonstrado na figura a seguir:

FIGURA 1: COTAS DE GÊNERO PELO MUNDO



Fonte: IDEA (2019).

No Brasil essa alteração foi realizada no ano de 1997 através da aprovação da Lei 9.504 que rege que nas eleições, cada partido ou coligação deve reservar no mínimo 30% de suas

vagas para a candidatura de mulheres. Com a finalidade de verificar-se os efeitos de tais alterações, os resultados das últimas eleições municipais do país foram analisados e, verificou-se que embora as candidaturas femininas tenham aumentado, as mulheres eleitas ainda são em pequena quantidade no país pois, atualmente existem 7 vereadores, para uma vereadora (TSE, 2018). Já em cargos estaduais e federais, das 594 cadeiras, apenas 89 são preenchidas por mulheres, sendo 15% do total (UII, 2019).

De certa forma, isso ocorre por conta de, conforme dados do DataSenado (BRASIL, 2014), os partidos brasileiros ainda possuírem muita dificuldade para o preenchimento da cota mínima de candidaturas femininas que, na prática indica que o registro mínimo não é atingido todavia, cabe ressaltar que dentre as dificuldades que as mulheres enfrentam ao optarem pela corrida eleitoral, destaca-se a falta de apoio dos partidos para as mulheres, conforme salientado no estudo de Homola (2019) em que além de tal lacuna de apoio, o autor também destaca que embora a maioria dos estudos que tratem sobre a representação das mulheres parta do princípio implícito de que um aumento do número de mulheres na política irá também melhorar a qualidade da representação feminina, os resultados não apoiam esta conclusão justamente por conta da falta de incentivo dentro dos próprios partidos.

Em concordância com tal situação, conforme verificado em dados divulgados pelo TSE (2016), muitas das candidaturas no Brasil lançadas são assim feitas apenas para preencher números e a cota estabelecida. Um exemplo foi visto nas eleições de 2016 na qual 16.131 candidatos não receberam votos e, destes, 14.417 eram mulheres que, de acordo com os dados do TSE (2016), não receberam nem o próprio voto por mais que estivessem concorrendo com o registro deferido. Ressalta-se que no que tangem às eleições de 2018, ainda não foram divulgados dados oficiais sobre os resultados finais e demais ocorrências.

Na teoria, as cotas permitiriam que mais mulheres fossem eleitas e dessa forma, o interesse em participar da política seria despertado (SCHWINDT-BAYER, 2009), porém, grande parte da mulheres que acabam se inserindo no ambiente político assim o fazem por conta de laços de parentesco já existentes, o que Zakar, Zakar e Hamid (2018) colocam como "*background*" familiar, ressaltando que candidatas que já tenham familiares envolvidos no ambiente, acabam se inserindo nele com mais facilidade e incentivo.

Todavia, a falta de representatividade política feminina é uma problemática importante de ser trabalhada e estudada pois somente com o aumento desta será possível verificar-se o surgimento de uma maior diversidade de pensamentos, novas vozes, novas políticas e aspirações que não sejam enviesadas a um público específico (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004). Levando-se o exposto em consideração, na próxima seção, demonstra-se como a

temática de mulheres na política vem sendo estudada em bases de dados nacionais e internacionais.

2.2.2 Estudos anteriores sobre mulheres na política

Uma revisão de literatura é um instrumento fundamental para projetos de pesquisa de qualquer natureza pois, sendo um instrumento que permite ao pesquisador obter o conhecimento sobre como um tema anda sendo explorado em investigações acadêmicas, também permite destacar a relevância de uma questão específica que poderá ser desenvolvida e desenvolver ainda mais a base de conhecimento já existente (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003).

Sendo assim, com a finalidade de compreender melhor as discussões acerca de identidade e mulheres na política dentro do campo de ciências sociais, de janeiro a abril de 2019 e também durante o mês de dezembro do mesmo ano, realizou-se uma revisão de literatura em bases de dados nacionais e internacionais, delimitando-se o período de pesquisas para as realizadas nos últimos 5 anos, de janeiro de 2014 até dezembro de 2019.

A seleção dos artigos iniciou-se com a determinação dos descritores utilizados na busca sendo estes resultantes da literatura pesquisada. Assim, optou-se por utilizar as combinações de palavras "identidade + mulheres + política" em bases de dados nacionais (Spell e Scielo) e "identity+woman+politics" na base de dados internacional (*Web of Science*), filtrando-se artigos no período de tempo citado. Infelizmente, não foram encontrados artigos pertinentes ao tema em nenhuma das bases de dados pesquisadas pois, os artigos que surgiram de tal pesquisa continham apenas um dos termos ou não tratavam de mulheres na política, portanto, foi necessário reformular a pesquisa com outros conjuntos de palavras. Dessa forma, utilizando "mulheres+política" em bases de dados nacionais (Spell e Scielo), encontrou-se 147 artigos nos últimos 5 anos, porém, destes, apenas 11 tratavam efetivamente do tema mulheres na política. Já na base de dados internacional *Web of Science*, utilizando-se o conjunto de palavras "woman + politics" e "woman in politics" não houveram resultados significativos pois, os estudos que surgiram não tratavam propriamente de mulheres no ambiente político e sim de aspectos voltados à políticas públicas e afins, portanto, optou-se pela mudança do termo e por fim, utilizou-se o descritor "female politician" para a realização da pesquisa. Assim, foram encontrados um total de 359 artigos internacionais, todavia, 293 foram descartados. O motivo de descarte deu-se por não tratarem efetivamente de mulheres na política e sim de outros assuntos que continham apenas uma das palavras pesquisadas. Em todos os artigos

selecionados, tanto os de bases de dados nacionais, quanto internacionais, analisou-se os títulos, palavras-chave, e resumos em sua integralidade para verificar se estes realmente tratavam de assuntos relacionados à mulheres na política.

Como resultado final de tais pesquisas, 506 artigos foram filtrados. Ressalta-se que não houveram artigos repetidos, porém, de todos os pesquisados, somente 77 demonstravam-se pertinentes ao tema e às categorias pesquisadas, sendo este o número total de artigos que foram analisados.

Diante do exposto, ressalta-se quais foram os critérios de inclusão e exclusão estabelecidos:

a) Em relação ao conteúdo: Incluiu-se artigos que apresentaram a temática central relacionada à atuação de mulheres no ambiente político, referentes aos anos de 2014 a 2019.
b) Em relação ao tipo de estudo: Foram considerados somente artigos, não restringindo-se ao tipo de metodologia utilizada.
c) Critérios de exclusão: Foram excluídos os artigos que não tratavam efetivamente da atuação de mulheres na política, como por exemplo, artigos que tratavam da elaboração de políticas públicas para mulheres e artigos que continham apenas um dos termos pesquisados.

Os resultados estão dispostos a seguir:

TABELA 1: RESULTADO RESUMIDO DE BASES DE DADOS NACIONAIS

Base de dados	Total	Artigos Descartados	Total artigos analisados
Spell	26	22	4
Scielo	121	114	7
Total nacional	147	136	11
Total artigos repetidos	0		
Total de artigos analisados sem repetidos	11		

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Buscando-se campos que fossem comuns a todas as bases de dados, as pesquisas em todas as bases abrangeram o tópico “todos os campos”. Na base de dados Spell, utilizando-se o conjunto de palavras “mulheres+política” foram encontrados 26 artigos, porém, em 22 destes apareciam apenas um dos termos, ou mulheres ou política ou então, que tratavam de políticas públicas para as mulheres, não tratando efetivamente da inclusão, atuação ou inserção de mulheres na política, restando-se apenas 4 trabalhos que se enquadravam no que fora pesquisado.

Na base de dados Scielo encontrou-se 121 artigos conforme pesquisa com as mesmas palavras no campo delimitado. Deste total, 114 não eram pertinentes ao tema por não tratarem efetivamente sobre mulheres na política, contendo apenas uma das duas palavras pesquisadas ou por tratarem de políticas públicas, resultando então em 7 artigos considerados pertinentes à pesquisa.

Já na base de dados internacional pesquisada, a *Web of Science*, o resultado foi o seguinte:

TABELA 2: RESULTADO RESUMIDO DE BASES DE DADOS INTERNACIONAIS

Base de dados	Total	Artigos Descartados	Total artigos analisados
Web of Science	359	293	66
Total internacional	359	293	66
Total artigos repetidos	0		
Total de artigos analisados sem repetidos	66		

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

O termo utilizado para a pesquisa foi "*female politician"* e foram filtrados os artigos da área de ciências sociais aplicadas que tratavam dos desafios, conquistas e questões relacionadas à atuação de mulheres no ambiente político. Ressalta-se que o motivo de descarte referente aos demais artigos deu-se por conta destes não tratarem efetivamente da atuação de mulheres na política ou aspectos relacionados.

A partir dos trabalhos analisados, o principal intuito foi verificar quais os objetivos e principais resultados de pesquisas que tratavam da temática de mulheres na política, averiguando-se então como o tema vem sendo estudado nos últimos cinco anos em periódicos nacionais e internacionais.

No quadro abaixo, detalham-se os objetivos e principais resultados dos artigos selecionados de acordo com a base de dados utilizada.

A seguir, apresenta-se os artigos selecionados na base de dados Scielo.

QUADRO 1: ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO DA BASE DE DADOS SCIELO

Autores	Título	Objetivo	Principais Resultados
Ligia Fabris Campo (2019).	Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas.	Descrever o recente litígio estratégico que culminou com a transformação jurídica ocorrida no Brasil em relação à obrigatoriedade de financiamento de campanhas políticas de mulheres.	Buscou-se questionar quais seriam os desafios que se apresentariam neste caso específico com o objetivo de se construir uma agenda para a transformação do quadro de sub-representação de mulheres na política, rumo à paridade.
Daniela Leandro Rezende (2017).	Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados.	Discutir os desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados.	Argumenta-se que a demanda pela eleição de mais mulheres deve ser agregada a discussão sobre as regras e procedimentos que regulam suas atuações, uma vez que essas podem limitá-la ou torná-la mais efetiva do ponto de vista da representação de mulheres. Avaliando a distribuição de recursos legislativos (vagas em comissões legislativas e presidências de comissões e da Mesa Diretora) entre legisladoras e legisladores, constatou-se que essa ocorre de forma desigual. Destacou-se positivamente a criação da Secretaria da Mulher, instância que pode potencializar a atuação das legisladoras, mitigando os efeitos decorrentes dessas constituírem uma "pequena minoria". Por fim, argumenta-se que o desafio de eleger mais mulheres deve se articular à necessidade de garantir que às mulheres já eleitas sejam assegurados recursos que potencializem mudanças que garantam maior presença de mulheres nos espaços de poder e decisão.

Autores	Título	Objetivo	Principais Resultados
Luciana Panke; Sylvia Iasulaitis (2016).	Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais.	Trazer à reflexão a presença feminina na política a partir da análise empírica de três campanhas eleitorais vitoriosas com o objetivo de verificar se e como as presidentes latino-americanas se posicionam enquanto gênero feminino em suas campanhas.	Concluiu-se que estereótipos de gênero não parecem impedir ou inviabilizar a eleição de mulheres, pois as candidatas podem perfeitamente articular os preconceitos do eleitorado. Percebeu-se que a conjuntura econômica e os critérios heurísticos das avaliações econômicas retrospectivas foram muito mais decisivos para essas eleições do que as questões de gênero.
Maria Jordana Costa Sabino; Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima (2015).	Igualdade de gênero no exercício do poder.	Enfatizar a participação proporcionalmente menor das mulheres em relação a sua representatividade populacional nos cargos políticos brasileiros, questionando a efetividade da Lei de Cotas.	Mostra-se através da análise que a conquista de um espaço maior da mulher na política demanda mais que a fixação de um percentual a ser cumprido por partidos políticos. O caminho a ser percorrido perpassa principalmente pela produção de capital político entre as mulheres.
Rosangela Schulz; Maria Lúcia Moritz (2015).	Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010.	Elaborar um quadro comparativo entre as candidatas e os candidatos eleitos, ou seja, através do recorte de gênero verificar similaridades e diferenças na construção de candidaturas vitoriosas em termos de votos, considerando as seguintes variáveis: recursos econômicos (despesas/receitas oficiais de campanha) e recursos políticos ou trajetória política (carreira política, redes de contatos, militância).	Concluiu-se que o resultado das eleições legislativas no Rio Grande do Sul em 2010 mostrou que as mulheres continuam com dificuldades para se elegeram, tanto para a Assembleia Estadual como para a Câmara Federal, mesmo com a adoção da lei de cotas e das mudanças aprovadas recentemente. Desde a sua adoção, a grande maioria dos partidos não consegue cumprir a cota mínima dos 30% e as mulheres continuam enfrentando um conjunto maior de dificuldades quando se lançam à corrida eleitoral. Apesar desse cenário (quase) desalentador, defende-se que um outro olhar também deve ser lançado: observar aquele/as que conseguem se eleger.
Jussara Reis Prá (2014).	Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo.	Examinar os direitos políticos das mulheres na história recente da América Latina, focalizando os quatro países da região que elegeram mulheres presidentes a partir de meados dos anos 2000 – Argentina, Brasil, Chile e Costa Rica.	O artigo apresentou um panorama sobre a questão dos direitos políticos das mulheres, aludindo à realidade da relação gênero e política. Com essa referência, foram destacadas as interpelações democráticas voltadas a eliminar as barreiras à concretização daqueles direitos. Essas interpelações eram provenientes de uma agenda de expansão da cidadania feminina e dos direitos humanos das mulheres – em suma, orientada à igualdade de gênero.
Fernanda Ferreira Mota; Flávia Biroli	O gênero na política: a construção do "feminino" nas	Discutir as relações entre mídia, gênero e eleições por meio da análise da	Conclui-se que uma eleição com duas candidatas mulheres entre as principais alternativas consideradas

Autores	Título	Objetivo	Principais Resultados
(2014).	eleições presidenciais de 2010.	cobertura jornalística do Jornal Nacional da Rede Globo e do Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral durante a campanha de 2010, com foco na cobertura e nas inserções das/os principais candidatas/os à Presidência da República, Dilma Rousseff, José Serra e Marina Silva.	pelo eleitorado fez com que temáticas relacionadas à mulher entrassem em jogo de forma mais direta no ambiente eleitoral, mesmo quando não eram o foco principal dos discursos. Mas o que se percebe é a reprodução de entendimentos convencionais sobre o que é ser mulher e ser mulher na política – sem dúvida tensionadas pelas trajetórias de mulheres que não são a expressão de convenções, mas também pelo modo como os estereótipos de gênero atravessam diferentes espaços e são mobilizados pelos atores políticos.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A seguir também são expostos os artigos selecionados na base de dados Spell.

QUADRO 2: ARTIGOS SELECIONADOS PARA REVISÃO DA BASE DE DADOS SPELL

Autores	Título	Objetivo	Principais Resultados
Silveli Cristo-Andrade; Danilo Soares Monte-mor (2019).	O que Pensam Mulheres Brasileiras e Estadunidenses sobre o Candidato Político?	Evidenciar como a mulher escolhe seu candidato.	Identificou-se que a mulher brasileira escolhe seu candidato diferentemente da mulher estadunidense, bem como também se encontram diferenças entre uma mulher escolher seu candidato e um homem escolher seu candidato. Atributos como imagem e qualidade percebida pelos eleitores não se mostraram tão significativos para a mulher brasileira como para a mulher estadunidense.
Flávia de Paula Duque Brasil; Girlene Galgani Reis (2014).	Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte.	Analisam-se as conferências de políticas para as mulheres realizadas em Belo Horizonte de 2004 a 2010, sob o enfoque da inclusão política e da incorporação das deliberações coletivas como orientadoras de políticas públicas por meio da perspectivas de conselheiras.	Na perspectiva das conselheiras, as conferências têm favorecido a inclusão política, embora considerem que suas resoluções não têm afetado de forma sistemática as políticas públicas.
Ana Claudia Farranha (2014).	Equidade e Política Pública: Anotações para uma Metodologia de Avaliação.	Esse texto sistematiza aspectos de uma metodologia de avaliação, a qual se dirige aos programas de promoção da equidade no mundo do trabalho, buscando um diálogo com o campo da gestão social. Ele parte da experiência do Programa Pró-Equidade de Gênero, constituído no âmbito da Secretaria Especial de Promoção de Políticas para as Mulheres – SPM	Aponta-se a quais desafios os processos de avaliação devem se ater, na tentativa de evidenciar a importância da promoção de políticas de equidade.

Autores	Título	Objetivo	Principais Resultados
Patrícia Araújo Henderson; Marcos Aurélio de Araújo Ferreira; Joel Souza Dutra (2014).	As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil	Identificar as barreiras que têm dificultado às mulheres, no processo de ascensão, alcançar posições hierárquicas em níveis estratégicos, dentro de organizações no Brasil	Observa-se que a existência de um teto de vidro parece não mais explicar as restrições, mas a imagem de um labirinto com múltiplas alternativas configura-se como alternativas à carreira da mulher contemporânea. A formação acadêmica, a presença de um mentor durante a trajetória de carreira e a pressão pela masculinização parecem ter sido características com alta relevância para as informantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

A partir de tais dados, é possível verificar que o ano de 2014 foi o ano com maior número de publicações acerca da temática de mulheres na política nacionalmente, todavia, cabe ressaltar que quase todas as publicações da base de dados Spell foram concentradas apenas neste ano. Destaca-se também que, conforme verificado nos quadros expostos, a maioria dos estudos que tem por temática as mulheres na política focam em questões de gênero, estereótipos e sub-representação feminina perante um ambiente que demanda visões mais holísticas.

Expõe-se então, a seguir os artigos selecionados para a revisão na base de dados internacional pesquisada:

QUADRO 3:ARTIGOS SELECIONADOS PARA A REVISÃO NA BASE DE DADOS WEB OF SCIENCE

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Paul Schuler (2019).	*Female Autocrats as Role Models? The Effect of Female Leaders on Political Knowledge and Engagement in Vietnam.*	Pesquisas mostram que a presença de mais mulheres políticas pode reduzir as disparidades de gênero no conhecimento político. Para testar se modelos políticos femininos aumentam o conhecimento em autocracias, este estudo utiliza dados únicos de pesquisa do Vietnã ocorrendo antes e depois de uma mudança de liderança.	Na transição, todos os principais líderes mudaram de líderes homens para diferentes líderes homens, exceto o legislador, que fez a transição de homem para mulher. Os resultados mostram que a sua seleção levou a um maior aumento no reconhecimento de nome para a sua posição entre as mulheres em comparação com os homens e que as mulheres estavam mais propensas a prestar atenção aos procedimentos legislativos após a sua seleção. Estes resultados sugerem que o efeito modelo viaja para as autocracias, embora em menor grau.

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Rebecca Coates Nee; Mariana De Maio (2019).	*A 'Presidential Look'? An Analysis of Gender Framing in 2016 Persuasive Memes of Hillary Clinton.*	Este estudo analisou imagens manipuladas (memes) postadas no Twitter sobre Clinton durante a campanha eleitoral geral. Os pesquisadores procuraram identificar se os memes negativos refletiam estereótipos de gênero socialmente construídos.	Os resultados mostram que os quadros de gênero usados nos memes contra Clinton foram baseados em traços biológicos / físicos femininos (fracos, doentes, pouco atraentes), traços anti-femininos (desonestos, não confiáveis) e traços políticos femininos negativos (ditatoriais, não qualificados) que eram incongruentes com o papel percebido da presidência.
Jonathan Homola (2019).	*Are Parties Equally Responsive to Women and Men?*	Este artigo explora (1) se os formuladores de políticas respondem igualmente às preferências de mulheres e homens e (2) se o aumento da presença de mulheres no parlamento melhora a capacidade de resposta às preferências das mulheres.	O estudo constata que os partidos respondem às mudanças de preferência de mulheres e homens. No entanto, os partidos respondem mais às mudanças de preferência entre homens do que entre mulheres - uma descoberta que não é afetada pela participação de mulheres políticas no parlamento. Os resultados questionam a suposição implícita de que a representação política substantiva das mulheres decorre necessariamente de sua representação descritiva nas legislaturas.
Sun Young Parka; Young Min Baek (2019).	*Citizens' Ambivalence toward Female Politicians: Why Ambivalence Matters for Gender Equality in a Democracy.*	Este estudo investigou a ambivalência dos cidadãos em relação às mulheres políticas e como a informação sobre o político é valiosa e ajuda-os a resolver suas ambivalências, fazendo-os formar atitudes polarizadas em relação ao candidato.	Os participantes do estudo sentiram uma ambivalência mais forte em relação a uma candidata feminina do que a um candidato masculino; aqueles que sentiram uma ambivalência mais forte relataram pensamentos mais unilaterais e uma avaliação mais extrema do candidato, mas apenas quando o candidato era uma mulher. Os cidadãos também foram mais facilmente persuadidos por informações valorizadas para resolver sua ambivalência sobre a candidata feminina. Com base nas descobertas, discutiu-se também o processo político-psicológico subjacente à ambivalência dos cidadãos em relação às mulheres políticas e como essa se relaciona com a democracia igualitária de gênero.
Obediah Dodo;	*Female Political Youth Activism - A*	Compreender se a participação das jovens	O estudo estabeleceu que, embora o Zimbábue tenha

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Blessmore Mpofu (2019).	*Study of the Motivation in Seke..*	do sexo feminino na política ativa no Zimbabué foi influenciada pelo desejo de algumas das jovens do sexo feminino de participar ativamente apenas para enfrentar desafios intermináveis na esfera social, política e econômica.	vários instrumentos para a promoção do envolvimento das mulheres na política, o terreno político é definido por várias barreiras sociais, econômicas e culturais. O estudo identificou alguns dos fatores que impulsionam a juventude feminina para a política e alguns que dificultam a sua participação. Observou-se que as jovens do sexo feminino que sofreram violência são mais prováveis do que os jovens não afetados para se tornarem políticas eficazes e para perceberem a importância das eleições.
Benjamin Melusky (2019).	*Gender and Fiscal Gridlock in the American States.*	Examinar todas as leis orçamentárias dos estados americanos de 1993 a 2006, focando tanto a ocorrência quanto a duração das falhas orçamentárias (impasses), examinando especificamente se uma maior representação das mulheres reduz o impasse e garante a passagem oportuna de um orçamento.	Embora as descobertas ofereçam algum apoio para que o aumento da representação feminina, em particular na minoria política, torne o governo mais colaborativo somente depois de não aprovar seu orçamento, o impacto do gênero acaba sendo consideravelmente reduzido, dependendo da polarização e das diferenças distintas da câmara legislativa.
Alexandra Domike Blackman; Marlette Jackson (2019).	*Gender Stereotypes, Political Leadership, and Voting Behavior in Tunisia.*	Examinar os efeitos das plataformas políticas de gênero, de liderança de gênero e candidato no apoio aos eleitores.	Com base na teoria da congruência de papéis, encontrou-se evidências de preconceito contra candidatas entre os eleitores, particularmente entre os entrevistados que mantêm normas patriarcais de gênero. Além disso, descobriu-se que todos os entrevistados têm maior probabilidade de preferir candidatos que enfatizam questões de segurança do que os direitos das mulheres. No geral, o estudo sugere que candidatas que enfatizam questões congruentes com estereótipos de liderança política, como segurança, podem aumentar o apoio dos eleitores, embora os entrevistados também recompensem candidatos masculinos que apelam para questões congruentes de liderança.

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Anthony J. Nownes; Patricia K. Freeman (2019).	*Gender-Based Differences in Information Use and Processing among State Legislators.*	Baseando-se nos dados de uma pesquisa com 612 legisladores estaduais nos Estados Unidos, este estudo pergunta: Os legisladores masculinos e femininos usam e respondem às informações de diferentes maneiras?	Os resultados mostram o seguinte: (1) as legisladoras prestam mais informações do que as legisladores; (2) As legisladoras confiam muito menos em seus próprios pensamentos e experiências para guiá-las do que os legisladores do sexo masculino; (3) As legisladoras são mais propensas do que os legisladores a atenderem a informações de grupos de interesse, estudos de pesquisa, agências e departamentos estaduais e políticos locais; (4) As legisladoras consideram uma gama maior de tipos de argumentos quando tomam decisões legislativas do que os legisladores do sexo masculino; e (5) as legisladoras são mais propensas do que os legisladores a considerar seriamente argumentos densos, credíveis, políticos e de análise econômica, além de argumentos orientados a outros.
Ansgar Hudde; Carmen Friedrich (2019).	*Having power, having babies? Fertility patterns among German elite politicians.*	Analisar padrões de fertilidade entre a elite política alemã.	Os resultados mostram que, em média, os homens políticos têm muitos filhos: 2,0 no oeste da Alemanha e 2,2 no leste da Alemanha. As mulheres políticas têm muito poucos filhos no oeste da Alemanha (1,3) e relativamente muitos no leste da Alemanha (1,9). Para os homens, a observação de alta fertilidade nesse grupo de alto status pode sugerir uma associação positiva entre status social e fertilidade. Para as mulheres, grandes diferenças leste-oeste nesse subgrupo podem significar que a associação entre status social e fertilidade no topo da distribuição de status pode ser negativa ou positiva, dependendo de características em nível macro, como normas de gênero e políticas de reconciliação entre família e trabalho.
Mariana Caminotti;	*Neither Penalised nor Prized: Feminist Legislators, Women's*	A sabedoria convencional sustenta que os líderes	Não encontrou-se diferenças significativas nas carreiras políticas por gênero ou perfil

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Jennifer M. Piscopo (2019).	*Representation, and Career Paths in Argentina.*	partidários punem as legisladoras que advogam pela igualdade de gênero. Testa-se essa suposição usando o caso argentino, fazendo duas perguntas. Primeiro, quem conta como legisladora feminista e como sabemos? Segundo, as legisladoras feministas têm trajetórias de carreira que indicam marginalização ou penalização?	de política dos legisladores. De fato, muitas campeãs feministas mantêm posições de prestígio durante o congresso, mas esse capital político não resulta em punição nem recompensa após o congresso. As mulheres que representam mulheres não passam para os principais cargos após o congresso, mas também não desaparecem da vida pública.
Ludovic Rheault; Erica Rayment; Andreea Musulan (2019).	*Politicians in the line of fire: Incivility and the treatment of women on social media.*	Testar se as mulheres na política são mais fortemente alvo da incivilidade on-line, como sugeriram relatos recentes da mídia.	As estimativas indicam que aproximadamente 15% das mensagens públicas enviadas aos senadores podem ser categorizadas como incivilizadas, enquanto a proporção é cerca de quatro pontos menor no Canadá. Encontrou-se evidências de que as mulheres são mais alvo de mensagens incivilizadas do que os homens, embora apenas entre políticos altamente visíveis.
Andrea Carson; Leah Ruppanner; Jenny M. Lewis (2019).	*Race to the top: using experiments to understand gender bias towards female politicians.*	Responder o questionamento: Os eleitores julgam as mulheres políticas menos favoráveis do que as mulheres, quando recebem um conjunto idêntico de informações sobre suas origens?	Verificou-se que os eleitores veem as candidatas como mais capazes e com maior probabilidade de votar nelas, mas são menos propensas a esperar que vença. As candidatas são vistas como mais capazes em suas funções militares e de saúde, mas o gênero é percebido como uma grande barreira para o sucesso de uma candidata. As mulheres e as pessoas que se alinham com os partidos Trabalhista / Verde são mais favoráveis a uma candidata, mas encontramos evidências limitadas de que aquelas que se alinham com os liberais / nacionais são abertamente hostis a uma candidata.
Mileah Kromer; Janine A. Parry (2019).	*The Clinton Effect? The (Non)Impact of a High-Profile Candidate on Gender Stereotypes.*	A presença de uma determinada mulher política de alto nível influencia o modo como os cidadãos pensam sobre as mulheres na política em geral?	Com base nos estudos da psicologia social sobre o papel dos exemplos na avaliação automática, nossos resultados indicam que a maioria das pessoas ainda mantém percepções de gênero em relação às mulheres em cargos

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			públicos, mas também que pressionar o botão Clinton primeiro não diminui nem agrava amplamente as expectativas de gênero. Isso é verdade mesmo entre homens e republicanos, que, segundo estudos anteriores, seriam mais suscetíveis a efeitos exemplares, e independentemente de os entrevistados estarem preparados para pensar em Clinton como diplomata ou candidato.
Benny Geys; Rune J. Sørensen (2019).	*The impact of women above the political glass ceiling: Evidence from a Norwegian executive gender quota reform.*	Explora-se a variação resultante em "choques de cotas" usando um design de diferença de diferenças para identificar o efeito da cota na representação política das mulheres, bem como nas políticas públicas locais.	Constata-se que mais mulheres ingressam no conselho executivo após a reforma, embora haja pouca repercussão na representação das mulheres no conselho local e na probabilidade de uma prefeita ou administradora de topo. Também não encontrou-se evidências consistentes de mudanças nas políticas públicas devido ao aumento da representação de mulheres em cargos com poderes executivos.
Lorena Recalde; Gabriela Baquerizo; Esteban Zunino (2019).	*Women in Politics and their Presence in Twitter: Argentina as a Case Study.*	Analisar o uso do Twitter pelas principais líderes políticas femininas durante a campanha das eleições legislativas intermediárias na Argentina em 2017.	Na maioria dos espaços políticos analisados, não é evidente o uso articulado do Twitter entre os políticos pertencentes a um determinado partido. A frequência de suas conversas e os usos da rede social estão mais associados a decisões individuais do que a um planejamento consistente e centralizado.
Tiffany D. Barnes; Emily Beaulieu (2019).	*Women Politicians, Institutions and Perceptions of Corruption.*	Por que as pessoas assumem que as mulheres políticas são menos propensas do que os homens a se envolverem no uso ilegal de posições públicas para ganho privado? Argumenta-se que os eleitores podem perceber as mulheres como marginalizadas nas instituições políticas, ou como mais avessas ao risco e, consequentemente, mais constrangidas pela supervisão institucional,	Encontrou-se forte apoio à explicação da aversão ao risco, bem como efeitos heterogêneos por sexo dos entrevistados, tanto para os mecanismos de marginalização quanto para a honestidade. Essas descobertas sugerem que os contextos institucionais em que as mulheres estão operando podem ajudar a explicar por que as pessoas as percebem como menos propensas a se envolver em corrupção. Identificar esses mecanismos é fundamental para entender o papel das mulheres na política e

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
		o que poderia levar a percepções das mulheres como menos propensas a se envolver em corrupção.	melhorar a confiança no governo.
Ella S. Prihatini (2019).	*Women's views and experiences of accessing National Parliament: Evidence from Indonesia*.	Explorar a conformidade entre a experiência das mulheres em candidatar-se a uma eleição legislativa e a literatura sobre representação parlamentar das mulheres, usando as mulheres políticas indonésias como um estudo de caso.	A análise revela que o acordo mais forte foi dado à explicação cultural/ideológica. Também confirma que o sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta (PR) e a cota de gênero oferecem uma oportunidade maior para as mulheres ganharem um cargo eletivo. No entanto, conforme elaborado na seção de discussão, as práticas desenfreadas de política monetária e fraude na contagem de votos podem ser um obstáculo para todos os candidatos, se não forem abordadas adequadamente. Além disso, este estudo demonstra que a experiência subjetiva das deputadas é importante e precisa ser reconhecida para compreender o que realmente está prejudicando a nomeação política das mulheres.
Amanda Haraldsson; Lena Wängnerud (2019).	*The effect of media sexism on women's political ambition: evidence from a worldwide study*.	Apresentar os resultados de um dos primeiros estudos globais sobre a relação entre sexismo na mídia e a participação de candidatos na câmara baixa dos parlamentos nacionais, que são mulheres.	Os resultados mostram que, mesmo ao controlar o número de mulheres no parlamento, sistema eleitoral, cotas de gênero, nível de desenvolvimento humano, nível de direitos das mulheres, liberdade da corrupção e acesso à mídia, existe uma relação significativa entre o sexismo da mídia. medido como (i) a proporção de todos os assuntos de notícias que são mulheres e (ii) a proporção de todos os assuntos de notícias retratados na função de especialistas mulheres - e a proporção de mulheres candidatas ao parlamento: quanto maior o nível de sexismo na mídia, menor a participação de mulheres candidatas.
Diana Zulli (2019).	*The Changing Norms of Gendered News Coverage: Hillary*	Pesquisas com mulheres políticas sugerem que as mulheres enfrentam um	Uma análise de conteúdo da cobertura de notícias sobre Clinton, de 1969 a 2016,

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
	Clinton in the New York Times, 1969–2016.	duplo vínculo. As políticas femininas devem abraçar sua feminilidade, mas não serem muito femininas, e devem demonstrar masculinidade sem se desviar das normas de gênero. Considerando isso, este estudo fornece uma análise longitudinal da cobertura da mídia pessoal e profissional de Clinton no New York Times.	mostra que ela não está muito ligada a rótulos de gênero, traços de gênero ou menções à aparência física. Além disso, Clinton não foi excessivamente discutida como uma desafiadora de novidades ou normas. Esses achados contradizem a literatura anterior, demonstrando uma tendência potencial de não usar o gênero como descritor ou limitação para as mulheres políticas.
Anna-Maria Renner; Lena Masch (2019).	*Emotional woman – rational man? Gender stereotypical emotional expressivity of German politicians in news broadcasts.*	Examinar qual a prevalência das emoções femininas e masculinas de políticos.	Descobriu-se que as emoções das mulheres políticas podem ser vistas mais frequentemente na televisão do que as emoções dos homens políticos. Além disso, as emoções positivas das mulheres políticas são mostradas com mais frequência do que as dos homens políticos.
Elizabeth R. Brown *et al.* (2018).	*Ain't She a Woman? How Warmth and Competence Stereotypes about Women and Female Politicians Contribute to the Warmth and Competence Traits Ascribed to Individual Female Politicians.*	Investigar como os estereótipos de valor e competência associados a mulheres e mulheres políticas contribuíram para os traços de valor e competência associados a Hillary Clinton e a uma nova candidata política feminina.	Verifica-se que a estereotipagem das mulheres políticas pode depender não apenas de elas serem categorizadas como mulheres e/ou mulheres políticas, mas também de serem categorizadas de acordo com seus partidos.
Hailey Hayeon Joo; Jungmin Lee (2018).	*Encountering female politicians.*	Estimar o efeito de exposição na ausência de ação afirmativa. Especificamente, explora-se um cenário institucional único em uma eleição do conselho local na Coréia, que dá origem a uma variação aleatória nos resultados de votação de candidatas do sexo feminino.	As descobertas mostram que as mulheres titulares têm alguns efeitos positivos sobre as candidatas femininas na eleição subsequente. Nas alas onde as candidatas são eleitas, não apenas o número de mulheres candidatas, mas também sua participação no total de votos aumenta na eleição subsequente. No entanto, não encontrou-se nenhum efeito de exposição positiva em termos da participação de membros do sexo feminino em um conselho, que deve ser o resultado final para o efeito de exposição.
Julia Debski *et al.* (2018).	*Gender and corruption: The*	Analisar a relação entre gênero e corrupção	Primeiro, analisa-se os dados entre países e confirma-se os

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
	neglected role of culture.	usando dados de um painel de 177 países de 1998 a 2014. Especificamente, distingue-se entre o papel das mulheres na política e na força de trabalho ao analisar possíveis vínculos com a corrupção como por exemplo, a cultura.	resultados de referência da literatura anterior: as maiores participações das mulheres na política e na força de trabalho estão correlacionadas com níveis mais baixos de corrupção. Contudo, uma vez incorporados os efeitos fixos do país, a relação observada desaparece, ou seja, um aumento da participação feminina na sociedade não está associado a uma redução da corrupção no mesmo país. Esse resultado surge tanto em relação à significância estatística quanto à magnitude, pois a correlação entre gênero e corrupção torna-se praticamente zero, uma vez que considerou-se as características específicas de cada país.
Rubeena Zakar; Muhammad Zakria Zakar; Naqib Hamid (2018).	*Gender mainstreaming in politics: Perspective of female politicians from Pakistan.*	Explorar os desafios e obstáculos enfrentados pelas mulheres políticas na política paquistanesa, apesar das iniciativas de incorporação da perspectiva de gênero.	O estudo revelou que o principal desafio enfrentado pelas mulheres na política era ganhar a entrada formal no sistema político devido a várias restrições socioculturais, como a cultura do pardha (velar), a dupla responsabilidade do trabalho doméstico e carreiras políticas, intrusão de homens nas carreiras políticas das mulheres e falta de apoio da liderança do partido político. Apesar das iniciativas de incorporação de gênero, incluindo as cotas de gênero, a estrutura patriarcal subjacente da sociedade serve como um grande obstáculo para o empoderamento das mulheres.
YuJung Julia Lee (2018).	*Gender, Electoral Competition, and Sanitation in India.*	Como a competição eleitoral molda a representação das mulheres sobre questões favoráveis às mulheres? Aborda-se essa questão investigando como o acesso a instalações de saneamento na Índia rural é afetado pela representação feminina e pelas preocupações eleitorais.	Os resultados mostram que em áreas com corridas muito próximas entre um candidato masculino e um feminino, as legisladoras estaduais aumentam o acesso a latrinas de alta qualidade. Em contraste, as eleições competitivas em geral estão associadas ao aumento do acesso a latrinas, mas tendem a ser latrinas de baixa qualidade. Em conjunto, os resultados mostram que, embora as eleições competitivas motivem

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			os políticos a aumentar o nível de serviços básicos para seus eleitores, elas não garantem a qualidade dos serviços. As mulheres políticas, uma vez eleitas, tomam decisões diferentes em relação às questões favoráveis às mulheres em comparação com as masculinas, priorizando a prestação de serviços de alta qualidade, como o acesso à latrina, devido ao maior impacto que elas têm no bem-estar das mulheres.
Iris Grant *et al.* (2018).	*Historic sex-ratio imbalances predict female participation in the market for politicians.*	Analisar os efeitos a longo prazo dos desequilíbrios entre homens e mulheres na participação da mão-de-obra feminina, em particular no mercado dos políticos.	Explora-se a variação nas relações entre os sexos - o número de homens dividido pelo número de mulheres em uma região - na Alemanha, induzida pela Segunda Guerra Mundial. Nas eleições de 1990, as mulheres tinham maior probabilidade de concorrer a cargos em circunscrições que tinham relativamente menos homens em 1946. Não encontrou-se,porém, um efeito significativo da proporção entre os sexos sobre a probabilidade de uma mulher ganhar as eleições.
Mia Costa; Brian F. Schaffner (2018).	*How Gender Conditions the Way Citizens Evaluate and Engage with their Representatives.*	Com dados da pesquisa do painel Cooperative Congressional Election Study, examina-se como uma mudança no gênero de um representante afeta as percepções dos indivíduos sobre esse representante e a probabilidade de contatá-lo.	Verifica-se que as mulheres expressam avaliações mais positivas de representantes femininos do que representantes masculinos, mas também são menos propensas a entrar em contato com representantes do sexo feminino. Por outro lado, o efeito do gênero de um candidato eleito não afeta significativamente a forma como os homens avaliam ou se envolvem com esse funcionário. No entanto, também mostramos que o partidarismo condiciona esses efeitos, talvez devido ao fato de que os estereótipos de gênero operam de maneira diferente para os democratas do que para os republicanos.
Ella S. Prihatini (2018).	*Indonesian young voters: Political knowledge and*	Investigar os interesses políticos compartilhados entre jovens eleitores	O estudo conclui que não há diferença significativa em termos de comportamento de voto entre jovens e não jovens

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
	electing women into parliament.	indonésios (17–24 anos), seus conhecimentos sobre sistemas eleitorais e suas preferências na eleição de legisladoras do sexo feminino.	eleitores indonésios durante as eleições legislativas, pois ambos os grupos são influenciados por estereótipos de gênero sobre a capacidade dos políticos do sexo masculino e feminino para representar os eleitores.
Christina Ladam; Jeffrey J. Harden; Jason H. Windett (2018).	*Prominent Role Models: High-Profile Female Politicians and the Emergence of Women as Candidates for Public Office.*	Verificar se a entrada de mulheres proeminentes na política inspira outras mulheres a entrar na política.	Conclui-se que as mulheres nos principais gabinetes são cruciais para a representação das mulheres. Além de seu impacto direto na política, eles amplificam a voz política das mulheres, motivando mais mulheres a entrar na política.
Ryan F. Lei; Galen V. Bodenhausen (2018).	*Economic Anxieties Undermine Support for Female (but not male) Political Candidates.*	Verificar se as mulheres políticas são prejudicadas por condições econômicas adversas de maneiras que seus colegas do sexo masculino não são.	A maioria dos americanos adota uma disposição, a princípio, para apoiar uma comandante feminina. Porém, diante da avaliação de potenciais candidatos para altos níveis de liderança política, a instabilidade econômica pode ativar o pensamento de gênero de maneiras que desvalorizam diferentemente as mulheres que buscam papéis de liderança.
Edwin Ng; Carles Muntaner (2018).	*The effect of women in government on population health: An ecological analysis among Canadian provinces.*	Avaliar o efeito das mulheres no governo sobre as taxas de mortalidade por todas as causas padronizadas por idade, avaliar o papel mediador potencial dos gastos do governo e determinar o papel desempenhado pelo partidarismo político.	O aumento de mulheres nos partidos políticos de esquerda, centro e direita está significativamente associado à diminuição das taxas de mortalidade. As mulheres no governo podem provocar mudanças desejáveis na saúde da população. O trabalho incentiva mais debates e pesquisas sobre cotas e outras medidas destinadas a nivelar o campo político para as mulheres.
Jürgen Maier; Anna-Maria Renner (2018).	*When a Man Meets a Woman: Comparing the Use of Negativity of Male Candidates in Single- and Mixed-Gender Televised Debates.*	Seguindo a linha de pesquisas cujo objetivo é analisar as consequências da crescente representação das mulheres na política, esta pesquisa compara os políticos do sexo masculino e feminino por meio de uma perspectiva feminina.	Os resultados indicam que o gênero do oponente político afeta a incivilidade, mas não o uso de ataques em geral. Nos debates sobre gêneros mistos, há menos incivilidade. No entanto, diferenças no tratamento de oponentes masculinos e femininos tendem a diminuir com o tempo. Conclui-se que as candidatas do sexo feminino transformam a comunicação de campanha - não apenas porque se comunicam de maneira

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			diferente dos homens, mas também porque influenciam a comunicação política dos políticos do sexo masculino.
Miguel Carreras (2018).	*Why no gender gap in electoral participation? A civic duty explanation.*	Analisar o paradoxo pouco estudado no estudo das desigualdades participativas de gênero: a falta de uma lacuna de gênero na participação eleitoral.	Os resultados da análise da mediação sugerem que cerca de metade do efeito total do sexo na participação eleitoral é mediada por dever. Este é um achado importante, mas também sugere que podem existir outros fatores que contribuem para o paradoxo analisado neste artigo. Primeiro, as mulheres podem priorizar a participação eleitoral (ao invés de contatar políticos ou participar de reuniões políticas) porque o voto é uma forma participativa que requer relativamente pouco tempo, e o tempo é um recurso que as mulheres frequentemente carecem (Schlozman et al., 1994). Segundo, votar é uma forma mais privada de participação - o voto é secreto e os indivíduos estão sozinhos nas urnas - o que permite que as mulheres se envolvam politicamente de maneira menos pública e conflituosa do que trabalhar para um partido político ou participar de uma manifestação.
Catherine Reyes-Housholder (2018).	*Women Mobilizing Women: Candidates' Strategies for Winning the Presidency.*	A América Latina elegeu mais mulheres presidentes do que qualquer outra região do mundo, embora as teorias dominantes sobre campanha tendam a ignorar o gênero. Ao abordar essa lacuna, este artigo argumenta que a crença generalizada de que as mulheres são melhores na mobilização de mulheres significa que as candidatas tendem a investir esforços mais significativos no cultivo de um núcleo de mulheres com base na identidade de gênero.	As análises apoiam empiricamente a teoria da mobilização estratégica de gênero ao mostrar como as candidatas "mais diferentes" usaram três táticas no início da corrida: encontro com grupos de mulheres, evocando identidades de gênero e prometendo mudança pró-mulheres. Os "mais diferentes" candidatos do sexo masculino não tenderam a priorizar o direcionamento de eleitores femininos dessa maneira, mas quando o fizeram - muitas vezes respondendo a candidatos femininos viáveis - eles tenderam a delegar as tarefas às mulheres substitutas.
Moran Yarchi;	*Women politicians are more engaging:*	Analisar a capacidade dos políticos do sexo	As evidências indicam fortemente que a mídia social

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Tal Samuel-Azran (2018).	*male versus female politicians' ability to generate users' engagement on social media during an election campaign.*	masculino *versus* feminino de envolver os usuários de mídia social durante uma campanha eleitoral, usando a campanha israelense de 2015 como estudo de caso.	oferece maiores oportunidades para as mulheres se promoverem e melhorar seu status no jogo de poder político.
Christina Wolbrecht; David E. Campbell (2017).	*Role models revisited: youth, novelty, and the impact of female candidates.*	Verificar se as mulheres políticas servem como modelos políticos.	Os resultados apontam que as mulheres mais jovens se tornam significativamente mais propensas a discutir política quando experimentam uma candidata feminina viável e nova. Ressalta-se que só se encontrou esse efeito quando a candidata do sexo feminino não é atual, sugerindo que a novidade de candidatas pode ser fundamental. Não encontrou-se um efeito similar entre as mulheres mais velhas.
Yuki Tsuji (2017).	*Explaining the Increase in Female Mayors: Gender-Segregated Employment and Pathways to Local Political Leadership.*	Este artigo tenta esclarecer as razões para o aumento de prefeitas examinando as carreiras de mulheres eleitas desde o início do século XXI e quatro estudos de caso que iluminam vários caminhos para o poder das mulheres prefeitas.	Sugere-se que as práticas de emprego segregadas por gênero do Japão criaram inadvertidamente um novo caminho para o poder local para as mulheres, desde a dona de casa até os líderes da sociedade civil e, em última instância, até o político local.
Mercy Ette (2017).	*Where are the women? Evaluating visibility of Nigerian female politicians in news media space.*	Examinar a representação espacial de mulheres políticas nigerianas nos meios de comunicação do país mais populoso da África.	A análise mostra que as mulheres não ocupam apenas espaço limitado na mídia, mas também são marginalizadas em notícias políticas, apesar de décadas de defesa da igualdade de gênero. Embora as mulheres tenham se tornado mais ativas politicamente desde o fim da ditadura militar do país em 1999, sua participação e engajamento na política não se reflete na cobertura da mídia. O estudo argumenta que o grau de visibilidade das mulheres nas notícias políticas fortalece a marginalização e reforça as suposições de que "somente os homens fazem política". O estudo também ilustra como os jornais reforçam a compreensão patriarcal da política e, consequentemente, destaca os obstáculos manifestos e latentes que as

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			mulheres encontro na arena política.
Laurenz Ennser-Jedenastik (2017).	*Campaigning on the welfare state: The impact of gender and gender diversity.*	Este artigo propõe a diversidade de gênero no nível do grupo como um fator explicativo chave. A hipótese é que o hiato de gênero na política social diminui à medida que a representação feminina em um partido político aumenta. Para testar este argumento, examinam-se quase 8000 comunicados de imprensa emitidos por mais de 600 políticos durante quatro campanhas eleitorais na Áustria entre 2002 e 2013.	A análise demonstra que as mulheres falam mais sobre questões de política social durante as campanhas eleitorais do que os homens, mas que essa lacuna de ênfase desaparece para os partidos com um equilíbrio de gênero mais igualitário.
Magdalena Żemojtel-Piotrowska *et al.* (2017).	*Corruption and Sexual Scandal: The Importance of Politician Gender.*	Analisar as reações dos indivíduos aos políticos envolvidos em escândalos em função de corrupção e escândalo sexual.	Os resultados foram discutidos em referência à teoria das violações da expectativa e à mudança da teoria dos padrões, que prevê uma avaliação mais negativa das mulheres envolvidas no comportamento imoral, apesar da falta de preconceitos gerais em relação às mulheres na política.
Tsfira Grebelsky-Lichtman; Liron Bdolach (2017).	*Talk like a man, walk like a woman: an advanced political communication framework for female politicians.*	Examinar os padrões de comunicação de mulheres na esfera política.	As descobertas delineiam um modelo avançado de comunicação que indica que a comunicação de políticos femininos consiste em uma combinação de padrões de comunicação não verbal femininos e expressões comunicativas verbais masculinas. O estudo expande a pesquisa teórica e analítica sobre mulheres políticas e desenvolve uma abordagem de comunicação de gênero para a comunicação política.
Khadija Ejaz (2017).	*Good manners and high heels: newspaper coverage of South Carolina's first female governor.*	Analisar artigos do maior jornal da Carolina do Sul - O Estado - a fim de determinar a representação dada por ele sobre a primeira governadora do estado, Nikki Haley.	138 artigos que foram extraídos dos primeiros 100 dias dos dois mandatos que Haley serviu como governadora foram analisados. Os artigos refletiam temas do culto da verdadeira feminilidade. Haley foi celebrada pela primeira vez como o prenúncio da mudança moral no cenário político da Carolina do Sul apenas para se

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			posicionar em um espaço contencioso entre masculinidade e feminilidade em seu segundo mandato. O novo papel de seu marido como primeiro cavalheiroda Carolina do Sul foi retratado em menor escala, mas de forma semelhante, o que demonstrou as tentativas de uma publicação de negociar papéis de gênero em mudança.
Young-Im Lee (2016).	*From first daughter to first lady to first woman president: Park Geun-Hye's path to the South Korean presidency.*	Examinar o papel do gênero e laços familiares na trajetória política de Park Geun Hye para se tornar a primeira mulher presidente da Coreia do Sul.	O estudo revela que Park usou estereótipos de mulheres como solucionadoras de problemas em tempos difíceis para abrir portas para sua entrada política. Durante a campanha presidencial de 2012, Park foi perito em enfatizar seus traços positivos "femininos", superando as fraquezas percebidas das mulheres políticas, enfatizando suas longas credenciais políticas e pontos fortes em questões de diplomacia e segurança nacional.
Stephen C. Craig; Paulina S. Rippere (2016).	*He Said, She Said: The Impact of Candidate Gender in Negative Campaigns.*	Examinar as diferenças de gênero na eficácia de um ataque feito por um desafiante contra um titular do sexo oposto em uma corrida hipotética para a Câmara dos Representantes dos EUA.	Verificou-se que o partido se importava mais do que o gênero candidato, em moldar as reações dos eleitores tanto quanto à ataques quanto à respostas, embora nem o partidarismo compartilhado nem o gênero compartilhado tivessem um impacto forte ou consistente em geral. Quanto à questão de se os anúncios negativos seriam visivelmente menos eficazes para as mulheres do que para os homens, a resposta parece ser não: entre todos os inquiridos, o ataque modificou menos votos e teve um impacto marginalmente mais fraco nas avaliações de favorabilidade quando foi feito pela candidata do que quando foi feito pelo competidor masculino; no entanto, essas diferenças não foram estatisticamente significativas nos níveis convencionais.
Michael Barber; Daniel M. Butler; Jessica Preece	*Gender Inequalities in Campaign Finance.*	Verificar a existência de uma lacuna de gênero na captação de recursos de campanha para os	Candidatos do sexo masculino arrecadam substancialmente mais dinheiro do que candidatas do sexo feminino.

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
(2016).		legisladores estaduais de 1990 a 2010.	Além disso, doadores do sexo masculino dão mais dinheiro a candidatos do sexo masculino, enquanto mulheres doadoras, partidos políticos e PACs dão aproximadamente igualmente a homens e mulheres. Ao mesmo tempo, os homens enfrentam adversários que levantam mais dinheiro; consequentemente, os homens e mulheres que ocupam o cargo não diferem na proporção do dinheiro total do distrito que eles levantam em sua próxima oferta de reeleição. Esses resultados sugerem que existem desigualdades de gênero no financiamento de campanhas, mas elas podem não ter consequências imediatas para a representação das mulheres.
OH Kyung Jin (2016).	*Women's political participation in South Korea and activist organizations.*	Explorar os baixos níveis de participação política das mulheres no país e as atividades realizadas pelas organizações de mulheres para melhorá-las.	O artigo apela para a necessidade de ampliar as perspectivas do empoderamento político das mulheres e delinear novas estratégias para fazer alianças efetivas com outras organizações de mulheres e mulheres políticas. Além disso, tanto as organizações de mulheres quanto os partidos políticos precisam se esforçar para alimentar jovens lideranças femininas.
Michelle E. Funk; Calvin R. Coker (2016).	*She's Hot, for a Politician: The Impact of Objectifying Commentary on Perceived Credibility of Female Candidates.*	Determinar o impacto de comentários objetivadores na avaliação de candidatas do sexo feminino.	Um experimento foi projetado para determinar o impacto de comentários objetivadores na avaliação de candidatas do sexo feminino. Pesquisadores criaram dois *feeds* do Facebook discutindo uma candidata hipotética. Para os dois *feeds*, a discussão se concentrou nas credenciais da política do candidato, com um *feed* contendo comentários sobre o corpo da candidata. Aspectos de credibilidade e adequação para o cargo foram impactados por comentários objetivantes, o que implica a necessidade de pesquisas futuras direcionadas ao impacto específico da objetificação na avaliação de candidatos.

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Dustin Harp; Jaime Loke; Ingrid Bachmann (2016).	*Hillary Clinton's Benghazi Hearing Coverage: Political Competence, Authenticity, and the Persistence of the Double Bind.*	Examinar artigos de oito sites de notícias que cobrem o depoimento congressional de 2013 da secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, sobre o ataque ao consulado dos EUA em Benghazi, na Líbia.	As descobertas sugerem que, embora essa cobertura da mídia noticie que houve progresso em relação a como uma notável política feminina foi representada, o discurso ainda emprega molduras femininas estereotipadas e questiona sua competência como líder. Além disso, a cobertura insinuou uma nova competência de vinculação contra a autenticidade, com as exibições emocionais de Clinton durante a audiência consideradas como falta de controle que minaram sua capacidade ou uma demonstração insincera de emoção para escapar da culpa pela situação.
Colleen M. Carpinella *et al.* (2015).	*The Gendered Face of Partisan Politics: Consequences of Facial Sex Typicality for Vote Choice.*	Verificar se os julgamentos de escolha de votos dependem, em parte, da tipicidade sexual dos sinais faciais (ou seja, o grau de masculinidade facial e feminilidade) que variam em função do gênero candidato e da identificação partidária.	Descobriu-se que candidatas republicanas do sexo feminino que pareciam relativamente mais femininas e candidatos republicanos que pareciam relativamente menos masculinos em suas aparências eram menos propensos a ganhar suas eleições. O sucesso eleitoral de candidatos democratas não estava relacionado às suas tipicidades sexuais.
Nichole M. Bauer (2015).	*Emotional, Sensitive, and Unfit for Office? Gender Stereotype Activation and Support Female Candidates.*	Testar a suposição de ativação automática de estereótipos.	Os resultados mostram que a comunicação da campanha ativa os estereótipos quando, de outra forma, poderiam não ser ativados, diminuindo assim o apoio a candidatas do sexo feminino.
Rachel Silbermann (2015).	*Gender Roles, Work-Life Balance, and Running for Office.*	Mostrar como as expectativas sobre o equilíbrio entre vida e trabalho afetam a oferta de potenciais mulheres políticas.	Descobriu-se que as mulheres têm menos probabilidade de concorrer a cargos legislativos estaduais em distritos mais distantes das capitais dos estados.
Margreth Lünenborg; Tanja Maier (2015).	*'Power Politician' or 'Fighting Bureaucrat': gender and power in German political coverage.*	Questionar a relação de gênero e poder na cobertura jornalística dos principais políticos alemães.	Uma análise mais detalhada de rótulos pessoais, descrições do corpo e explicações de ações políticas revela que a questão de gênero continua a ser um aspecto constitutivo da comunicação política, mas de outras maneiras que anteriormente explicadas: a cobertura constrói uma desconexão entre pessoa e

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			ação, isto é, entre o gênero do político e sua manobra política.
Minita Sanghvi; Nancy Hodges (2015).	*Marketing the female politician: an exploration of gender and appearance.*	Lançar luz sobre questões de papéis de gênero e hierarquias de gênero usando as teorias de Goffman sobre gênero e desempenho como um ponto de partida para explorar as manifestações modernas de estruturas de poder no marketing político, particularmente relacionadas a mulheres políticas.	Os resultados mostram como a aparência é usada para facilitar a objetificação contínua de mulheres políticas no marketing político e desvalorização de suas candidaturas.
Stefanie Nanes (2015).	*The Quota Encouraged Me to Run.*	Examinar o impacto da cota municipal da Jordânia promulgada em 2007.	Os resultados mostram que mesmo uma cota promulgada em um sistema clientelista, como o da Jordânia, pode trazer mudanças positivas para a representação das mulheres na política.
Soo-Hyun Mun (2015).	*"Femininity without Feminism" Korea's First Woman President and Her Political Leadership.*	Contribuir para o debate entre os méritos da "política da presença" versus a "política das ideias" ao examinar o caso da primeira presidente coreana Park Geun-Hye.	A existência de Park, ao invés de sua intenção, estimulou o debate sobre o papel e o status das mulheres na sociedade coreana e possibilitou o surgimento de um número de primeiras mulheres em vários setores. Em suma, a "política da presença" foi desencadeada mesmo sem medidas políticas evidentes.
Hinda Mandell (2015).	*She Legislates, He Scandalizes: Reenvisioning the Impact of Political Sex Scandals on Assemblywomen in New York.*	Investigar como as mulheres da Assembleia do Estado de Nova York foram impactadas pelos escândalos de seus colegas do sexo masculino, explorando o "contágio" de escândalos.	Os resultados indicam que as mulheres da assembleia sentiram-se compelidas a defender sua instituição manchada e que o comportamento privado de seus colegas homens escandalizados mancha também suas reputações, embora não tenham tido nenhum papel nos eventos escandalosos. Isso reforça a noção de escândalo como "contaminante" e demonstra que é necessária mais exploração no escândalo de gênero, em que os corpos masculinos se tornam uma responsabilidade para o Estado, e os corpos femininos assumem as características de gênero de racional, estável e competente.

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
Deirdre O'Neill; Heather Savigny; Victoria Cann (2015).	*Women politicians in the UK press: not seen and not heard?*	Verificar as maneiras pelas quais as mulheres políticas são retratadas em coberturas de imprensa.	Através de uma análise de conteúdo da cobertura da imprensa britânica usando amostras dos últimos vinte anos, examina-se a visibilidade relativa das mulheres MPs em comparação com os homens, a medida em que sua voz é ouvida e o contexto da cobertura. Argumenta-se que isso pode muito bem contribuir para dissuadir as mulheres de participarem das eleições parlamentares.
Rosario Aguilar; Saul Cunow; Scott Desposato (2015).	*Choice Sets, Gender, and Candidate Choice in Brazil.*	Analisar o efeito do gênero candidato na escolha do voto.	Encontrou-se um forte e consistente viés pró-feminino de 5 a 7 pontos percentuais.
Oasis Kodila-Tedika; Simplice Asongu (2015).	*Women in Power and Power of Women: the Liberian Experience.*	Investigar se ter uma mulher no comando dos processos decisórios do país leva a melhores indicadores sobre as condições das mulheres.	Notou-se que entre o período anterior ao mandato de Ellen Johnson e o período de seu mandato, não há uma diferença significativa nas médias dos indicadores subjacentes. Com relação a outros indicadores, o período anterior à sua presidência é estatisticamente diferente de seu primeiro mandato. No entanto, notou-se rupturas positivas e estatísticas para a igualdade de representação nas áreas rurais e os direitos econômicos das mulheres. Isso contrasta mais ou menos com os efeitos diretos e indiretos frequentemente associados às mulheres no poder.
Danny Hayes; Jennifer L. Lawless; Gail Baitinger (2014).	*Who Cares What They Wear? Media, Gender, and the Influence of Candidate Appearance.*	Este artigo procura determinar se a aparência do candidato influencia os resultados das eleições e, em caso afirmativo, se o efeito depende do sexo do político.	A análise revela que apenas a cobertura de aparência negativa tem um efeito, diminuindo as avaliações, diminuindo as avaliações dos eleitores sobre o profissionalismo dos candidatos. Criticamente, porém, o efeito é idêntico para candidatos do sexo masculino e feminino. Independentemente de examinar-se a favorabilidade geral do candidato, as avaliações de características ou a percepção da capacidade de lidar com as questões, as mulheres políticas não pagam um preço desproporcional

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
			quando a mídia se concentra em sua aparência.
Maciej A. Gorecki; Paula Kukołowicz (2014).	*Gender quotas, candidate background and the election of women: A paradox of gender quotas in open-list proportional representation systems.*	Estudou-se os efeitos de cotas de gênero obrigatórias (legisladas) na Polônia, um país que utiliza um sistema eleitoral de representação proporcional de lista aberta.	Mostra-se que as cotas têm uma natureza inerentemente paradoxal: elas causam um aumento substancial no número de candidatas, mas o aumento é acompanhado por um declínio acentuado no desempenho eleitoral das mulheres. Essa regularidade vale mesmo se se considerar vários indicadores de histórico de candidatos, incluindo experiência política anterior
Daniel L. Hicks; Joan Hamory Hicks; Beatriz Maldonado (2014).	*Are female politicians more responsive to international crises?*	Analisar os fluxos bilaterais de ajuda externa ao longo do período de 1973 a 2010, para investigar se a composição de gênero das legislaturas nos países doadores afeta a resposta da ajuda às crises do país receptor.	As descobertas sugerem que os doadores com maior participação de mulheres no escritório fornecem maiores quantidades de ajuda externa na sequência de um desastre ou guerra em uma nação beneficiária. Esta resposta aumenta em tamanho com a magnitude da crise e é especialmente pronunciada para os fluxos de ajuda designados como alívio de desastres.
Monica C. Schneider; Angela L. Bos (2014).	*Measuring Stereotypes of Female Politicians.*	Uma explicação para a escassez de mulheres no cargo eleito é que os eleitores estereotipam os candidatos com base em seu gênero. Pesquisas nesse sentido muitas vezes pressupõem que as candidatas femininas serão estereotipadas de forma semelhante às mulheres (por exemplo, como compassivas) e medem os estereótipos como tais. Questiona-se essa hipótese, propondo, em vez disso, que os políticos femininos constituam um subtipo - uma nova categoria estereotipada com suas próprias qualidades - do grupo mais amplo de mulheres.	Descobriu-se que as mulheres políticas não compartilham as qualidades atribuídas às mulheres (por exemplo, calorosas, empáticas). Os resultados mostram que os políticos do sexo feminino parecem estar "perdendo" as qualidades estereotipadas masculinas, ao mesmo tempo em que não têm nenhuma vantagem nas qualidades típicas das mulheres.
Tiffany D. Barnes; Emily Beaulieu (2014).	*Gender Stereotypes and Corruption: How Candidates Affect*	Verificar como os estereótipos de candidatas femininas influenciam as	Descobriu-se que a presença de uma candidata do sexo feminino reduz sistematicamente a

Autores	Título	Objetivos	Principais Resultados
	Perceptions of Election Fraud.	percepções dos cidadãos sobre fraude política e corrupção.	probabilidade de que os indivíduos expressem forte suspeita de fraude eleitoral no que, de outro modo, seria considerado como circunstâncias suspeitas. Os resultados deste experimento também revelam efeitos heterogêneos interessantes: indivíduos que não são influenciados pelo partidarismo compartilhado são ainda mais responsivos a sugestões de gênero; e respondentes do sexo masculino são mais sensíveis às sugestões do que as mulheres.
David Stadelmann; Marco Portmann; Reiner Eichenberger (2014).	*Politicians and preferences of the voter majority: Does gender matter?*	Verificar se o gênero dos representantes políticos afeta o quanto eles aderem às preferências da maioria dos eleitores.	Descobrimos que os representantes femininos e masculinos aderem igualmente às preferências da maioria, se forem consideradas as afiliações partidárias. Isso sugere que as diferenças de gênero observadas em relação à maioria nacional dos eleitores podem ser reduzidas a uma dimensão ideológica esquerda-direita.
Karina Kosiara-Pedersen; Kasper M. Hansen (2014).	*Gender Differences in Assessments of Party Leaders.*	O objetivo é investigar se as avaliações dos eleitores dos líderes partidários variam com base no gênero no caso dinamarquês e testar as teorias existentes que são frequentemente aplicadas em pesquisas sobre gênero e estudos eleitorais neste caso menos provável, centrado no partido.	Como conclusão, este estudo demonstra que as diferenças de gênero nas avaliações dos eleitores dos líderes partidários são encontradas mesmo nesse caso dinamarquês menos provável, o que implica que o gênero dos líderes partidários afeta as avaliações dos eleitores e, possivelmente, também sua escolha partidária. À medida que os líderes partidários tornam-se mais importantes, mesmo em sistemas multipartidários e fechados, o gênero e outras características dos líderes partidários também estão se tornando mais importantes.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Diante do exposto é possível verificar que as publicações internacionais, por mais que em sua grande maioria também tenham por foco as questões de gênero, estereótipos e sub-representação, exploram também outros aspectos demandados pelo ambiente, como por exemplo, o estudo de Nanes (2015) que examina o impacto de cotas para mulheres em um

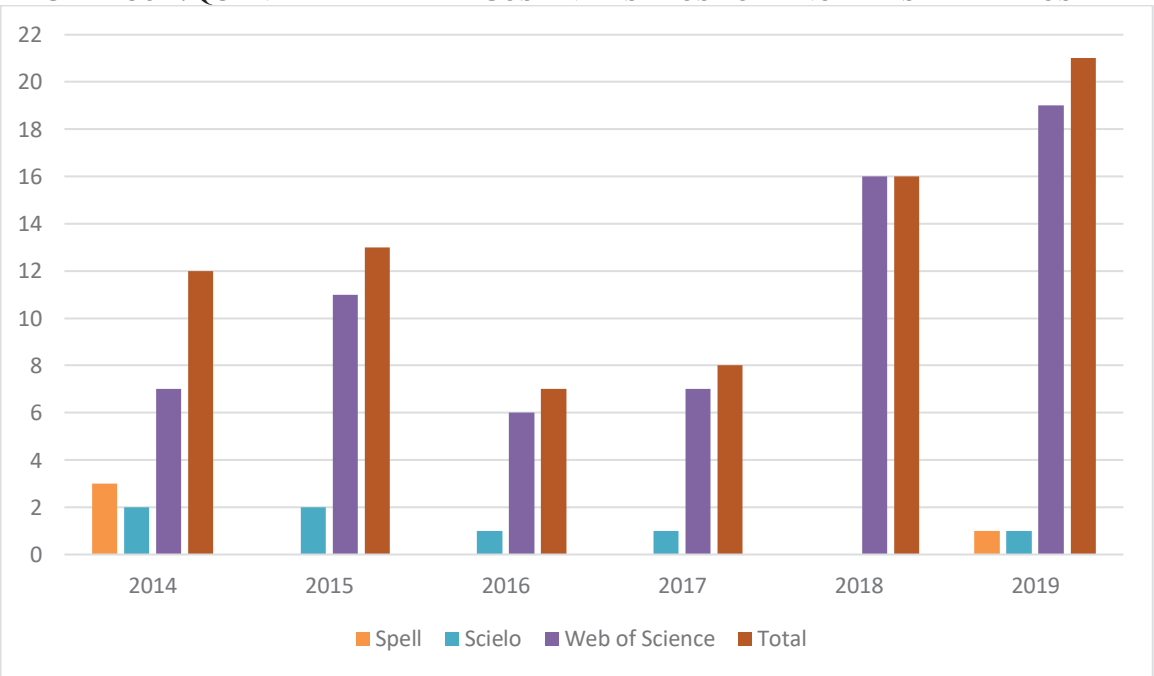
município da Jordânia ou então, o estudo de Grebelski-Lichtman e Bdolach (2017) que verifica a influência dos padrões de comunicação de mulheres em cargos políticos.

Com a revisão foi possível verificar que a maioria dos artigos utiliza abordagem qualitativa, com técnicas de coleta de dados variadas, como por exemplo por meio de entrevistas semiestruturadas, utilização de dados secundários, a análise acaba sendo o ponto em comum dentre os artigos, haja vista que grande parte dos pesquisadores utilizou análise de conteúdo. Os países que mais pesquisam a temática são Estados Unidos da América, seguido da Alemanha e países latino americanos, como Chile.

Porém, diante dos estudos analisados, verificou-se uma lacuna de pesquisa por conta de que nenhum dos estudos encontrados nos últimos cinco anos exploram questões subjetivas às mulheres que escolhem se inserir nesse ambiente predominantemente masculino. Assim, ressalta-se aqui a relevância de se desenvolver questões que analisem as mulheres e suas percepções bem como aspectos voltados à constituição identitária de mulheres na política.

Por fim, com a finalidade de melhor visualização, expõe-se a seguir o gráfico referente a quantidade de artigos analisados de acordo com o ano e base de dados que, demonstra a relevância de um melhor desenvolvimento nacional acerca da temática a ser estudada na presente pesquisa.

GRÁFICO 1: QUANTIDADE DE ARTIGOS ANALISADOS POR ANO E BASE DE DADOS



Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Na intenção de verificar-se o que fora exposto na presente seção, os principais conceitos a serem trabalhados neste trabalho sintetizam-se no mapa cognitivo a seguir:

FIGURA 2: MAPA COGNITIVO DA PESQUISA

Fonte: Elaborado pela autora com base nos conceitos apresentados (2020).

Com base nos elementos conceituais e dados aqui expostos, almeja-se conduzir este estudo de acordo com os procedimentos metodológicos que serão melhor detalhados na próxima seção.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com a finalidade de demonstrar o caminho que foi trilhado para a consecução desta pesquisa, bem como qual a concepção epistemológica utilizada como base para a elaboração do trabalho, expõe-se nesta seção as etapas que permitiram sua realização.

3.1 CONCEPÇÃO EPISTEMOLÓGICA

Toda visão de mundo pode trazer consigo diversas escolas de pensamento e, por conta disso, têm-se diferentes maneiras para se abordar um fenômeno, estudar a realidade compartilhada ou mesmo, a própria visão de mundo citada (MORGAN, 1980).

Nas ciências sociais, a orientação de cada pesquisador para determinado assunto é moldada de acordo com sua posição epistemológica (MARSH; FURLONG, 2002). Tais posições, independentemente de serem explícitas, implícitas ou reconhecidas, delineiam a abordagem da teoria e os métodos que serão utilizados pelo cientista social (MARSH; FURLONG, 2002). Sendo assim, os pressupostos epistemológicos constituem, diferentes paradigmas de pesquisa (MORGAN, 1980).

As questões ontológicas são responsáveis por se interligarem à própria natureza do "ser", uma ontologia pode ser então definida como uma teoria do "ser"; já as questões epistemológicas, refletem a visão que o pesquisador poderá obter sobre o mundo e sobre como poder conhecê-lo (MARSH; FURLONG, 2002). É possível afirmar que a ontologia está relacionada ao caráter do objeto da pesquisa enquanto a epistemologia é a responsável por determinar qual a metodologia adequada (SCHERER, 2003). Nesse sentido, Marsch e Furlong (2002) fazem uma analogia ao ser humano, afirmando que tais questões são como uma pele para o pesquisador, onde não há a possibilidade de troca ou retirada sempre que julgado adequado.

Conforme mencionado anteriormente, ontologias e epistemologias definem paradigmas que, para Burrell e Morgan (1998), são diferentes maneiras de se ver o mundo, baseando-se em diferentes pressupostos meta-teóricos em relação à natureza da ciência e também da sociedade. Morgan (2007) divide esses paradigmas em quatro visões de mundo distintas: a funcionalista, interpretativista, humanista radical e por fim, estruturalista radical.

Partindo-se do entendimento que a realidade é socialmente construída (DUARTE JÚNIOR, 2000; BERGER; LUCKMANN, 2003), adota-se nesse estudo a perspectiva

interpretativista. Cabe destacar que abordagens interpretativistas são muito utilizadas no campo das ciências sociais, incluindo em estudos organizacionais (HATCH; YANOW, 2005).

A perspectiva interpretativista parte do pressuposto de que é possível entender a natureza do mundo social existente por meio da experiência subjetiva (BURRELL; MORGAN, 1998). Nesse sentido, a realidade social de um indivíduo é construída por meio de suas experiências de mundos, como resultado de ações, interações e significados compartilhados não somente de forma individual, mas em um contexto mais amplo (SMIRCICH, 1983).

A realidade, conforme essa percepção, por ser construída socialmente não pode ser considerada única e observável: tratando-se de um mesmo fenômeno, podem existir múltiplas realidades e interpretações do mesmo (MERRIAM, 2009).

Dessa forma, considerando-se a inexistência de uma verdade objetiva, cabe ao observador estudar essas construções sociais onde todos estão sujeitos à existência de uma dupla hermenêutica: há o mundo interpretado pelos atores e, essa interpretação é também interpretada pelo observador (MARSH; FURLONG, 2002). Isso ocorre por conta do idealismo presente na hermenêutica onde tem-se o argumento de que é necessário, dentro do interpretativismo, que o observador entenda quais são os significados que as pessoas atribuem ao comportamento social. Sendo assim, o pesquisador que utiliza de tal abordagem nega que a realidade seja dada, tudo é considerado uma construção social (MARSH; FURLONG, 2002).

3.2 ESPECIFICAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo possui como objetivo responder o seguinte problema de pesquisa: **Como a mulher que se insere em uma organização não convencional, no caso na política brasileira tem sua identidade constituída?**

3.2.1 Definição constitutiva e percurso empírico

No propósito de esclarecer alguns vocábulos que serão utilizados nessa pesquisa, a seguir, indica-se a definição constitutiva bem como o percurso empírico dos seguintes termos

- Constituição identitária
- Processos de identificação
- Política

Na definição prévia, leva-se em consideração a necessidade de compreensão dos termos por parte de indivíduos que não estejam inseridos no campo de estudo em questão (CRESWELL, 2010).

Constituição Identitária

Definição Constitutiva: Neste estudo considera-se como constituição identitária a construção de uma identidade que ocorre de acordo com as fontes de significados para os atores que as detém, sendo por estes originadas e construídas atrelando-se ao contexto social no qual o indivíduo se insere (CASTELLS, 2003). Portanto, cabe ressaltar que a constituição de uma identidade pode dar-se em um cenário onde existem relações de poder e, por conta disso, a identidade pode dividir-se em três formas: A legitimadora que é introduzida por questões consideradas dominantes; a de resistência originada em atores que se veem em posições ou condições desvalorizadas e a identidade de projeto onde existe a construção de identidade com o propósito de fazer-se uma redefinição de posições dentro de um contexto social (CASTELLS, 2003). O tipo de identidade construído relaciona-se diretamente a contextos sociais específicos, não sendo produto apenas de um agente, podendo marcar-se por exemplo, por questões de poder assimétricas onde as relações deste são marcadas por diferenças, conflitos e negociação, influenciando também as interações dentro de um determinado cenário (SIMPSON; CARROLL, 2008; CASTELLS, 2013).

Percurso empírico: Para ser possível compreender a constituição identitária de uma pessoa bem como o que se torna significativo a esta, é necessário analisar-se como este se auto define e como se enxerga enquanto indivíduo. Sendo assim, aspectos referentes à constituição identitária serão analisados tendo-se por base as entrevistas e relatos de mulheres atuantes no contexto político brasileiro como por exemplo deputadas, vereadoras, prefeitas, que serão entrevistadas e convidadas a apresentarem seus relatos à pesquisadora.

Processos de identificação

Definição Constitutiva: Para o presente estudo, o processo de identificação é considerado o processo psicológico no qual o indivíduo "assimila um aspecto, uma prioridade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo dessa pessoa" (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p.226). É no processo de identificação que o indivíduo desenvolve a percepção de si mesmo bem como dos outros à sua volta, estabelecendo então, vínculos com

estes e, é também por meio da identificação que constitui-se a personalidade de uma pessoa diante de certo contexto (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

Percurso empírico: A identificação de um indivíduo parte do princípio de identificar-se com algo seja com uma outra pessoa ou seja com sua posição profissional. Sendo assim, o processo de identificação será analisado de acordo com os relatos acerca das experiências apresentadas por parte das entrevistadas quando questionadas acerca de suas inserções no ambiente político e como estas se sentem diante das posições ocupadas neste.

Participação na política

Definição Constitutiva: De acordo com o Ministério Público Federal (BRASIL, 2018), a política por si só possui vários significados, porém, destaca-se que um dos conceitos de política mais utilizados trata propriamente da atuação nesse sistema, visto como o ato de governar, administrar e cuidar de instituições e propriedades públicas. Políticos são tratados como os responsáveis por administrar o dinheiro público, escolhidos por brasileiros maiores de 16 anos durante as eleições. No entanto, a palavra política volta-se à organização e administração de instituições, no caso em análise, instituições públicas e democráticas. Todavia, para Weber (2003, p.7) o conceito de política é "demasiadamente amplo e incorpora todos os tipos de atividades de comando independente". Dessa maneira, Weber (2003) ainda destaca que a política constitui um conjunto de esforços que tendem à participação da divisão de poder entre Estados ou entre grupos de um Estado e, de acordo com o autor, quando se afirma que uma decisão é politicamente determinada; refere-se então à manutenção ou transferência de poder a fatores decisivos na solução de determinada questão ou decisão no âmbito de atuação de um referido funcionário.

Percurso empírico: A participação de mulheres na política dá-se por meio da intenção e posterior inserção destas nesse ambiente. Dessa maneira, a participação foi analisada de acordo com os relatos apresentados pelas participantes em que estas destacam as especificidades de suas atuações enquanto políticas, bem como detalhes voltados à inserção e participação propriamente dita.

3.3 DELIMITAÇÃO E DESENHO DA PESQUISA

O presente estudo possui por concepção epistemológica a interpretativista que parte do princípio de que existe uma natureza subjetiva para estudar-se um objeto e, tal fato demanda com que a pesquisa possua abordagem qualitativa. A seguir, detalha-se os aspectos mencionados bem como demais aspectos constituintes deste estudo.

3.3.1 Delineamento da pesquisa

A abordagem adotada nesse estudo é a de viés qualitativo e, pesquisas qualitativas possuem como principal característica o fato de possuírem uma linha de raciocínio baseada na percepção e compreensão das dimensões humanas (STAKE, 2010).

Diante desse tipo de estudo, busca-se compreender e detalhar diferentes aspectos relacionados ao fenômeno em análise de maneira mais aprofundada (GIBBS, 2009). Sendo assim, ao utilizarem-se de tal perspectiva, os pesquisadores estão interessados em entender o significado que as pessoas construíram, ou seja, como os indivíduos foco do estudo compreendem seu mundo e as experiências nele contidas (GODOY, 1995; MERRIAM, 2009).

A preocupação nesta natureza de pesquisa pauta-se no entendimento a ser obtido por conta das particularidades envolvidas no objeto de estudo (GERHARDT; SILVEIRA, 2009). Abordagens qualitativas buscam esmiuçar a forma como as pessoas constroem o mundo que se encontra à sua volta de maneira com que isso ofereça uma visão mais rica à compreensão dos fenômenos por parte do pesquisador (GIBBS, 2009). A preocupação consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível, transformando-o em uma série de representações, incluindo entrevistas, conversas, fotografias, gravações, textos e outras formas de produção que permitam o envolvimento de experiências que representem circunstâncias e significados dos indivíduos (DENZIN; LINCOLN, 2005).

A escolha de tal abordagem se deve por conta de tratar-se de uma maneira considerada fundamental para o entendimento da atividade humana e natureza do fenômeno social. A pesquisa qualitativa permite ao pesquisador verificar como as pessoas interpretam suas experiências, constroem seus mundos e quais os significados atribuídos às experiências vividas. Sendo assim, permite obter uma compreensão das particularidades envolvidas no processo e de como as pessoas “fazem sentido” em suas vidas. Entretanto, cabe ressaltar que a principal preocupação ao utilizar-se tal abordagem é entender o fenômeno de interesse através das perspectivas dos participantes, não do pesquisador (GODOY, 1995; MERRIAM, 2009).

Dentro da abordagem qualitativa, existem várias estratégias de investigação (CRESWELL, 2018). Diante das várias possibilidades, optou-se em realizar um estudo qualitativo básico (MERRIAM, 2009), pois, conforme salientado pela autora, este tipo de estudo visa descobrir e compreender um fenômeno, seus processos ou então as perspectivas e visões de mundo que as pessoas nele envolvidas possuem por conta de que uma de suas características centrais volta-se justamente à como os indivíduos constroem suas realidades perante suas interações em seus mundos sociais.

Um estudo qualitativo básico tem como aspectos essenciais o interesse do pesquisador acerca dos significados atribuídos pelos participantes a um fenômeno e, este tipo de estudo ressalta o fato de que o pesquisador torna-se o principal instrumento de coleta e análise de dados que poderá ser feita por meio de entrevistas, observações ou até por análise de documentos (MERRIAM, 2009). É importante salientar que um estudo qualitativo básico permite com que se faça uma análise indutiva dos dados e, esse tipo de análise permite com que o pesquisador identifique padrões, categorias e temas, para posteriormente atingir resultados organizados de maneira com que se obtenha relatos ricos e detalhados, que possam ser discutidos de acordo com a perspectiva teórica que embasa os trabalhos (MERRIAM, 2009). Portanto, diante da leitura da obra de Merriam (2009) e considerando suas reflexões acerca das pesquisas em ciências sociais, achou-se adequado utilizar essa classificação para a presente pesquisa.

Para tornar a presente pesquisa possível, optou-se então, em relação ao ambiente, realizar-se uma pesquisa de campo, tendo-se em vista que pesquisas de campo possuem a proposta de inserção por parte da pesquisadora no contexto em que as entrevistadas estão (GODOY, 1995; FACHIN 2006). Essa inserção permite com que se obtenha resultados pertinentes ao problema de pesquisa delineado (FACHIN, 2006). Neste sentido, é importante ressaltar que todas as entrevistas foram realizadas nos gabinetes em que as mulheres respondentes atuam.

Por fim, acerca da dimensão temporal, o estudo apresenta um corte transversal com aproximação longitudinal , por conta de tratar-se de uma análise sobre um período específico onde os dados são coletados em um momento definido porém, com resgates acerca de aspectos históricos sobre a trajetória das entrevistadas (COOPER; SCHINDLER, 2003).

Com a finalidade de especificar como efetivamente realizou-se esse estudo, nas próximas seções, detalha-se quais foram os critérios de seleção e técnicas de coleta dos dados que posteriormente foram utilizados e analisados.

3.3.2 Critérios de seleção dos casos

De forma a viabilizar a análise do fenômeno decorrente da atuação das mulheres na política brasileira, bem como suas significações e desafios, optou-se por entrevistar mulheres que estivessem inseridas na política, independentemente da esfera, porém, que não possuíssem laços, ou seja: que tenham escolhido entrar nesse setor por vontade própria e que não possuíssem nenhum grau parentesco com pessoas que já estivessem nele inseridos para que assim, fosse possível atingir os objetivos e questões de pesquisa propostos neste estudo.

A escolha das entrevistadas deu-se de acordo com o proposto por Stake (1995) onde os casos a serem selecionados deveriam ser receptivos à pesquisa bem como de possível acesso ao pesquisador, pois, o acesso é um dos principais desafios e limitações enfrentados pelo pesquisador durante um estudo em campo. No entanto, ressalta-se a necessidade de atendimento dos critérios previamente mencionados.

Para selecionar os casos, a pesquisadora acessou o site das prefeituras e assembleias legislativas onde conseguiu o contato das mulheres que atualmente ocupavam cargos políticos. Inicialmente, não se estabeleceu critério quanto à questões voltadas aos poderes em que estas mulheres estivessem atuando. Poderiam estar tanto no legislativo quanto no executivo. Cabe salientar que conforme Art 2º da Constituição Federal, existem 3 poderes da União: O Executivo, Legislativo e Judiciário e, o sistema político brasileiro atual constitui-se de três níveis com responsabilidades distintas voltadas à saúde, educação, segurança e justiça: o municipal, estadual e federal.

Sabe-se que cabe ao poder executivo a administração do Estado, sob observação das normas vigentes no país, além de governar, executar leis, propor planos de ação administrando os interesses públicos. Já o poder legislativo é o responsável por legislar, ou seja, criar e aprovar leis, fiscalizando o poder Executivo, exercendo função de controle político-administrativo e financeiro-orçamentário. Por fim, o poder judiciário tem por função interpretar leis e julgar os casos de acordo com as regras e leis criadas pelo legislativo, ou seja, aplicando a lei em si (SANTANA, 2016).

No nível municipal encontram-se os prefeitos e vereadores, todavia, neste nível não há poder judiciário pois os fóruns locais de cada cidade encontram-se sob a estrutura do poder judiciário estadual. O nível estadual diz respeito ao exercido por governadores, deputados estaduais e o judiciário refere-se às cortes de instâncias inferiores. Por fim, o nível federal é aquele onde estão o Presidente da República, os deputados federais e senadores e, no que tange ao poder judiciário, nessa esfera encontram-se os tribunais superiores (MATTOS, 2017).

Todavia, após a seleção das mulheres que atendessem os critérios e pesquisa prévia em seus sites e redes sociais, foram selecionadas apenas mulheres do poder legislativo não meramente por questão de acesso à pesquisadora mas, justifica-se os critérios de seleção dos casos por conta de verificar-se que, a participação de mulheres no cenário político no poder legislativo ainda é um assunto que ainda deve ser desenvolvido, pois, o país ocupa a 132ª posição no ranking de representatividade feminino em congressos (UII, 2019). Por mais que o referido ranking leve em consideração apenas o número referente aos respectivos congressos dos países pesquisados, verifica-se também que em nível municipal a situação não é muito diferente pois, apenas 15% dos cargos políticos municipais são ocupados por mulheres (TSE, 2018).

3.3.3 Técnica de coleta de dados

Em pesquisas qualitativas, busca-se a obtenção de dados que representem experiências e histórias únicas e, para conseguir captar as peculiaridades existentes, explora-se as técnicas de observação e entrevistas principalmente por conta da propriedade e profundidade que estas permitem o pesquisador obter diante da complexidade de um fenômeno (RICHARDSON, 1989; STAKE, 1995).

A técnica envolvida em uma pesquisa diz respeito à maneira de se coletar os dados, analisá-los e, posteriormente, interpretá-los. A escolha de qual técnica utilizar está diretamente relacionada à necessidade de quais informações captar e de quais fontes estas proverão (CRESWELL, 2010).

Neste estudo, a técnica utilizada foi a entrevista. Brinkmann (2018) destaca que existem 3 diferentes tipos de entrevista: Entrevistas relativamente estruturadas, onde o pesquisador possui maneiras padronizadas de realizar as perguntas cujas respostas de diferentes participantes, posteriormente poderão ser comparadas; Entrevistas semiestruturadas que permitem um maior espaço para acompanhar os ângulos da entrevista considerados importantes por parte do entrevistado e, por fim; Entrevistas não estruturadas que, ocorrem quando não existem perguntas formuladas previamente.

Na presente pesquisa, foram empregadas entrevistas semiestruturadas com profundidade e, foram realizadas no período de agosto a novembro de 2019. É importante mencionar que no total 30 mulheres atuantes na política foram contatadas entre junho a novembro de 2019. Todavia, apenas 8 retomaram o contato e concederam as entrevistas que foram orientadas por um roteiro que encontra-se no Apêndice 3, fundamentado na literatura

apresentada e também nos objetivos delineados em que questionou-se aspectos voltados à motivação, atuação, identificação das mulheres na política, dentre outros aspectos que podem ser verificados no referido apêndice. Os locais da entrevista foram estabelecidos de acordo com a preferência das mulheres, todavia, todas optaram por conceder as entrevistas em seus gabinetes e, foram gravadas com o auxílio de dispositivo eletrônico, no caso, um aparelho *smartphone* com o consentimento das entrevistadas. No total, as entrevistas geraram 7 horas e 35 minutos de gravação, com o tempo mínimo de entrevista sendo de 35 min e o máximo de 75 minutos, totalizando então 70 laudas de transcrição literal.

Antes de terem sido efetivamente realizadas as entrevistas, as entrevistadas assinaram um termo de livre esclarecimento garantindo o sigilo quanto à identificação e também autorizaram o uso dos dados para a pesquisa, salienta-se que o termo também fora assinado pela pesquisadora conforme modelo do Apêndice 2. As respondentes foram chamadas de Respondente 1 (R1), Respondente 2 (R2) e assim sucessivamente. No quadro a seguir estão caracterizadas as 8 participantes da pesquisa:

QUADRO 4: CARACTERIZAÇÃO DAS RESPONDENTES

Respondente	Idade	Formação	Função	Tempo em atuação na política
Respondente 1 (R1)	56	Ensino médio completo	Deputada estadual	3º mandato como deputada 1 mandato como vereadora
Respondente 2 (R2)	60	Ensino Superior	Vereadora	1º mandato como vereadora
Respondente 3 (R3)	43	Ensino Superior	Vereadora	1º mandato como vereadora
Respondente 4 (R4)	70	Ensino Superior	Vereadora	2º mandato como vereadora
Respondente 5 (R5)	44	Ensino médio completo	Deputada estadual	1º mandato como deputada 2 mandatos como prefeita
Respondente 6 (R6)	51	Ensino superior	Deputada estadual	1º mandato como deputada estadual
Respondente 7 (R7)	72	Ensino Superior	Vereadora	6º mandato como vereadora
Respondente 8 (R8)	70	Ensino Superior	Deputada estadual	3º mandato como deputada estadual

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Além das entrevistas, com a finalidade de conhecer um pouco acerca das entrevistadas, também utilizou-se de dados secundários. Segundo Creswell (2018) a observação documental

pode dar-se por meio de anotações, relatórios oficiais ou até então documentos em sítios eletrônicos.

Os dados secundários utilizados referiam-se às informações disponibilizadas nos sites de cada respondente e também redes sociais das entrevistadas, como Youtube, Facebook e Instagram. Essas informações foram úteis no que tange à caracterização das respondentes bem como verificar-se se todas atingiam os critérios estabelecidos para contato.

3.3.4 Técnicas de tratamento e análise dos dados

O tratamento dos dados coletados foi feito partindo-se das transcrições das entrevistas que foram realizadas e, após organização destas, a análise foi feita por meio da técnica de análise de conteúdo.

A análise de conteúdo pode ser definida como o método de pesquisa que permite a interpretação de aspectos subjetivos referentes ao teor dos dados coletados, sendo feita por meio de um conjunto de instrumentos metodológicos diversificados que se aplicam a diferentes tipos de discurso (SALDANA, 2016). Essa técnica de análise demanda com que se busque uma compreensão além dos aspectos literais presentes na mensagem transmitida, sendo necessária a compreensão do homem, de sua história, seu pensamento, sua arte e suas instituições (RICHARDSON, 1989).

Por conta de o pesquisador precisar tomar decisões a cada momento do processo, uma boa sistematização de informações contendo as regras e procedimentos referentes a cada etapa é um importante auxílio no decorrer do estudo principalmente no que tange à verificação dos princípios sistemáticos propostos (RICHARDSON, 1989).

Cabe ressaltar que a análise de conteúdo pode ser feita por meio de dedução de frequências ou então, por análise de categorias que, é a que melhor se enquadrou para o presente estudo considerando-se que esta forma despende atenção especial ao sentido e significados extraídos do texto, bem como as diferenças existentes neste (SALDAÑA, 2016). Nesse contexto, o pesquisador pode utilizar-se da codificação que consiste em classificar fragmentos do texto dentro de categorias temáticas previamente definidas, atribuindo significados simbólicos à informações descritivas ou inferenciais (MILES; HUBERMAN; SALDAÑA, 2014).

Ressalta-se que o desenvolvimento da codificação demanda sensibilidade e flexibilidade por parte do pesquisador (SALDAÑA, 2016) e, no presente estudo, a classificação dos dados foi feita de acordo com as categorias que estabelecidas por meio do agrupamento de trechos das

entrevistas, que fossem considerados semelhantes e que assim, pudessem enquadrar-se e serem interpretados de acordo com as relações existentes.

Assim, os dados obtidos neste estudo foram tratados por meio da transcrição das entrevistas e, após isso, todas foram codificadas com auxílio do software Atlas.ti. versão 8 e, inicialmente, fez-se uma codificação provisória estabelecendo-se uma lista inicial de códigos acerca dos assuntos que posteriormente seriam analisados, pautando principalmente no referencial teórico e objetivos do trabalho. É importante ressaltar que a utilização do referido *software* facilitou a codificação dos dados por conta de permitir organizá-los em uma ordem sistemática, categorizando-os conforme ressaltado por Saldaña (2016).

Dessa forma, delineou-se 3 grupos de códigos que juntos, abrangeram inicialmente 37 códigos, após elaborar-se um filtro levando-se em consideração o que fora emergente nas entrevistas, o que fora encontrado na teoria e o que realmente se pretendia analisar, alguns códigos foram eliminados e no total, foram utilizados, 25 códigos. Os grupos de códigos tinham como temática: (1) Motivações; (2): Desafios e Conquistas e (3) Constituição identitária e processo de identificação. A seguir, estão demonstrados no quadro 5 os grupos e códigos associados:

QUADRO 5: GRUPOS DE CÓDIGOS E CÓDIGOS NO ATLAS.TI

Grupo de código	**Códigos**
Motivações	Trajetória Interesses Histórico Cultura Subrepresentação Cotas Igualdade
Desafios e Conquistas	Dificuldades Facilidades Discriminação Preconceitos Estereótipos Direitos Qualificações Tentativas de alterar o cenário
Constituição identitária e processo de identificação	Emoções Valores Identidade individual Atividades realizadas Vínculos Significados compartilhados Relações de poder Papel Contexto Expectativas

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

Após feita a codificação, realizou-se uma análise verificando-se as particularidades presentes nos relatos das entrevistadas bem como seus significativos e, também, verificou-se a relação destas com os temas gerais definidos, tendo-se por foco a interpretação do que fora ali exposto (CRESWELL, 2010).

A análise dos dados pautou-se nas dimensões pré-estabelecidas: motivações; desafios e conquistas; constituição identitária e processo de identificação bem como de alguns assuntos emergentes presentes dentro de cada dimensão, como por exemplo, a existência de conflito trabalho x família, a necessidade de apoio familiar, dentre outros e, analisou-se quais as fontes de tensão e questões motivadoras dentro de tal sistema, para enfim, ser possível responder à questão geral norteadora.

A partir dos elementos apresentados, segue no quadro 6 o resumo dos aspectos metodológicos da pesquisa:

QUADRO 6: ASPECTOS METODOLÓGICOS E CLASSIFICAÇÕES

Aspectos Metodológicos	**Classificação**
Concepção epistemológica e ontológica	Interpretativista
Abordagem	Qualitativa
Delineamento de pesquisa	Estudo qualitativo básico
Ambiente	Campo
Tempo	Transversal com aproximação longitudinal
Sujeitos da pesquisa	Mulheres que atuam no setor político
Técnica de coleta de dados	Entrevistas semiestruturadas
Técnica de análise de dados	Análise de conteúdo

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

3.3.5 Limitações da pesquisa

Conforme o desenrolar da presente dissertação, encontrou-se limitações para a pesquisa. Todavia, a principal limitação do estudo foi o contato com as mulheres selecionadas para participarem da pesquisa levando-se em consideração que o número de mulheres atuantes na política sem laços políticos é um tanto quanto restrito e, por mais que tivessem sido feitos contatos via e-mail e telefônicos com as respectivas assessorias, poucos foram os retornos. A solução para conseguir as entrevistas foi a insistência com as assessorias, porém, ressalta-se que todas as participantes demonstraram grande interesse em participar da pesquisa e foram extremamente solícitas com a pesquisadora.

Outra limitação refere-se ao local em que as entrevistas foram realizadas bem como a presença da assessoria das respondentes no ambiente em que as entrevistas ocorreram, fato que

fez muitas vezes as entrevistadas ficassem com receio de explorarem determinadas temáticas em suas respostas, todavia, a solução para esse problema foi em alguns momentos transformar a entrevista em uma espécie de conversa.

Uma limitação também a ser mencionada referiu-se aos conflitos de agenda entre a pesquisadora e as respondentes pois, por consequência das atuações das mulheres entrevistadas exigirem das mesmas o deslocamento para outras cidades, nem sempre as entrevistas puderam ocorrer conforme o combinado, fato este que fora superado com a realização de algumas entrevistas via Skype e também com a remarcação destas.

Após a apresentação dos procedimentos metodológicos norteadores deste trabalho, bem como as limitações enfrentadas pela pesquisadora no decorrer de sua realização, apresenta-se no próximo capítulo a análise e discussão dos resultados obtidos.

4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

No presente capítulo apresenta-se os dados coletados para o presente estudo bem como a discussão dos resultados. Sistematiza-se a seção em: (1) Apresentação das participantes; (2) Motivações para inserção na política; (3) Desafios e conquistas e por fim; (4) Constituição identitária e processos de identificação.

4.1 APRESENTAÇÃO DAS PARTICIPANTES

Os sujeitos da presente pesquisa são mulheres que atualmente estão em exercício de seus cargos políticos. A análise e discussão dos resultados inicia-se com a descrição de cada participante contendo informações a respeito de seus dados pessoais, formação e um pequeno extrato de suas trajetórias políticas. É importante ressaltar que todas as entrevistadas atuam em cargos políticos no poder legislativo municipal ou estadual e, conforme mencionado na seção de procedimentos metodológicos, esse poder é aquele em que encontram-se as vereadoras e deputadas estaduais. A seguir apresenta-se um pouco sobre a trajetória das entrevistadas.

A respondente R1 possui 58 anos, natural de uma cidade do interior de um dos estados do Sul do Brasil, atuou durante muitos anos como empresária, sendo conhecida não apenas nacionalmente, mas em nível internacional também e, foi justamente por conta de seu trabalho desenvolvendo projetos sociais em comunidades carentes que a despertou o interesse em participar da vida pública como vereadora em 2009. Atualmente, a respondente R1 está em seu terceiro mandato como deputada estadual, tendo como causa – conforme divulgado em seu site – a família.

A respondente R2 possui 60 anos, sendo natural de uma cidade do interior de um estado do Sul do Brasil, é médica legista e atua na frente de direitos das mulheres no atendimento às vítimas de violência doméstica. Vereadora em seu primeiro mandato, é a primeira mulher eleita pelo seu partido à Câmara em que atua e compõe a maior bancada feminina da história dessa mesma Câmara de vereadores. Suas causas são as da mulher, direitos humanos, meio ambiente e segurança, priorizando em seu primeiro mandato o enfrentamento à violência contra a mulher, com olhar específico para seus direitos e de seus filhos. A respondente também é fundadora de uma ONG.

A respondente R3 possui 43 anos e é natural da capital de um dos estados da região sul do Brasil. Formada em pedagogia, anteriormente sua ocupação era como professora do ensino fundamental. Vereadora em seu primeiro mandato, é ativista dos direitos dos animais e foi por

ser atuante nesta causa que a respondente considera que sua carreira pública e política tomou forma. Também ocupante da maior bancada feminina da história da câmara de vereadores em que atua, trabalha com políticas públicas que contemplem o controle ético dos animais, controle e restrição do comércio de animais na cidade, fiscalização intensa e punição para o crime de maus-tratos, além de campanhas de educação para a guarda responsável e atendimento veterinário gratuito.

A respondente R4 nasceu na capital de um estado do sudeste do Brasil e é formada em história e geografia. Atuante em causas animais, morou em vários países da Europa e Oriente para por fim, fixar residência no ano de 2000 na cidade em que atua atualmente como vereadora em seu segundo mandato e, na atual gestão é a única mulher da Câmara de vereadores em que atua. Seu foco é relacionado a políticas públicas que visem a saúde pública do município bem como as causas animais.

A respondente R5 possui 44 anos, sendo natural da capital de um dos estados da região sul do Brasil, porém, ressalta que viveu grande parte da sua vida em uma cidade do interior deste mesmo estado. A respondente foi a primeira mulher vereadora eleita no referido município e posteriormente, atuou como prefeita por dois mandatos consecutivos, protagonizando também a primeira reeleição do referido município. Atualmente, a respondente ocupa seu primeiro mandato como deputada estadual e dentre todos os deputados, tanto homens quanto mulheres, obteve a maior quantia de votos.

A respondente R6 possui 51 anos, natural de um município no interior de um dos estados do Sul do Brasil, formada em Letras, a respondente atuou por 25 anos como servidora pública antes de eleger-se como deputada estadual. Trazendo consigo a bandeira da representatividade feminina na política, a respondente já atuou como chefe de gabinete da câmara de deputados, senados e assembleia legislativa e também já atuou na coordenação da escola do legislativo de seu estado.

A respondente R7 possui 72 anos, natural de uma das capitais do sul do Brasil e formada em artes plásticas, atuou por 25 anos como funcionária de carreira da prefeitura dessa mesma capital e, posteriormente elegeu-se como vereadora, atualmente atuando em seu sexto mandato. A respondente possui como causas as relacionadas à cultura, desenvolvimento, educação, urbanismo e também possui trabalhos voltados à melhor idade.

A respondente R8 possui 70 anos, natural do oeste de um dos estados do sul do Brasil, formada em direito, a respondente atua como militante de movimentos políticos desde seus 13 anos de idade, foi uma das primeiras filiadas do partido que faz parte, sendo este desde o início

de sua trajetória, o único partido do qual fez parte. Já foi candidata à vice-governadora de outro estado, porém, atualmente ocupa seu terceiro mandato como deputada estadual.

Ressalta-se que, para manter o sigilo das participantes, os nomes, cidades e profissões citados nas falas foram alterados. Diante do que fora aqui exposto, a seguir apresenta-se um pouco sobre as motivações que levaram as participantes a inserirem-se no ambiente político.

4.2 MOTIVAÇÕES PARA INSERÇÃO NA POLÍTICA

Nessa etapa, com a finalidade de atingir um dos objetivos específicos propostos neste estudo, serão analisadas as motivações para inserção no ambiente político de acordo com o que fora relatado pelas respondentes. Discute-se então suas motivações propriamente ditas, suas trajetórias, interesses, histórias e demais aspectos que despertaram em cada uma o interesse em fazer parte deste cenário no contexto brasileiro.

4.2.1 O interesse e consequente inserção

Conforme verificado na literatura pesquisada, a exclusão de mulheres no ambiente político ocorreu por longos períodos e apesar de nos dias atuais aparentemente haver uma maior inclusão, por conta dos valores perpassados culturalmente no ambiente brasileiro, ainda ocorre uma sub-representação de mulheres nesse setor organizacional (PIPPERT; COMER, 1998; ABREU, 2002; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015; TOSI, 2016; IDEA, 2019).

Sabendo-se disso e considerando-se que a região sul é uma das mais conservadoras do país em questões políticas (BUNICORE, 2009; TOSI, 2016) e por proximidade à pesquisadora, o local onde atuam todas as entrevistadas, questionou-se durante as entrevistas quais foram as motivações que levaram tais mulheres a se inserirem no ambiente político. Seguem relatos:

> Eu não...não pretendia ser política, não havia uma intenção em mim...mas, eu sempre fui muito líder de tudo aquilo que eu me propunha a fazer e, depois como cantora, eu viajei o mundo praticamente todo e um dia, eu senti um desejo de fazer algo mais social...sem muito a cantora mas uma inclusão social no meu estado (R1).

A entrevistada R1 relatou que após surgir o desejo por realizar o trabalho voluntário em seu estado, ela mobilizou recursos que permitissem tal realização, destacando que ainda, mesmo após eleger-se e estar atuando na política, continua com o voluntariado. Diante do trabalho voluntário que realizava, destacou que "*isso foi criando um corpo e as pessoas começaram a me questionar porque eu não saía como deputada estadual pelo meu estado, porque eu só fazia*

o trabalho no estado mesmo" (R1). Após questionar-se consigo mesma acerca de suas ambições com o projeto, ela ouvia *"ah, você só não tem mandato...você é uma política ativa"* (R1).

> E aí, eu comecei a me deparar com os problemas sociais, com as pessoas...então, num instante eu desci um pouquinho do palco e comecei a viver a história do povo do nosso estado, na periferia, nos locais mais sofridos. E senti que através, talvez, da minha candidatura eu tivesse algumas portas abertas que eu não estava tendo com a minha atuação mas, que como política, como autoridade, eu poderia ter. Foi aí que nós deixamos nosso nome à apreciação e aí acabei sendo muito bem votada, eu estava na época com outro partido, fui muito bem votada (R1).

A entrevistada R2 também relatou que um dos motivos que a levara a inserir-se na política também estava relacionado à sua atuação profissional, conforme destacado:

> Basicamente, eu entrei na política por conta do meu trabalho. Eu fui presidente da associação dos profissionais da minha área Estado, então eu tinha uma experiência política de atuar na presidência da associação. Na época eu atuava por questões de condições de trabalho dos médicos de todo o estado e aí, eu comecei a perceber que poderia atuar também não só pelos médicos, mas também pelos servidores e aí eu fui ampliando minha área de atuação. Quando isso aconteceu, eu precisei procurar políticos porque quando a gente trata da questão de carreira de servidores estadual ou municipal, você precisa evidentemente procurar a gestão pública para debater a questão da carreira. Ora, como é que a gente vai fazer as pessoas migrarem dentro da carreira da primeira classe, segunda, terceira, seja lá como for que se migre dentro da carreira porque cada uma tem um perfil...eu comecei a procurar os políticos e comecei a ver essa dificuldade...assim, muitas vezes os políticos ou não me atendiam...o que eu achei super antipático por isso que eu respondo bem rápido os e-mails que eu recebo porque é um absurdo a gente enviar email e não ser atendido ou, pelo menos receber um "olha não vou te atender". Então, eu comecei a ter essa dificuldade com políticos e quando eles me atendiam eu via claramente o desinteresse que eles tinham pelos temas que eu levava. O interesse que eles tinham eram por temas próprios assim...então, isso ao mesmo tempo que me fez desejar entrar pra esse mundo pra eu ser diferente nesse mundo, me desencantava um pouco dessa questão política e, como eu entendo que a gente pode fazer diferente, eu insisti e fui procurar os caminhos políticos...não só buscar políticos mas me tornar um deles pra gente tentar fazer de forma diferente (R2).

Já a respondente R3 destacou que o motivo que a levou a se inserir na política foi resultante de toda sua trajetória:

> Eu sempre digo que desde que eu estava na escola, na pré-escola, eu sempre gostei muito de ser a representante de tudo, eu gostava de ser ajudante da professora, representante dos alunos, quando tinha algum evento na escola eu sempre gostava de falar lá na frente, as professoras também me chamavam...depois eu fiz magistério e aí, a gente trabalhava muito a questão de oratória e tudo...então eu sempre gostei de representar. Com 20 anos eu fiz um concurso na prefeitura para professora [...] e eu lembro que desde que eu entrei, na primeira escola, eu já era representante de sindicato e tal e, eu sempre gostei de atuar assim mas nunca tinha me passado a questão de entrar na vida política [...] talvez eu até tivesse isso no sangue mas não imaginava em realmente entrar pra política, não era uma coisa que eu tivesse como um sonho, um ideal...mas aí aconteceu em 2011, eu acabei a pedido de um ex-chefe meu, me filiando a um partido e, em 2012 iriam ter eleições e me chamaram pra ser pré-candidata. Aí eu: "não, eu não tinha interesse" mas, como eu já era um pouco conhecida por atuar

> nas causas de proteção animal e ter bastante contatos nas redes sociais, eles insistiram porque é muito difícil ter mulher que queira ser candidata na chapa e as mulheres tem que estar...30% da chapa de cada partido precisa ser composta por mulheres. Aí, até esse meu amigo que é vereador também falou "não, mas venha ser candidata" e eu ficava "ah, mas eu não sei se é isso que eu quero" mas aí, saí como candidata em 2012 (R3).

Atuando na mesma causa que a respondente R3, porém, em outra cidade, a respondente R4 relatou que suas motivações foram consequência de seu trabalho voluntário realizado no município:

> Tudo começou quando eu morei fora do Brasil e onde são outras as referências, as mulheres tem uma representação quase que paritária em câmaras municipais e tudo [...] e aí eu vim pra cá, meu marido se aposentou, aí "não, nós vamos embora, vamos voltar pro Brasil" e viemos. E aí, eu encontrei um horror aqui na cidade, representação de mulheres é rendinha perto dos homens e dos horrores que eram praticados contra os animais aqui na cidade, uma coisa muito séria. E foi ali que eu comecei a trabalhar pelos animais, então você começa a trabalhar pelos animais com a tua capacidade de trabalho, os teus recursos, a tua inteligência, uma amiga, um amigo e tu não consegue fazer...tu faz muito mas, o muito representa quase nada no universo do problema. E aí, tu te esgota, praticamente te arruína, fica sem dinheiro, gasta tudo, quando quem tem que fazer isso e resolver esse problema é o poder público porque ele é o responsável pelo controle de zoonoses, não porque ele goste de bichinho, que tenha pena de bichinho. Não! É obrigação de saúde pública que o município controle zoonoses, então uma cidade cheia de cães e gatos abandonados, doentes, vagando pelas ruas, é uma cidade doente e, foi assim que tudo começou. Aí, eu voltei pra cá no ano 2000, no ano 2004, eu estava assim praticamente esgotada de tanto trabalho [...] Aí, eu pensei "não, não é assim que tem que ser, não vai dar...vou ter que bater na porta da política" (R4).

Diferentemente das outras respondentes, inserir-se na política foi um caminho travado desde cedo pela respondente R5:

> Então, assim, na verdade eu nunca escolhi, nunca quis ser política, não era esse o meu objetivo, mas, eu venho de uma família muito pobre, que passou e enfrentou muitas dificuldades e eu acabei entendendo que a gente precisava fazer a nossa voz ser ouvida. Foi um processo...pra mim a política veio de uma forma natural, aos 13 anos de idade, eu fui morar fora da minha casa com uma família no Rio Grande do Sul, trabalhava lá de empregada, então eu passei por muitos processos na minha infância, na minha adolescência, de humilhação assim, sabe? Enfim, eu sempre me incomodei muito com aquilo que era injusto e, no movimento estudantil que foi meu primeiro *insight* pra discussões coletivas, que depois veio mais robustecido pelos movimentos sociais, pela emancipação da minha cidade quando eu já estava de volta lá...eu fui entendendo que a gente precisava se posicionar pra lutar pelos direitos das pessoas e é isso, né? Eu sempre fui líder de turma, sempre fui dirigente de movimento de juventude e pra disputar a primeira eleição foi um sopro (R5).

Já a respondente R6 destacou que nunca havia se deparado com o assunto política até sua entrada na graduação:

> Eu, na verdade, tinha tudo pra não ter envolvimento nenhum na política, porque eu sou filha de agricultor, nasci no extremo oeste, saí de casa muito cedo pra estudar quando eu tinha 13 anos. Eu sai de casa e acabei vindo morar aqui quando eu tinha 17 anos, na casa de um tio porque eu queria estudar. Mas nunca pensei...política: eu nem entendia nada, nem conhecia nada, na minha casa nem se falava sobre política e acabei vindo morar aqui, estudei na Universidade Federal e aí eu comecei...eu estudei com uma moça que namorava com um cara que na época era filho de um político, aí eu fui trabalhar com essa pessoa e ele tinha uma agência de publicidade e, eu fui ser secretária dele. Aí tudo começou, aí eu comecei a entender o universo da política, comecei a saber que a política existia...até então pra mim era algo que não tinha nada, na minha casa nunca se falou, ninguém foi de um partido, absolutamente nada! Eu acabei trabalhando com essa pessoa e, ele se candidatou a deputado federal, eu ajudei na campanha, na organização da campanha e, ele se elegeu deputado federal. Ele me convidou para ir para Brasília, trabalhar no gabinete, fui pra lá, aí lá eu comecei realmente a me interessar, comecei a ver quanta coisa boa podia fazer quando feito com responsabilidade [...] eu era chefe de gabinete, era uma mulher que era nova na época, tinha 25 anos, chefe de gabinete em um ambiente masculino, então claro, passei por muitos problemas na época, justamente por ser mulher, mas mesmo assim eu gostei muito, eu aprendi muito (R6).

No entanto, apesar de não ter entrado em contato com a política anteriormente, a respondente R6 também ressaltou quais pontos pesaram em sua decisão de se inserir no ambiente político:

> Eu sempre tive essa vontade (sobr*e atuar na política*), quando eu fazia projetos, orientava os prefeitos a fazerem os projetos, não fazia parte do meu trabalho, eu fiz porque eu sabia que tinha dinheiro e os prefeitos não acessavam por falta de conhecimento, naquela época eu fazia do meu jeito, hoje eu faço com um tamanho muito maior, com uma repercussão muito maior, hoje eu tenho uma bandeira da violência contra as mulheres, essa é uma bandeira que eu quero, que eu vou trabalhar muito, quero ajudar a construir uma rede de proteção, na verdade, construir não, porque no papel ela já existe, mas na prática ainda não acontece. Outra questão eu quero trabalhar na gestão eficiente do estado, melhorar a gestão do estado, para que com menos recurso se possa fazer mais, mudando a estrutura da máquina pública, adequando, modernizando a gestão, eu sinto que enquanto cidadã eu estou fazendo a minha parte, se a gestão, a máquina do estado for mais moderna, mais eficiente, mais transparente, eu não tenho dúvida que a mudança pra sociedade vai ser melhor [...] (R6).

Como fruto de sua atuação como servidora pública, a respondente R7 destacou que a política acabou surgindo em sua vida de forma natural por conta de toda a representatividade que a causa que ela defende acabou ganhando na cidade em que atua:

> Eu não tinha como objetivo de vida ser vereadora, nunca passou pela minha cabeça, as coisas aconteceram naturalmente, eu comecei a trabalhar na Prefeitura em 1973, como eu tinha recém saído da Faculdade de Belas Artes, eu tinha um ideal muito grande com relação à criatividade, o desenvolvimento do artesanato...eu tinha ideias de quando você sai da faculdade em relação a qualidade artística e, principalmente, participei dessa qualidade artística desde a faculdade, comecei a trabalhar na prefeitura e a ligação cultural me direcionou para uma diretoria (R7).

Mesmo com a representatividade que possuía e do suporte que oferecia às pessoas em questões voltadas para a cultura e artesanato, a respondente afirmava que não pensava em entrar para o ambiente político e que fora por incentivo de um amigo que buscou esse caminho:

> [...] teve um aniversário que comemoramos junto com várias pessoas da Fundação Cultural e teve um amigo meu, que trabalhava lá e encheu as paredes com meu nome e o número, ai perguntei o que era isso e eles falaram que era o início da nossa campanha: "você vai ser nossa vereadora". Ele tinha uma facilidade de fazer impressos e aí quando chegou próximo nos limites para candidatura e ele chegou para mim e disse que eu teria que arranjar um partido para você se candidatar e ele disse que era sério: "você tem que ser candidata, vamos juntos ver um partido". Aí, pensei que se fosse entrar em um partido seria o do candidato que era prefeito e todos meus amigos estavam nesse partido (R7).

Por fim, a respondente R8 relatou que não consegue diferenciar sua história da história referente às suas motivações a inserir-se na política:

> Eu participo de política desde estudante, desde menina, eu não caí de paraquedas [...] o movimento estudantil foi o meu marco, tanto que é, sábado agora, recebi uma homenagem, o pessoal da universidade achou um papel, dizendo que eu era Secretária Geral da União do Estado dos Estudantes, olha quantos anos tem isso, junto da política estudantil, eu sempre fiz política, eu sempre gostei [...] mesmo quando eu não era política, eu trabalhei com político, com vários grandes nomes dessa nação (R8).

Diante do que fora relatado e exposto, destaca-se que apesar de existir o interesse por parte de tais mulheres para sua inserção no ambiente político e, mesmo que algumas delas tenham inclusive recebido incentivos externos ou de outras pessoas do seu círculo social para inserirem-se no ambiente político, os incentivos para a efetiva tentativa de entrada nem sempre eram tão claros ou diretos. Neste sentido, a respondente R2 destacou que sua jornada política começou desde a época de sua graduação onde a mesma era atuante em movimentos da faculdade, todavia por conta do governo existente na época, ressaltou alguns entraves para trilhar tal caminho:

> [...] eu era atuante também na minha faculdade. Eu era do diretório mas só que o tempo da minha graduação, eu tenho 33 anos de formada, então na época em que eu estudei, eu vivi sob a ditadura...então o nosso diretório, ele era muito assim, voltado pra esporte, a gente não discutia muito política lá, eu sempre quis discutir, entendeu? Eu tive que tentar mobilizar as pessoas, os colegas dentro da faculdade para fazer algumas ações mais politizadas e sempre percebi que "não, não, vamos fazer um jogo, um vôlei aqui pras meninas, um futebol na chácara do doutor tal" eles tentavam deixar o perfil do diretório um pouco mais social do que politizado. Mas sempre foi assim, né!? A minha vida de estudante, assim, sabe? Com um pouco de dificuldade porque eu vivi na ditadura...me formei em 85, a gente teve essa leitura do que foi ser um estudante sob a ditadura numa faculdade privada que efetivamente era submetida a essas questões e depois me libertar disso, ir pra uma pós graduação onde o povo lá já era bem o contrário, todo revoltado, questionador. A gente saiu de uma temperatura e foi pra outra [...] eu sempre fui muito ligada nessa questão política mas buscar o caminho político foi quando eu me tornei presidente da associação aqui no estado e

> nossa carreira estava muito ruim, todo mundo reclamava e ninguém fazia nada...eu falei “ah, então eu vou fazer...” a gente fez e eu consegui uma série de conquistas. Fiquei duas gestões. Daí eu só saí quando eu comecei a buscar esse caminho (R2).

Todavia, foi possível verificar que quando as mulheres já possuem certa atuação e acreditavam e se viam como líderes, ocorrem maiores incentivos para sua participação na política, conforme pode-se inferir do relato da R1, destacando que com a visibilidade de seu projeto anteriormente mencionado, passaram a existir novas oportunidades:

> Eu fui para outro partido e na época fui convidada pelo prefeito da cidade para que viéssemos então (concorrer) para candidata a vereadora. Não era o que eu queria, o meu desejo sempre foi sair a deputada estadual pelo trabalho que eu realizava...mas, eu humildemente aceitei o convite e foi excelente porque foi um estágio pra minha vida, eu fui a mulher mais votada da época na cidade em que atuei...com 12 mil e alguma coisa de votos também, sendo a mulher mais votada em toda a história da cidade (R1).

> Então, isso foi muito bom porque aí eu aprendi a entender a política municipal também, porque era algo que servia como estágio pra mim. Fui visitando as periferias da cidade, os bairros, os problemas municipais...aparentemente, parece tão pequeno mas que causa muito transtorno e, tive a oportunidade de ser...de ser uma vereadora por dois anos...né?! por dois anos, porque aí fui convidada a sair novamente para estadual e aí, eu acho que o povo já estava com muito desejo que eu viesse a ser deputada de fato e, aí eles despejaram votos...foi aí que eu vim a ser a mulher mais votada na história do estado, naquele primeiro mandato meu [...] pra uma mulher que vinha de uma trajetória que não tinha um histórico político, né?! Que não teve um apadrinhamento...que realmente o povo votou de livre e espontânea vontade...sem nenhum tipo de marketing político sendo feito, mas sendo fruto do meu trabalho...votaram na minha pessoa e isso foi gratificante. Chegando na assembleia legislativa, eu já assumi importantes missões, né!? Sendo presidente do meu partido, da mulher do meu partido, vice-presidente da liderança do governo dentro da casa, presidente da comissão da mulher, vice-presidente da comissão de direitos da criança e do adolescente e do idoso e, fui também a membra que representava a casa, no conselho da criança [...] (R1).

Mesmo reconhecendo que existe um certo preconceito para a entrada de mulheres nesse ambiente, a respondente R6 salientou outro fator: de que a resiliência é um dos aspectos que devem motivar mais mulheres não somente a efetivamente concorrerem a cargos políticos, mas também participar de outras esferas da política, como por exemplo, inserindo-se em partidos, buscando mais informações a respeito do funcionamento da política do país:

> [...]se eu lá de uma cidade do interior, que não tinha conhecimento nenhum, que não tinha ninguém na família, que nunca imaginei que podia participar...se eu estou aqui participando, se eu tive oportunidade que o meu partido me deu e o fundo eleitoral me permitiu também...porque isso também te dá independência para trabalhar... qualquer outra mulher pode desde que queira! Não é uma coisa de um dia para o outro, eu estou nisso há quase 30 anos...não foi ontem mas, se a pessoa tiver vontade de participar, de fazer sua parte, tem como e não necessariamente ela tem que ser vereadora, deputada, prefeita, você pode ajudar de outras formas, como trabalhando para outras mulheres, estimulando outras mulheres (R6).

Concordando com o exposto, a respondente R8 compartilha da mesma ideia, destacando que sente que existe preconceito em relação a ser mulher neste ambiente: *"Se puder, te pisam em cima e te prendem a cabeça, tem que se impor, a mulher em qualquer área tem que provar 24h que ela é boa, que ela sabe fazer"* e ressaltou uma experiência:

> Eu fui secretaria de direitos, dos dois mandatos inteirinhos do ex-governador. No primeiro ano eu sofri tanto que qualquer mulher teria entregue o cargo, eu tenho certeza. Hoje o sistema prisional do estado é modelo para o Brasil, mas foi ali, chegar ali de saia e enfrentar aqueles agentes penitenciários...na época tinha 11 mil, 12 mil presos, hoje tem 23 e pouco, não foi fácil! Não só o preconceito por ser mulher, a imprensa também me massacrava muito, só que eu sabia o que estava fazendo, porque eu já tinha trabalhado com isso em Brasília, massacravam em todos os sentidos que podia imaginar, devo ter os recortes de jornais, todos os dias pegando no pé por alguma coisa, parou totalmente, foi só sair essa ai, quando entrou uma calça pronto. Isso é preconceito, eu trabalhei muitos anos com figuras importantes, então eu aprendi também a ter um jogo de cintura que só a vida te ensina, só a experiência te ensina, não tem livro pra isso, não tem curso para isso, não tem PHD, não tem mestrado, não tem nada. Calce meus sapatos e ande pelas estradas que eu andei, aí depois vem falar comigo! Hoje eu me considero aqui no estado uma história viva, não está falando com uma pessoa que está inventando, imaginando, ou que está criando ou ouviu falar, eu vivi, eu vivi e vi, isso sempre me deu força, nunca me acovardou (R8).

As respondentes R3 e R4 relataram considerarem-se ativistas de uma causa específica - a animal- e embora atuem em cidades diferentes, seus relatos foram semelhantes em alguns aspectos referentes às motivações. A respondente R3 atuando na causa animal, tem como citação em destaque em suas redes sociais a seguinte frase: "Enquanto a voz deles não for ouvida, vocês não vão parar de ouvir a minha", quando questionada sobre os motivos que a levaram a defender uma causa, de certa forma diferenciada, ela relatou:

> Minha vida se divide AB e DB, antes de Bernardo e depois do Bernardo. Ele apareceu na minha casa alguns anos atrás e, era um filhotinho...e daí enfim, foi ficando e eu fui me envolvendo e percebendo, eu já tive outros cachorros e tal, mas ele foi o divisor de águas, eu comecei a perceber que eu queria que mais animais tivessem a oportunidade que ele teve...de ser resgatado, de ter um lar, de ser amado e aí, isso me fez me envolver mais com algumas instituições e comecei um trabalho nas redes sociais, também idealizei uma grupo de proteção animal mas assim, ele me ensinou que o amor com o amor se paga...que a gente tem que contagiar as pessoas com esse amor, com essa compaixão e principalmente sensibilizar de que eles são seres que precisam de proteção, precisam de carinho, sentem fome, sentem dor, sentem medo, sentem saudades e eu queria mudar a vida de mais animaizinhos e é isso que eu tenho feito ao longo desses anos (R3).

Antes de ser questionada a respeito da mesma temática, a respondente R4 também expressou relato semelhante:

> Digamos que eu não seria um caso...como é que vou classificar, eu não seria um caso comum porque eu não teria a motivação normal das pessoas pra entrar na política. Todos entram na política "ah, porque eu quero ajudar a saúde, os velhinhos, as criancinhas, isso aquilo e aquilo." E se não deu certo, não acontece nada. Mas eu não.

> Eu tinha que. Eu não tinha alternativa. Eu não podia perder porque eu precisava recuperar tudo (R4).

A respondente R6 ao fechar sua resposta quanto às motivações, inseriu em seu relato suas crenças pessoais e destacou como elas influenciaram sua vontade a respeito de entrar na política:

> Eu acredito muito que as mudanças acontecem quando a gente faz parte delas, quando a gente faz a nossa parte para que elas aconteçam, porque não é um presidente, um governador que vai mudar a realidade, pode ajudar, pode contribuir, mas quem faz somos nós, os cidadãos quando a gente entende a importância dos processos de mudanças que a gente quer que aconteçam, pensando nisso e pensando também que por mais que eu pudesse não me eleger eu ia estar participando desse processo de trazer a figura feminina para participar mais efetivamente das eleições, eu tinha pensado também, pensei muito antes de participar porque eu conhecia muito de perto, trabalho nisso desde 91, 92, eu sabia o que eu enfrentaria eleita, e, o mesmo no processo eleitoral, mas mesmo assim eu decidi encarar o desafio e decidi participar (R6).

Seguindo uma linha de raciocínio semelhante, a respondente R2 também mencionou alguns pontos pessoais:

> [...]eu sempre gostei de fazer umas coisas diferentes, não por ser diferente mas por ser necessário, por acreditar que aquela técnica podia ser dominada e eu queria trazer isso pra mim assim, então, foi meio assim em política, a gente faz uma política mais desafiadora (R2).

Diante dos relatos destacados neste tópico, foi possível perceber que conforme mencionado por Zakar, Zakar e Hamid (2018) a inserção de mulheres na política é de certa forma desafiadora, principalmente considerando a inexistência de laços familiares por conta do caráter paternalista existente nesse cenário. Porém, verificou-se que quando há um certo contato com esse ambiente, seja ele em assessorias, ocupando outros cargos públicos e até mesmo em partidos, essa entrada perde uma de suas barreiras. Outro aspecto a ser destacado é o de que quando há a inserção da mulher no ambiente político, este geralmente ocorre devido ao interesse destas em defender causas e políticas específicas ou então causas consideradas negligenciadas (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; WÄNGNERUD, 2009).

Em síntese, nessa etapa do trabalho foi possível verificar que assim como em organizações tradicionais, existe no sistema político uma sub-representação feminina resultante de questões historicamente arraigadas que, por sua vez, acabam interferindo de diversas formas a entrada ou intenção de entrada de mulheres nesse ambiente organizacional.

Todavia, mesmo diante dos obstáculos provenientes do conservadorismo de algumas regiões, como é o caso da região sul que fora o local de atuação de todas as respondentes, as mulheres estão conseguindo cada vez mais aumentarem suas presenças no referido cenário.

Um ponto de discussão a ser ressaltado é o que fora relatado por grande parte das respondentes: não existia a pretensão ou a intenção de inserirem-se na política porém, viram essa inserção como a oportunidade de solucionar e defender causas negligenciadas em suas respectivas realidades e, por consequência de laços pessoais, incentivo de pessoas próximas ou do próprio partido em que eram filiadas, a candidatura ocorria. Cabe salientar que apenas uma respondente relatou sempre ter tido a vontade de entrar no sistema político.

Fora possível concluir diante do que fora relatado que existem preconceitos e que durante o percurso, por mais engajada que uma mulher esteja, torna-se necessário persistir na ideia de ser a possibilidade de mudanças não somente na política mas, por conta da repercussão que tal atuação terá em seu contexto específico, na sociedade. Assim, é importante também realçar que a atuação política não se restringe apenas à candidata em si mas também, diz respeito a outras esferas desse mesmo setor como por exemplo: assessorias, partidos, rede de apoio, dentre outros.

No entanto, sabendo-se que desde que fora permitida a inserção de mulheres no ambiente político, estas vivenciam realidades diferentes das de homens ali inseridos por conta da lógica dominante neste tipo de organização e também por terem de lidar com questões historicamente arraigadas (BAUER, 2015; LEE, 2018; ZAKAR; ZAKAR; HAMID, 2018). Desta maneira, na próxima seção discute-se um pouco acerca dos desafios, mas, também das conquistas ressaltadas pelas respondentes dessa pesquisa.

4.3 DESAFIOS E CONQUISTAS

Seguindo-se o propósito de resolução dos objetivos específicos delineados para o presente trabalho, nesta seção analisa-se quais os principais desafios e conquistas que as mulheres entrevistadas enfrentaram e realizaram durante suas atuações em cargos políticos. Discute-se principalmente os desafios, levando-se em consideração o que fora exposto pela teoria que embasou o presente estudo que ressalta que a entrada de mulheres neste ambiente ainda é considerada um desafio maior do que a entrada de homens por conta de todos os valores machistas perpassados culturalmente desde o princípio das democracias, conforme salientado por Abreu (2002) e Tosi (2016).

4.3.1 Os percalços enfrentados

Algumas pesquisas afirmam que o gênero do representante político interfere diretamente em seus posicionamentos nesse ambiente (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; POWLEY, 2007; BEAMAN *et al.,* 2009; GRANT *et al.*, 2018), porém a exclusão de mulheres na política, por mais lutas que tenham havido, ainda ocorre e conforme os relatos a seguir, é possível concluir que perpassa-se pelas gerações (ABREU, 2002, TOSI, 2016) sendo resultante de acontecimentos históricos desde o princípio das democracias (KOENIG *et al,* 2011; SCHNEIDER; BOS, 2013; BAUER, 2015). Portanto, optou-se em começar essa etapa de análise e discussão com o relato da respondente R5. Apesar de todas as respondentes admitirem a existência de um preconceito quanto à atuação de mulheres no ambiente político, R5 iniciou sua fala a respeito dos desafios principalmente destacando o preconceito por ser uma mulher em um ambiente predominantemente masculino:

> [...]todas as vezes em que fui candidata com exceção da eleição de prefeita, porque aí claro, você já tinha um trabalho consolidado e já ficava fácil imaginar uma possibilidade de reeleição, mas todos os outros mandatos que eu tive foram muito subjugados, as pessoas sempre achavam, tipo assim, um *status quo*, o ambiente político...os mais importantes não davam bola pra mim porque achavam que eu não iria me eleger...isso ocorreu na minha eleição de vereadora, na minha eleição a vice prefeita, agora a deputada estadual...tu vê?! Eu já tinha um trabalho consagrado como melhor gestora do estado por duas ocasiões, pelo conselho federal e por outras instituições, uma série de desempenhos notáveis como administradora pública na minha cidade e quando me pus candidata a deputada...os amigos!!! Os amigos!! Não estou dizendo os inimigos... mas eles diziam assim "ai, a Luísa é uma fofa, linda, inteligente e tal...mas não vai fazer 20 mil votos, não tem chance! Não tem chance! Há assim, um processo...as pessoas subjugam muito a capacidade da mulher de alcançar postulações na política. As pessoas olham...a sociedade no geral, até as mulheres, elas olham pra mulher na política de uma forma muito caricata... ou elas vão dizer que a mulher é muito assanhada, ou é grossa, ou enfim...e aí, se a gente for trazer pros adjetivos que a gente usa no nosso paladar diário tu já imagina o que não vem, né!? É isso (R5).

A respondente R4 destacou que ao resolver concorrer a um cargo político, sofreu uma série de preconceitos por parte de pessoas próximas: "*Só pra tu ter uma ideia, na época eu fui super criticada. Super criticada! Imagina eu me meter em política, eu não podia me meter em política, meu negócio são os animais. Olha só a estreiteza da mente das pessoas, mas, eu como já vinha de outro mundo...disse: não, não, vamos lá!"* (R4).

Corroborando com o relato da respondente R5 e R4, a respondente R3 afirmou sentir que existe um preconceito, principalmente por parte de maridos de mulheres que conhece quanto à atuação de mulheres nesse ambiente:

> Eu acho que ainda tem um pouco de preconceito, dos homens em geral, principalmente dos maridos das mulheres. Eu vejo que muitas das minhas amigas tem vontade de atuar na política, mas, em contrapartida, os maridos falam: "mulher minha não vai entrar na política, mulher minha não vai se submeter a isso". Eu ouvi aqui na própria câmara uma vez, um vereador falando: "Ah, eu não deixaria minha mulher passar por isso". Então, eu acho que tem ainda (preconceito) mas é uma questão de saber conquistar seu espaço e aqui nós somos todos iguais: todos chegaram aqui da mesma forma, que é uma eleição, é legítimo (R3).

Neste mesmo sentido, a respondente R1 ressaltou:

> [...] porque quando a mulher chega, às vezes, por ser um ambiente muito masculino, eles acham que vão poder de alguma forma "engolir" e você ficar no anonimato. Eu cheguei aqui com muita força e com muita vontade de trabalhar. Então hoje eu sou muito respeitada pelo que eu faço, pelas posições que eu tomo. Eu acho que a mulher, tem que saber se posicionar...não é simplesmente por ser mulher, não é porque eu sou mulher que o povo tem que votar em mim...o povo tem que votar em mim porque ele acha conteúdo em mim...né?! Ele tem que acreditar...porque infelizmente, onde vivemos, ainda é um mundo machista em que a mulher tem sempre mostrar mais do que o homem em suas capacidades...parece que a vida toda ela fica provando que ela é capaz, né?! Mas não só isso, há discriminação ainda! Tanto é que você veja, nessa casa de lei são 4 deputadas para 54...são 54 deputados, para 4 deputadas (R1).

A respondente R2 também afirmou já ter sentido a existência de preconceitos por ser uma mulher atuante em um ambiente predominantemente masculino: *Se você ver as minhas redes sociais, hoje em especial, tão me xingando lá...porque eu sou mulher. Aqui na câmara eles me enfrentam muitas vezes assim, com o desejo de que eu desista das minhas questões porque eu sou mulher* (R2). Ao analisar as redes sociais da respondente, verificou-se que grande parte dos xingamentos mencionados relacionavam-se às ações que a vereadora realizava, desdenhando-as e diminuindo as suas relevâncias. Todavia, também verificou-se que os próprios eleitores, muitas vezes, rebatiam tais comentários. A respondente ainda afirmou acreditar que a questão de preconceito com mulheres em cargos de liderança não acontece apenas no ambiente político, mas também em quaisquer níveis da sociedade, em organizações públicas e privadas: "*Fomos eleitos mas, a leitura é a mesma. O que as mulheres sofrem nas empresas, eu sofro aqui também da mesma forma."* (R2). Conforme apontado anteriormente, ao inserirem-se no ambiente político, as mulheres enfrentam vários desafios e isso acontece também como decorrência da forma com que as mulheres nesse cenário são retratadas para a sociedade, principalmente, pela mídia. Nesses meios são retratados comportamentos estereotipados para mulheres, que enfatizam determinados traços, como por exemplo calor e compaixão (RENNER; MASCH, 2019), todavia, nem sempre as mulheres demonstram essas ações, o que de fato, não é essencialmente algo ruim, tendo-se em vista que há, por parte de mulheres atuantes na política uma preocupação com o bem comum, dando-se prioridades à

políticas sociais como por exemplo, os direitos da mulher e direitos humanos (DOLLAR; FISMAN; GATTI, 2001; WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; COUTINHO; COUTINHO, 2011). Todavia, o preconceito existente além de justificar-se por conta dos valores machistas perpassados pelas gerações (ABREU, 2002; TOSI, 2016) também pode ser explicado pelo fato de o ambiente político ser considerado um ambiente predominantemente masculino e a entrada das mulheres nele ter sido tardia, ponderando-se que fora apenas em 1934 que as mulheres puderam efetivamente participar da política brasileira (TOSI, 2016).

A política por muito tempo havia sido considerada um "mal" do qual as mulheres deveriam ser "protegidas" conforme Buonicore (2009) ressaltou em seus trabalhos, mas, após a mudança dessa linha de pensamento, a participação da mulher nessa esfera da sociedade trouxe consigo vários outros aspectos a serem discutidos. Sabendo-se que a mudança de uma lógica dominante nem sempre é uma tarefa fácil, no próximo subtópico, discute-se um pouco a respeito das dificuldades enfrentadas pelas respondentes da presente pesquisa.

4.3.2 As dificuldades por ser mulher

Conforme salientado por Rezende (2017), existem uma série de desafios à representação política de mulheres, considerando-se a distribuição de recursos, a atuação propriamente dita, dentre outros aspectos. Schulz e Moritz (2015) argumentam que houve um grande avanço na representação feminina na política desde que implementadas as cotas de participação obrigatória, todavia, apesar de verificar-se a necessidade de tais cotas, somente elas não são suficientes para reverter o que as autoras classificam como "desvantagens" das mulheres na esfera política.

Diante de tal temática, as respondentes relataram a existência de dificuldades em suas atuações justamente por serem mulheres e tais dificuldades envolvem não somente as suas atuações pós eleições, mas durante todo o processo que permite chegar até ela e, inicialmente, fora salientada a questão de falta de apoio:

> [...]o partido não reconhece a importância da mulher, então, portanto, ele não dá dinheiro pra você, não dá tempo de televisão pra você, não dá oportunidade pra você tentar debater...eles escolhem um grupo, geralmente homens, e esse grupo que é apoiado em todos esses sentidos de abrir portas, entendeu? E o que é abrir portas? O partido tem um segmento que ele atinge, né!? E os presidentes, as lideranças dentro do partido, pegam esses escolhidos e levam pra essas lideranças que eles conhecem e, os outros que não são escolhidos, eles não fazem nada...eles deixam você participar mas não promovem você na eleição, em nenhum sentido. Não dão tempo de televisão,

> não dão tempo de rádio, não levam você pra ter um relacionamento com lideranças que podem trazer votos...não, eles não fazem nada. Não ajudam...não sei se não atrapalham...não fazem nada pela candidata mulher. Aí, eu fiz sozinha, né?! Eu e meus relacionamentos pessoais, meus amigos, minha rede (R2).

> Saí sem dinheiro, sozinha praticamente eu fiz a campanha assim, com ajuda dos amigos, das pessoas que me conheciam e que multiplicaram meus votos e fiz 2700 votos em 2012, não entrei por 161 votos, o outro vereador entrou com 160 mais votos que eu (R3).

> E aí trabalhei, trabalhei, trabalhei, me *esfalfei* trabalhando, eu perdi até a unha do dedo do pé de tanto caminhar panfletando porque quem faz campanha falando em animais, tu sabe que não tem financiamento, ninguém dá nada...então assim, é campanha franciscana de chinelo e sandália batendo perna na rua (R4).

Neste sentido, cabe ressaltar o que fora exposto por Homola (2019) de que os partidos acabam sendo mais responsivos às preferências de homens do que de mulheres no que tangem às suas atuações de maneira geral. Porém, além da questão de apoio, algumas respondentes destacaram a existência de conflitos referentes aos papéis assumidos pelas mulheres:

> Acho que uma das dificuldades é que a mulher, ela continua sendo mãe, continua sendo dona de casa, continua fazendo, ela que tem todas as responsabilidade em relação a casa e filhos e também tem o trabalho na política, então assim, acho que nesse ponto a gente se sobrecarrega um pouco mais (R3).

> [...] eu sabia o que eu enfrentaria eleita e no processo eleitoral, mas mesmo assim eu decidi encarar o desafio e decidi participar. Acabou dando certo, me elegi e estou aqui hoje, com inúmeras dificuldades porque realmente não é fácil para mulher. A gente acaba tendo esse monte de papéis que a gente assume no dia-a-dia, a política acaba ficando muito pesada para o dia-a-dia. Ao contrário do que as pessoas pensam, exige muita dedicação, exige que nos finais de semana eu tenho que estar aqui, nos finais de semana eu tenho que viajar para a base, tem que ter tempo para você, tempo para a família...tempo para as relações pessoais praticamente não tem mais, você acaba abrindo mão. Os homens também fazem isso, não são só as mulheres, mas, a gente acaba...a gente não deixa de ser mãe, não deixa de ser dona de casa, não deixa de ser esposa. Os homens tem um facilidade melhor de lidar com isso, porque o dia-a-dia acaba não sendo deles, o dia-a-dia da casa, da família acaba ainda sendo da mulher, essa responsabilidade de cuidar do filho, cuidar da casa é da mulher, é muito mais complicado e eu acredito que isso só vai mudar a partir do momento que tivermos mais mulheres participando, mais mulheres aqui, se aqui nós tivéssemos 10, 15, 20 mulheres, que deveria ser igual, nossa vida seria muito mais fácil, a gente se ajudaria e humanizaria mais o universo do dia-a-dia da política (R6).

> Esses desafios do ponto de vista pessoal foram muitos, porque como eu comecei a trabalhar na prefeitura, eu já era casada, mas não tinha filhos, então eu estava muito dedicada as coisas lá, depois, eu tenho 3 filhos, o meu mais velho, eu tinha que me virar para poder trabalhar, para poder atender, depois tive outro e depois outro, então não foi fácil a vida da mulher em relação ao trabalho, à dedicação, ao mesmo tempo cuidar dos filhos, porque é a sua responsabilidade, no meu caso, a minha responsabilidade foi muito grande, porque hoje, eu vejo na nova geração, pelos meus filhos, os maridos ajudam muito, eu conheço uma grande parte dos maridos jovens hoje que trocam fralda, que cuidam do bebê, que dão mamadeira, que fazem mamadeira, sabem fazer mamadeira, ajudam a mulher, de uma forma muito maior do que quando eu comecei a trabalhar, eu tinha que me virar sozinha, meu marido trabalhava, era uma pessoa super eficiente, um pai legal, mas quem tinha que se virar com os filhos era eu (R7).

E considerando a existência de conflitos entre a vida pessoal e profissional, a respondente R8 relatou sentir que tudo na política ocorre de maneira natural, todavia, alguns aspectos precisam ser alinhados antes de haver a inserção:

> Eu tenho uma filha de 52 anos e outra de 47, hoje a filha te crítica, amanhã te elogia, hoje reclama da ausência...então, a vida do político vive sempre na gangorra, o emocional, o bom relacionamento de um gabinete tem que saber ter, ninguém é minha propriedade, eu vejo...o emocional ajuda e influencia. Eu lembro quando elas eram pequenas, teve um dia, a mais velha disse para mim que não tinham mãe, aí aquilo bateu fundo, tirei 1 mês, larguei tudo, disse que estava com problema de saúde para os outros, para poder ficar dentro de casa, isso aí se a mulher não souber levar, abala a estrutura emocional dela, outra coisa que abala o emocional da mulher na política, que ela tem que saber fazer, é conquistar primeiro em casa, porque não adianta ela se meter na política e o marido dar pra trás, elas acabam no divórcio, culpa a política...não tem nada a ver, eu sempre aconselho: Conquiste em casa, o pai ou a mãe ou o marido ou namorido e, conquiste os filhos também, porque mesmo conquistando é difícil, quando estão maiores não, mas quando estão pequenos sim, exigem a sua presença (R8).

No entanto, apesar dos obstáculos, a respondente afirma que depois de muitos anos atuando no ambiente político aprendeu a lidar melhor e a se organizar melhor: "*Hoje quem exige mais são as netas, então eu já consigo hoje, por exemplo, ir em matinê domingo, ficar 1 final de semana no mês em casa, é muito relativo cada pessoa"* (R8).

Ainda dentro desse escopo, a respondente R6 destacou que uma de suas maiores dificuldades em atuar no ambiente político refere-se justamente a conciliar as atividades que exerce enquanto deputada e suas atividades pessoais. Ela relatou que por estar inserida nesse ambiente por vários anos, sabia o preço que seria necessário "pagar" e que inclusive, tais questões a influenciaram anteriormente quanto à decisão de se candidatar ou não pois, segundo ela: *"pensava se isso valia a pena, se valia a pena abrir mão desse papel de mãe"* por levar em consideração que devido à grande parte de seus votos serem da região onde morava anteriormente, teria de ficar viajando aos finais de semana:

> Se eu fosse eleita pelas redes sociais seria uma coisa, mas eu não fui...a minha eleição foi metade no oeste e metade aqui, no oeste o público gosta da presença física e ir lá significa que eu tenho que sair daqui numa quinta-feira à tarde e volto em um domingo à noite. Fico distante da família nesse período e isso tudo eu pensei muito antes de aceitar, porque eu sabia que seria assim, não sabia se eu estava disposta a abrir mão da minha vida em prol de um projeto político e eu conversei bastante em casa, se não tiver o apoio da família, não tem como fazer isso, não tem como fazer um projeto desses, acabei indo porque por mais que a minha presença tenha diminuído o papel já que eu tinha chances eleitorais, o meu papel enquanto fomentadora, para mostrar para as mulheres que a gente pode sim, que a gente precisa participar, que vale a pena pagar o preço, pensando nisso eu paguei o preço de entrar, os entraves foram mais de ordem pessoal... aqui no mandato, a gente vê que ainda é um ambiente muito machista, que a gente precisa brigar diariamente para poder conquistar um lugar (R6).

De acordo com todos os relatos destacados, verifica-se que existe a interferência da maternidade nas identidades e posicionamentos dessas mulheres. Apesar de ser visível que mesmo com as transições e adaptações de questões cotidianas e profissionais à essa situação, há uma contínua reformulação identitária que faz com que tais mulheres coloquem em perspectiva outros aspectos, como família e demais questões pessoais, ao assumirem certos desafios e responsabilidades e não somente fatores voltados à pontos profissionais, conforme fora ressaltado no estudo de Reveley (2019). Porém, mesmo com a clara existência de um conflito entre as atividades pessoais e profissionais, percebe-se que há uma consciência cívica (ABREU, 2002) por parte das respondentes e, essa consciência cívica, por ser fruto de todas as lutas por direitos iguais e também por ressaltar o fato de que há o interesse de mulheres em participar da vida pública, destaca-se dentre as mulheres participantes desta pesquisa, e também com o que fora relatado pela respondente R5, que afirmou que ao atuar juntamente ao parlamento jovem de seu estado, verificou que a maioria do parlamento era composto por meninas, entretanto, a respondente ainda destacou a existência de conflitos trabalho vs. família:

> A gente tem o parlamento jovem...a maioria esmagadora do parlamento jovem todos os anos são meninas, a gente tem meia dúzia de meninos e um monte de meninas...porque a gente é mais guerreira desde que a gente nasce a gente é assim, no entanto, depois que a mulher casa, termina a faculdade, casa, arruma emprego...a gente abre mão. A gente abre mão com muita facilidade dos nossos sonhos, somente e exatamente por isso que nós temos muito mais homens do que mulheres na política, porque o mundo da política, ele é preparado pra quem não tem que chegar cedo em casa pra dar banho em filho, pra preparar a janta...porque o pai, ele não ta acostumado a fazer o papel do mantenedor do lar e aí a mulher vai abrindo mão, vai abrindo mão...só que a gente ta abrindo mão muito...a gente tem que ter mulheres mais posicionadas aí que assumam os seus sonhos em nome de todos e sigam adiante pra gente ter um país mais equânime e é isso que eu penso (R5).

E esse conflito pode ser comprovado de acordo com a fala da respondente R7, ressaltando suas experiências pessoais:

> Chegou uma época lá que eu estava estressada demais, porque eu era muito dedicada ao trabalho, eu gostava muito do que eu fazia, gostava muito de atender as pessoas, de orientar, então eu era muito dedicada e aquele trabalho para mim, era a minha vida, mas ao mesmo tempo eu tinha os meus filhos que também eram a minha vida. Então, eu era dedicada mas, ao mesmo tempo era muito preocupada com eles, escola, tudo isso, eu tive muita sorte porque a minha mãe morava na mesma cidade que eu, ela não trabalhava fora, então ela me ajudou muito nessa questão, quem tem mãe, tem que valorizar, elas que ajudam as filhas mulheres, principalmente, nessa questão de trabalho e família (R7).

Adicionalmente, a respondente R6, corroborando com a fala anterior da respondente R8, destacou a necessidade de haver apoio familiar para suas atuações nesse cenário, mas, também, mesmo por parte destes, há a existência de certos tipos de preconceito:

> Quando eu fui falar para os meus pais que eu ia ser candidata, o meu pai não queria de jeito nenhum, para você ter ideia nem votar ele votou, não é por ser mulher, mas porque ele achava que política era a pior coisa que eu podia fazer na minha vida, pela imagem, pela preocupação do que os outros vão dizer, que tu é corrupta, igual os outros, essa barreira também tem que ser ultrapassada, mas que a gente só muda se tiver mais mulheres participando, tudo passa por esse processo, de ter mais mulheres participando, a gente vai errar, eu vou fazer muitas cagadas, mas quantas cagadas os homens fizeram até hoje e isso faz parte do processo de construção dessa mudança, melhor errar estando aqui para participar, do que assistindo pela televisão e reclamando, acho que é por ai, inspirar mas inspirar mostrando isso, participando, não tem outro jeito, não vai cair do céu (R6).

Referindo-se também à assuntos pessoais, algumas respondentes salientaram entraves relacionados à saúde e demais efeitos por conta de todas as pressões e dificuldades enfrentadas nesse ambiente:

> Eu fiquei muito doente, fiquei muito, muito, muito doente porque eu nunca tinha visto tanta crueldade acontecendo com os animais...porque ele não tinha valor, ele era coisa. E, é um choque muito cultural...a cultura dos nativos da cidade é uma cultura difícil para não utilizar outro adjetivo...eles são assim, de âmago e cerne muito ruim. A cultura é extrativista...eles só matam, não cultivam... então o animal não tem valor, a vida não tem valor...só para comer. Então, em traços gerais é isso. Essa foi a grande dificuldade...de eu não conseguir entender que a crueldade pela simples crueldade tivesse algum sentido. Isso não estava nas minhas referências de nenhum lugar do mundo e olha que eu estive muito tempo entre muçulmanos que hoje são muito demonizados porque claro tem os terroristas, mas são um povo super, super amorosos com os animais, você não imagina o quanto! Aí, tu vem pra um mundo cristão e tu encontra coisas que se eu for te contar tudo o que eu vivi lá você não vai dormir 3 noites mas, deixa pra lá...(R4).

> Olha, eu vou dizer pra ti, a primeira eleição que eu fui candidata a prefeita, eu perdi, né? Eu me elegi a vereadora mais votada da cidade em termos percentuais até hoje. Mas eu fui candidata a prefeita e perdi. Eu tive pela primeira vez insônia, eu passei 6 meses depois da eleição...claro que nos últimos dias a gente imaginava esse resultado. E não me trouxe sofrimento, sabe? Me trouxe amadurecimento! Mas eu fiquei muito curiosa comigo mesma, querendo investigar onde é que eu tinha errado, o que me faltou, porque naquela eleição, sem demérito em relação aos meus opositores...mas nós disputamos em 5 candidatos e naquela época indubitavelmente eu era a mais preparada intelectualmente e em questão de formação para cuidar da cidade...e perdi (R5).

> Quando eu fui candidata, eu entrei em um processo depressivo, acabei tomando antidepressivo, agora já consegui parar, mas porque o senso de responsabilidade, essa é uma característica da mulher, de saber se vai dar conta: será que eu tenho condições? Se eu tenho competência suficiente...o medo da responsabilidade: isso era o que me acompanhava. No período da eleição, eu pensava muito: "E se eu me eleger, como que vai ser? Como vou fazer o meu trabalho? Como vou lidar com isso?" Nesse período era muito isso, era o medo e agora depois de assumir, agora eu estou aqui: como eu vou fazer? O medo também dessa responsabilidade! Mas, é um misto do medo e por outro lado, entendendo a grande oportunidade que é (R6).

Ao comentarem sobre as dificuldades referentes à inserção, as respondentes também relataram a existência de uma série de estereótipos e necessidade de provar suas competências:

> Então, eu acho que a primeira coisa, na verdade a coisa mais difícil que a gente enfrenta ao entrar na política é conseguir ter um espaço na própria casa legislativa entre os vereadores. Aqui na câmara municipal são 38 vereadores, 30 homens e 8 mulheres, e isso que é a maior bancada feminina da história... nunca tiveram tantas mulheres vereadoras na cidade. Mas, eu percebo assim, eu tenho várias amigas, eu faço parte de um grupo no *whatsapp* que são de mulheres vereadoras no Brasil da nossa causa e elas disseram que enfrentam muitas dificuldades nas casas legislativas em conquistar os seus espaços porque é um ambiente ainda onde predominam homens, onde se tem um certo preconceito, mas a gente também vê a questão de mulher votando em mulher, ainda não se trabalhou muito isso em sociedade de que a mulher pode votar em outras mulheres para representá-las (R3).

> As mulheres acham que elas chegam aqui e que vão se dar bem. Não é. Eles dizem que não tem preconceito, que nãnãnã, não é bem assim... Eles te testam e te testam muito. Eles partem do princípio de que se tu é mulher, for novinha e bonitinha, tu é burra...se for loira, mais burra ainda. Então, eles testam, testam e tu tem que provar que você presta, com bons argumentos de que você sabe o que está fazendo e que tu é inteligente. Acima de tudo, se eles desconfiarem que tu não é inteligente...acabam contigo (R4).

A respondente R4 relatou que inicialmente sofreu muito preconceito, todavia, disse que por ser uma pessoa madura e com mais experiência, sabia como lidar com as pessoas que tentavam desmerecê-la ou desmerecer sua causa: *"eles tentam te desmerecer, desmerecer a tua causa...dizer que tua causa é ridícula, é menos necessária...enfim, isso tudo acontece."* (R4).

Já a respondente R2 destacou ter sofrido por conta dos estereótipos impregnados no sistema culturalmente*: "Eles acham que vão acotovelar muito você, que eles vão te intimidar, é muito difícil e complicado principalmente com as minhas posturas mais abertas...comprometida com causas e não com os executivos"*. Os relatos destacam o que fora acentuado no estudo de Chikaipa (2019) em que o autor obteve como resultado o fato de que uma mulher atuante na política geralmente é retratada com base em estereótipos de gênero que são arraigados às mulheres do que por suas ações em si. Ainda no sentido referente à situações vivenciadas por mulheres neste ambiente, a respondente R2 também relatou uma situação que presenciou com outra mulher na câmara:

> [...] teve uma vereadora que ela estava fazendo uma fala assim e um vereador, outro homem, levantou, pegou o celular dele, chegou perto dela e começou a filmar e, ela no plenário fazendo uma fala, reclamando de uma questão e ele assim (a entrevistada demonstrou a forma com que vereador se expressou) grosseiramente autoritário. Um outro vereador, levantou da bancada dele, foi lá no plenário e filmou ela e ela dizia: para com isso fulano e todo mundo olhando e o Vinicius que é um vereador homem que estava do meu lado falou "se sou eu lá, o Robson não iria fazer isso". Até ele fez essa leitura e, é obvio que ele não faria...é uma intimidação grosseira. Ta pro público, está filmado e é muito complicado, entendeu? Você tem que ser sempre muito pontual assim, muito...se você deslizar um pouquinho, essa sua falha terá um preço (R2).

Seguindo a mesma linha de raciocínio da respondente R2, a respondente R5 destacou:

> Há assim, um processo...as pessoas subjugam muito a capacidade da mulher de alcançar postulações na política. As pessoas olham... a sociedade no geral, até as mulheres elas olham pra mulher na política de uma forma muito caricata, se tu me permite assim... ou elas vão dizer que a mulher é muito assanhada, ou é grossa, ou enfim... e aí, se a gente for trazer pros adjetivos que a gente usa no nosso paladar diário tu já imagina o que não vem, né!? É isso (R5).

A respondente R1 ressaltou nesse sentido que devido à existência de uma discriminação referente à mulher que perpetua-se de geração a geração, muitas vezes, há medo para se tomar posicionamentos que inicialmente podem não ser bem aceitos: "*você não vai ser aceita em todo lugar... é uma questão de você chegar, se posicionar e as coisas mudarem naquele cenário"* (R1).

Já a respondente R6 ressaltou que por mais que estejam havendo mudanças, ainda trata-se de um ambiente *"muito machista, que a gente precisa brigar diariamente para poder conquistar um lugar no meio"* salientando que a dinâmica do ambiente político, por mais que existam mulheres nele inseridas, ainda é muito masculina, que há uma exclusão das mulheres porém, a respondente destacou que não acha que isso ocorra por conta de preconceito ou de propósito mas sim, como algo resultante da cultura do ambiente e do país.

> [...]a forma de tratar as mulheres, ainda continua sendo como era antes, se elegeu, mas ainda vai cuidar de questões da assistência social, essas áreas que dizem que as mulheres cuidam mais, tem mais afinidade mas, na verdade não é. Aqui a gente trata de todos os assuntos, de toda natureza, de todas as áreas, a gente trabalha com todos eles...é um desafio diário entender, conhecer, estudar, enfim. Mas, o pior ainda é esse espaço que ainda é considerado dos homens, é uma luta que vai longe, que só vai mudar quando tiver mais mulheres, quando tiver uma equidade de um espaço que é dos dois, tem que ser igual, eu defendo muito. Eu acho que as questões das cotas foi muito importante porque abriu os olhos das instituições, dos partidos políticos, que até então as mulheres iam fazer campanha, organizar campanhas, não eram candidatas, então hoje os partidos são obrigados a irem atrás de mulheres e se não tiverem mulheres os homens também não se elegem, mas eu ainda acho que vai ser efetivo quando a gente tiver vagas nos mandatos, não cotas de candidaturas, cotas nos mandatos, que daí durante um período, não para sempre, para que mais mulheres venham, participem e que as outras vejam que é possível e que tenha um espaço igual, mas isso é uma discussão ampla e tem muita gente contra, mas é o que eu defendo (R6).

A respondente R6 ainda mencionou que não sente preconceito por parte de seus colegas:

> É difícil de explicar, eu convivo com eles de forma tranquila, com todos eles, não vejo que quando eles são contra qualquer tipo de projeto, qualquer bandeira que eu defenda, não é porque eu sou mulher, é pelo projeto em si, nunca senti que alguém foi

> contra nada por eu ser mulher, a questão não é essa, na minha opinião não é isso, é o dia a dia, é a vida mesmo como é a vivencia política (R6).

Já a respondente R2 ressaltou que enfrentou uma série de preconceitos quando em época de candidatura por conta de ser mulher:

> Todos...se você consegue imaginar alguns, imagine todos. Primeiro a falta de apoio do partido... o partido não reconhece a importância da mulher, então, portanto, ele não dá dinheiro para você, não dá tempo de televisão para você, não dá oportunidade para você tentar debater...eles escolhem um grupo, geralmente homens, e esse grupo que é apoiado em todos esses sentidos de abrir portas, entendeu? E o que é abrir portas? O partido tem um segmento que ele atinge, né!? E os presidentes, as lideranças dentro do partido, pegam esses escolhidos e levam para essas lideranças que eles conhecem e, os outros que não são escolhidos, eles não fazem nada...eles deixam você participar, mas não promovem você na eleição, em nenhum sentido. Não dão tempo de televisão, não dão tempo de rádio, não levam você pra ter um relacionamento com lideranças que podem trazer votos...não, eles não fazem nada. Não ajudam...não sei se não atrapalham...não fazem nada pela candidata mulher (R2).

A respondente R2 também relatou outra situação crítica que vivenciou após sua eleição:

> No dia seguinte, na semana seguinte...isso foi primeiro turno, né?! Na semana seguinte a gente ia começar já a questão de quem era o prefeito que a gente iria apoiar...eles marcaram as reuniões com os possíveis candidatos, na época o candidato 1 que ficou no segundo turno e o candidato 2...no primeiro turno o partido apoiou o candidato 3. Nós saímos de vice no primeiro turno. Eles marcaram reunião com o 1 e o 2, com os vereadores eleitos...menos eu. Quando eu soube disso, eu já rachei com o partido naquele momento: "Escute vocês marcaram reunião?" "Ah, pois é, a gente achou que você não quisesse ir"... E, eu falei: "Mas eu estou eleita." E, a partir desse momento nós rachamos, eu fiquei brigada com o partido no primeiro ano inteiro da minha gestão, praticamente eu tinha pouco contato com eles, o segundo também eu acho... Eu comecei um pouco fazendo as pazes esse ano [...] eu passei dois anos sem relacionamento com meu partido por causa desse posicionamento que eles têm (R2).

A respondente R3, destacou que embora existam diferenças e semelhanças, o ambiente político demanda posicionamentos diferenciados das mulheres: *"O importante é você articular...é um jogo"* afirmou a respondente.

Quando atuantes em ambientes predominantemente masculinos, espera-se das mulheres posicionamentos mais brutos e agressivos e, essa questão é ainda mais colocada em pauta quanto trata-se do ambiente político. Pode-se perceber diante dos relatos anteriormente destacados que por mais que tenham sido eleitas da mesma forma que os colegas homens, as mulheres ainda foram tratadas como sensíveis e emocionais demais para estarem ocupando os referidos cargos conquistados por direito (HUDDY; TERKILDSEN, 1993; EAGLY; KARAU, 2002; SANBONMATSU, 2002; JOHNS; SHEPARD, 2007; BIROLI, 2010; BAUER, 2015).

Dentro dessa linha de pensamento, é possível afirmar que a existência de estereótipos de gênero, acabam interferindo no desenvolvimento de uma melhor compreensão acerca do real

papel da mulher na sociedade bem como, em suas competências ao atuarem na vida pública (BIROLI, 2010). Conforme Huddy e Terkildsen (1993); Eagly & Karau (2002) e por fim, Bauer (2015) afirmam com os resultados de seus estudos, os estereótipos femininos caracterizam mulheres como carinhosas e sensíveis, qualidades estas que contrastam com a expectativa do que se espera de um candidato político: que sejam francos, decisivos e agressivos pois, de acordo com o exposto por Sanbonmatsu (2002) e também por John e Shepard (2007), o gênero ainda se torna critério para a sociedade, principalmente a parte votante desta, conceber inferências sobre os traços, competências crenças e posicionamentos de pessoas que estejam envolvidas na política. Considerando a própria atuação da mulher dentro do ambiente político ressalta-se diante do relato da respondente R1, a necessidade de atenção a como as mulheres se posicionam e formulam suas respectivas identidades dentro do ambiente político:

> A mulher, você a vê menos envolvida em corrupção, né?! Mulher tem mais sensatez nas decisões que toma, não desprezando os homens, eu estou falando mais na questão de equilíbrio, então, por que ela faz falta nas casas de leis? Ela faz falta exatamente porque ela tem esse equilíbrio (R1).

Além disso, o relato da respondente R1 destaca o que fora salientado por Dollar, Fisman e Gatti (2001) e também por Brollo e Troiano (2016) em que os autores afirmam que quanto mais mulheres dentro de um governo, menores os índices de corrupção. No entanto, ainda é relevante realçar a formação de uma identidade individual no cenário político:

> Daí, fiquei próximo do partido nesse período, nessa época, nesses 4 anos, foi em 2016 que fui candidata, eu fui secretaria do partido, secretaria da mulher do partido, não consegui fazer nada lá e era muito complicado. E na medida, você veja, mesmo eu não conseguindo fazer nada dentro do partido nesses 4 anos eu fundei uma ONG que bombou, que deu tudo certo, a gente teve uma super atuação, então você vê: Era a mesma pessoa com o mesmo desejo de realizar mas eu não tinha condições aqui e ali eu não tive nenhuma condição então, uma coisa deu super certo e a outra coisa não andou, ficou estagnada e tal (R2).

> Quando você pensa no estado no todo, o deputado é deputado do estado não de um município só, essa é a parte mais difícil de um deputado... As decisões, mas eu sou muito positiva, eu faço a análise e nessa hora, temos que fazer a análise friamente e eu, por mais que seja muito emotiva, tiro isso sempre com muita responsabilidade...não com muita emoção. Eu não ganhe talvez muita popularidade politicamente falando (R1).

Por fim, destacando sob seus pontos de vista os motivos pelos quais ainda há dificuldade para o preenchimento das cotas para atuação feminina, conforme também destacado por estudos do Tribunal Superior Eleitoral (TSE, 2016), quando questionadas sobre os desafios e conquistas as respondentes também ressaltaram alguns pontos referentes às cotas, aprovações de leis e mudanças que já enxergaram na política:

> Tem um machismo, na hora de aprovar uma lei que tire benefício dos homens, não aqui, mas na câmara, mas de dar essa paridade, é uma discussão que vai muito longe. Cada mulher que entra é um homem a menos, tem toda uma história que vem junto com isso, não é uma mudança que vem de um dia para o outro. Ela é gradual, mas precisa estar participando para mostrar que dá, é possível, que outras têm que entrar, que tem a sororidade[1] de abrir espaço para outras. É uma construção mas, eu me sinto feliz participando disso, isso me faz bem, por mais difícil que seja, eu acho que vale muito a pena e eu quero estimular muitas mulheres a participar (R6).

> Se você for em qualquer partido na verdade, não somente no meu, eles vão abrir as portas para você, eles querem muito mulheres...essa coisa do 30% de cotas favorece muito, o partido te receber, ele te acolhe. Não te ajuda coisa alguma, mas ele quer que você participe da eleição. Você vai fazer parte, a mulher entra no partido, tem a cota e vão 2 ou 3 homens com ela...se você sai é um desespero porque eles vão perder dois ou três homens lá, então...em tese, o partido, se você for se filiar lá, eles vão adorar que você está se filiando. Mas, não há planejamento, não há construção para a mulher dentro do partido...em nenhum partido. Eu falo do meu e eles sabem que eu penso isso. Os partidos precisam de mulheres, mas, eles não reconhecem que as mulheres podem ser um grande diferencial dentro do partido (R2).

> A violência contra a mulher e eu falo da violência patrimonial, a psicológica e a física mas, eu falo também de outros tipos de violência que existem e eu posso te dizer que isso que acontece com a mulher na política, é uma violência, é um bullying, é crime...simplesmente por você ser mulher. Simplesmente por eu ser mulher. Não é porque eles têm raiva de você... Não! É porque você é mulher... você é mulher e você não merece estar ali. É, como se tua cadeira, na hora que a mulher ganha "poxa, perdemos essa cadeira" Entendeu? É algo que tem que ser mudado...é cultural e tem que ser mudado [...] é crime usar a mulher para 30% de cota, é crime! (R1).

> Se eu fico muito quieta, eu sou muito quieta, se eu sorrio demais, eu sou oferecida... sempre tem uma coisa para as pessoas dizerem em razão da tua forma de se apresentar, da tua conduta. Nós nunca seremos ainda nesses tempos julgadas apenas pelo produto, pelo extrato do nosso trabalho...por enquanto a gente ainda, porque, eu sempre digo isso...tu vai pra Brasília, tu vê assim... tu passeia pelos corredores do congresso, eu gosto de fazer essa brincadeira de roupa porque ela te provoca os teus estímulos visuais... o que tem assim de homem mais gordinho com a camisa apertada, o botão pra fora, a gravata pela metade... a camisa verde musgo, umas coisas assim completamente fora de propósito... mas absolutamente ninguém dirige o olhar para um homem no mundo da política pelo modo em que ele se veste, ninguém! Isso passa batido...agora conforme é o jeito que tu te veste, alguém vai dizer alguma coisa da mulher, entende? E isso é muito presente, muito vivo ainda no mundo da política, mas são questões muito sensíveis que vem muito, assim, nós temos que entender que nós temos costumes seculares nas nossas costas, meu amor?! Nem as mulheres queriam ver as mulheres aqui, eu acho... ou estavam preparadas pra isso...que eu vou te dizer... nos momentos de preconceito que eu vivi, eu te digo assim, na questão da posse, as piores críticas, as mais duras, as mais angustiantes vieram de mulheres...como se as próprias mulheres se envergonhassem da condutas das outras (R5).

Apesar de ter-se verificado que o gênero do representante político pode interferir diretamente em seus posicionamentos, nesse tópico foi possível concluir que embora esse fato devesse se tornar um incentivo para uma participação mais igualitária nesse setor

---

[1] Sororidade pode ser definida como **a** união e aliança entre mulheres, baseada na empatia e companheirismo, em busca de alcançar objetivos em comum.

organizacional, acaba se tornando um dos maiores percalços não somente no que tange à atuação mas também à inserção por conta de existir um grande preconceito quanto ao gênero, que geralmente restringe mulheres a estereótipos fazendo com que quando atuantes, sintam a necessidade constante de provarem suas competências e reformulando suas identidades com a finalidade de melhor se enquadrarem nesse cenário.

Contudo, não é somente o preconceito por parte da atuação das mulheres que interfere numa participação mais efetiva. Os próprios partidos muitas vezes acabam não dando o apoio e suporte necessário a essas candidatas quando estas ainda não possuem o "renome" no setor, não dando a devida importância as causas defendidas, tornando a distribuição de recursos desigual, obrigando-as a buscar uma eleição por literalmente conta própria, que só torna-se possível devido ao seus respectivos círculos sociais.

Outro desafio a despeito da inserção feminina na política deve-se à necessidade da existência de uma rede de apoio a tais mulheres visto que a atuação não restringe-se somente a dias úteis, gerando de certa forma um conflito entre o trabalho e a família, bem como entre demais papéis socialmente assumidos por mulheres como os referentes às responsabilidades domésticas.

Ainda tratando-se da necessidade de um equilíbrio entre aspectos pessoais e profissionais, também ressalta-se que há a imprescindibilidade de um alinhamento com questões emocionais pois, o ambiente político semelhante a organizações convencionais também traz consigo situações de extrema pressão e dificuldades que podem desencadear problemas de saúde caso não seja tomado o devido cuidado, o que torna tal questão um desafio a ser enfrentado também.

É importante salientar que com os relatos expostos na presente seção, pode-se perceber que existem os mais diversos desafios quando a inserção de uma mulher no ambiente político é colocada em pauta, desafios estes que, conforme destacado por Bauer (2015), Lee (2018) e Zakar, Zakar e Hamid (2018) não resultam apenas ao preconceito e demais questões históricas arraigadas neste sistema e que a permanência de mulheres na política não depende apenas de sua vontade em participar mas, dos mais diversos fatores, no entanto, principalmente os pessoais. Em contraponto, na próxima subseção serão destacados o que, mesmo diante de infinitas dificuldades, as respondentes consideram como conquistas durante suas respectivas trajetórias.

4.3.3 Conquistas durante a trajetória

Quando questionadas acerca de suas trajetórias, todas as respondentes destacaram que consideravam como conquistas além de terem sido eleitas por conta própria, terem seus projetos de leis aprovados e representarem efetivamente a população. Neste momento, em cada entrevista, as respondentes falavam um pouco sobre seus projetos. Os projetos, em sua maioria consistiam em projetos de lei voltados à saúde pública e à causas específicas como por exemplo, a animal.

Porém, tratando-se de conquistas, a respondente R7 ressaltou alguns aspectos:

> As maiores emoções positivas ocorrem quando você consegue resolver problema, as maiores frustrações vem quando você não consegue resolver problema, porque existe uma série de impedimentos, a questão legal, a questão do ponto de vista do executivo, que pode ser diferente do seu ponto de vista, então as maiores satisfações, quando você resolve o problema, o problema para nós é o desafio e eu tenho que resolver o problema, eu tenho que resolver, tenho que lutar por eles (população), vou resolver e isso vai me dar satisfação, se eu não conseguir resolver vai me dar uma grande frustração, vou ficar estressada, doente... (R7).

A maioria das respondentes ressaltaram que apesar de existir ainda muito preconceito, desde suas entradas nas respectivas câmaras e assembleias, verificaram que houveram mudanças de comportamento por parte de seus colegas homens em questões de tratamento, ou mudanças em relação a posicionamentos perante as causas que elas defendem.

A respondente R3, cuja atuação maior refere-se à causa animal, destacou uma situação específica:

> A proteção animal também é a causa das pessoas que votaram em mim, então eu sempre tentei ser muito coerente ao que eu me propus fazer e aí, se passou 1 ano e em vários momentos eu fui na tribuna, nunca senti repressão dos outros colegas, às vezes eles fazem "auau" ou algo assim mas, nunca me debocharam, ameaçaram ou algo do tipo, sempre na brincadeira, nunca colocaram minha causa como menor. Mas aí, na última sessão daquele ano, apareceu uma cachorrinha na porta do plenário que hoje ela é minha afilhada, ela sempre passa por aqui, a mãe dela é catadora de reciclagem e passa aqui perto e ela não sai dali. Aí, apareceu a cachorrinha na porta do plenário e vários vereadores mandaram no grupo, me chamando, mandando foto "Veio uma visita pra você, alguém aqui veio te visitar". E eu percebi naquele dia que os animais deixaram de ser invisíveis, que pra aqueles vereadores, talvez eles nunca tivessem tido esse olhar do cuidado, da proteção, do amor, da empatia, da compaixão e foi o que eu falei durante todo o ano e eu pensei "na primeira sessão eu tive que pedir autorização, na última eles olharam para aquela cachorrinha, como um ser que realmente estava ali, que estava e que merecia que eu fosse até lá pra recebê-la (R3).

A respondente R4 que também atua na mesma causa da respondente R3, porém, em cidade diferente, ressaltou:

> Todo mundo aqui agora gosta de cachorro, dei uma volta tão bem dada que está todo mundo no *facebook* agora com fotinho de cachorrinho mas, o *turning point*, o "x" da

> questão foi que eles ficaram "qual é a dessa mulher?! Ela vem aqui, só fala em bicho, em cachorro, cavalo e farra do boi e não sei o que, *tatatatata* e *bah*, ela tem um monte de seguidores, todo mundo conhece...nossa, quando ela traz gente aqui pra aprovar um projeto de lei, o plenário enche...acho que eles ficaram com uma pulga atrás da orelha do tipo "ah, porque acho que essa causa não é uma coisinha tão boba" como eles, na ignorância e na simplicidade deles achavam que era...então, já começaram assim, tinha 2/3 que me olhavam atravessado e hoje são os maiores fãs (R4).

No entanto, fora a aprovação de leis e aspectos específicos das causas que defendem, a respondente R8 ressaltou outro ponto de vista quanto às conquistas, ressaltando que elas devem voltar-se à população e não a aspectos pessoais:

> A luta na política eu sempre fiz, sempre fiz tanto estudantil, quanto partidária, como qualquer outra política, lá estava eu, porque assim vai adquirindo a confiança do povo que vai votar em você, se tu tiver essa pretensão...senão fez de amor ao próximo! Nunca olhei para o meu umbigo, eu acho que o deputado estadual, federal, seja lá quem for, eles são funcionários do povo que elegeu eles, eles não são deputados, eles estão deputados, eu sei que sou formada em direito, eu estou deputada há 4 mandatos mas, amanhã posso não estar, então não são cargos eternos e a pessoa tem que saber levar isso aí (R8).

Dentro dessa perspectiva, verifica-se que quando a mulher adentra-se na política, ela traz consigo mudanças significativas que acabam sendo mais visíveis no que tangem aos investimentos realizados, todavia, conforme destacado no relato da respondente R8, esses investimentos devem possuir o propósito de aprimorar toda a rede pública e a população em geral (WÄNGNERUD, 2009; CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004).

Concluiu-se então que as principais conquistas destacadas por tais mulheres voltam-se ao fato de terem conseguido se eleger com auxílio de meios próprios e atualmente estarem tendo a oportunidade de representarem causas específicas bem como a população de forma geral e, considerando que essas causas muitas vezes são negligenciadas, também fora destacado como conquista a aprovação de projetos de lei voltados a estas. Um ponto interessante a ser levantado é o de que mesmo diante de tantos percalços, desafios e preconceitos, as mulheres consideram como conquista verificarem a mudança de comportamento por parte de seus colegas de câmara ou assembleia perante elas como mulheres mas também perante suas causas.

Sabe-se que o percentual de mulheres na política aumentou consideravelmente nos últimos anos, porém, ainda trata-se de um número muito baixo (GORECKI; KUKOLOWICZ, 2014; UII, 2019; NG; MUNTANER, 2018) e de acordo com os relatos aqui selecionados, pode-se averiguar algumas das causas que muitas vezes podem desestimular a participação de outras mulheres nesse cenário, que os desafios surgem em maneiras diversificadas. Põe-se então em

evidência na próxima seção, tendo em vista os desafios e conquistas aqui detalhados, aspectos relacionados à constituição identitária e à própria identidade das mulheres respondentes.

4.4 CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA DE MULHERES NA POLÍTICA

Conforme exposto por Castells (2003), uma identidade baseia-se em um processo de construção de significados de acordo com atributos culturais que relacionam-se à outras fontes de significado, todavia, também relaciona-se à questões pessoais que voltam-se principalmente à unicidade e continuidade (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001). Levando-se tal fato em consideração juntamente à existência de uma sub-representação feminina na política (PIPPERT; COMER, 1998; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015; LEE, 2018), neste tópico são destacados os relatos das mulheres participantes deste estudo acerca de suas identidades, constituição identitária e identificação com o que realizam no ambiente político.

4.4.1 Identificação & Identidade

As identidades configuram-se de acordo com a maneira que os indivíduos percebem-se a si mesmos dentro de um ou mais grupos e, de acordo com isso, direcionam suas ações e reflexões (MACHADO, 2003). Levando-se em consideração o exposto, verificou na fala das respondentes suas identificações, reflexões e demais aspectos significativos dessa jornada:

> Política sempre fez parte da minha atuação profissional. Eu acho que comer é um ato político, praticar minha atividade profissional é um ato político. Eu vejo política como algo difícil de separar a Renata que gosta de andar de bicicleta e correr da vereadora. Mas eu sou vereadora que corre e anda de bicicleta. Eu acho que é inseparável, quem é político não pode se fantasiar de político para virar político...tem que ser político o tempo todo. A política faz parte do meu eu (R2).

> Eu não sei, eu tenho convicção que a política para mim é como uma missão de vida. Eu acho que Deus escolhe seus filhos e ele vai colocando coisinhas no nosso coração desde pequenos. Ele prepara alguém para ser médico, para o jornalismo, para ser professor...ele prepara alguém para cuidar de gente que morre, meu Deus! Eu nunca iria conseguir ter uma funerária na vida, pensa...tem gente que cuida disso! Eu acho que Deus prepara os políticos, não todos talvez, mas eu me sinto preparada por Deus e me sinto inspirada por ele para seguir...porque é muito missão, entendeu? Tem coisas que tu vai se dando conta que só se justificam se de fato algo brotar no teu coração de forma mais viva, né!? (R5).

> Eu me sinto um instrumento da sociedade para poder de alguma forma para ajudar construir políticas públicas, mais eficientes, mais eficazes, que levem para a sociedade uma prestação de serviço como o povo merece, o que a gente contribui para os cidadãos em troca de tributos, fazendo isso com seriedade eu consigo fazer minha parte como cidadã, além do fato de ser mulher, de eu estar aqui, de mostrar para outras mulheres que é possível sim (R6).

> (A política) Faz parte de quem eu sou agora, porque a política é a única forma que você tem para fazer um projeto de lei, se eu não fosse vereadora não poderia fazer[...] é a única forma de ter a possibilidade de fazer projeto de lei, é a única forma de poder votar projeto de lei, é a única forma de você poder ter uma opinião formada junto à administração municipal, se eu sou a Joana, cidadã desse município, eu tenho um peso, se eu tenho um mandato eletivo de representação, que é um mandato de representação... eu tenho outro peso (R7).

> Política para mim é igual oxigênio, porque é meu mundo, minha vida, quantos anos!! Só no partido que sou filiada, estou há 48! Eu ajudei a fazer o partido, eu fui a sétima inscrita no partido da cidade em que morava...quando organizar partido era crime, era prisão! Eu te chamava para se filiar em um partido, você perdia o emprego, era ditadura, não tinha presidente da república, não tinha senador, não tinha nada, o povo veio porque acreditava na derrubada da ditadura, acreditava naquela causa, porque as pessoas se dedicavam, de corpo e alma. Eu já lapidei muito meu patrimônio para investir na política! Naquela época, éramos naquela época uma bactéria, todo mundo tinha medo de chegar perto e conseguimos organizar. Fazer política hoje é mamão com açúcar, só não faz e participa quem não tem interesse, só que política passa por tudo, passa por roupa, do resto da comida, mas passa por tudo e o pessoal não tem essa concepção (R8).

Diante do exposto, foi possível verificar o que fora salientado por Caldas e Wood Jr (1997) e também por Macedo e Silveira (2012), por conta de os autores afirmarem a existência do *self* juntamente à identidade. Ressalta-se que o *self* é o responsável por prover ao indivíduo a consciência reflexiva acerca das suas vivências e, diante dos significativos destacados verificou-se também que a identidade pode se manifestar de acordo com aquilo que o sujeito considera relevante à sua existência, como pode ser visto nas 3 falas destacadas.

Todavia, também é importante enfatizar que a construção de uma identidade ocorre de forma gradativa, adaptando-se ao contexto e sendo proporcional à fase de vida do indivíduo (SARAIVA; DUARTE, 2010), isso pode ser ressaltado nos relatos das respondentes R3 e R4:

> E hoje, eu acho que eu nasci para isso, sabe? eu gosto, é uma coisa que me faz muito bem poder representar e no meu caso, além das pessoas que votaram em mim, os animais...que é o meu seguimento. Então, eu gosto muito, estimulo que mais mulheres venham pra vida política, mas não é fácil! Ser mulher já não é muito fácil, ser mulher na política é um pouco mais difícil (R3).

> Eu me sinto muito feliz e muito realizada porque a minha causa é uma causa que vem do fundo do coração, ai eu me emociono, porque é muito dolorida também...é como uma missão de vida. Desde muito cedo eu sabia que era esse meu caminho só que eu não sabia como fazer, então, foram umas voltas que o mundo vai dando que vai te botando no momento, no lugar certo para tu aprender (R4).

Contudo, é importante ressaltar que essa construção de identidade nem sempre forma uma identidade com emoções positivas em seu contexto, conforme pode-se perceber de acordo com o relato da respondente R8:

> Às vezes minhas filhas falam que eu pareço um *iceberg*, eu digo é que eu já vi tanta coisa, que já vivi tanta coisa que no fim, fica até insensível, eu até entendo algumas atitudes que meu marido tinha, porque eu estou ficando igual, a gente sabe muita coisa, coisas bárbaras, que não aceita e é obrigada a engolir, eu mesma como secretária de justiça, no mundo prisional, aquilo para mim foi ótimo, mas no fundo me deixou congelada, ver o sofrimento, ver as famílias sofrendo, ver o porquê aqueles jovens estão lá dentro, porque a droga tomou conta deles... (R8).

Outro ponto de destaque, refere-se ao fato de que a identidade pode ser formada por processos de identificação em que a pessoa assimila aspectos ou atributos com os quais entra em contato, constituindo vínculos e sua personalidade, bem como percepções acerca de si e do ambiente em que convive (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001; FREITAS, 2005). Diante disso, foi possível extrair da fala das entrevistadas que a identificação com suas atividades influencia diretamente suas identidades, pois, de acordo com o relatado, a identificação torna crucial suas atuações nesse ambiente:

> Isso faz parte da caminhada (identificação) até para você ter certeza que você está fazendo certo...porque senão, se eu entrar muito...seria igual eu perguntar se foi certa minha escolha profissional, se a escolha que eu fiz na minha vida, deu tudo certo. Eu tenho absoluta convicção que eu escolhi foi a profissão que me trouxe até aqui e quando eu faço uma escolha para ser mulher na política, eu te digo de convicção que eu fiz uma escolha certa também, porque eu estou realizando...eu sou muito de projeto (R2).

Uma constituição identitária pode relacionar-se intrinsecamente às suas vivências pessoais, mas, também às suas experiências e interações vivenciadas em grupo ou em seu ambiente de trabalho (CORREA; LOURENÇO, 2016). Essa ideia é ainda mais enfatizada quando as respondentes salientaram não haver uma diferença existente entre suas vidas pessoais e profissionais:

> A política faz parte de mim. Eu até às vezes tenho uma, é meio pessoal assim, eu não consigo separar muito minha vida pessoal da minha vida na política por conta de que eu também gosto de ser vereadora, tenho 19 cachorros em casa. Então, pra mim, eu vejo que meu perfil nas redes sociais, as pessoas entram em contato comigo, a vereadora, mas eu gosto, eu gosto, eu acho que é um belo desafio, mas pra mim tem sido muito gratificante representar as pessoas e os animais (R3).

> Eu não me vejo fora da política, porque é como se você respirasse isso aqui também...me sinto bem preparada pra qualquer desafio...qualquer desafio [...] a gente aprendeu a fazer a política...eu acho que esse equilíbrio pesa muito na hora de escolherem teu nome para alguma coisa (R1).

Ainda no que tange a esse aspecto, pode-se perceber no relato da respondente R6 que a identidade permite com que os indivíduos desenvolvam reflexões acerca de suas atuações, conforme salientado por Machado (2006) e, neste sentido, a respondente destacou:

> Eu acho que a gente pode mudar essa realidade (sub-representação), mas é isso, eu entrei sem querer e acabei gostando e hoje eu to aqui, com a minha presença e inspirando outras mulheres, acho que dá pra contribuir bastante, para que na próxima eleição já tenha mais mulheres participando e mais mulheres com chance de eleição (R6).

Sendo um fenômeno processado ao longo da vida de uma pessoa, a identidade é um mecanismo regulador das interações de um indivíduo não somente em aspectos pessoais, mas, profissionais também (MACHADO; KOPITKE, 2002; CORREA; LOURENÇO; DARIO; ROGGE, 2017). Assim, na próxima subseção destaca-se um pouco acerca da influência do ambiente político na identidade das mulheres participantes da presente pesquisa.

4.4.2 A constituição identitária de mulheres no ambiente político

Uma identidade pode desenvolver-se em diferentes níveis de análise e em diferentes contextos dentro de uma organização (LOURENÇO; VOGT; CORREA, 2014). A constituição identitária de mulheres no ambiente político pode ser marcada por várias experiências que conforme alguns relatos anteriores ressaltaram, forma-se em diferentes momentos não somente durante a atuação em um cargo propriamente dita, conforme comentou a respondente R1:

> Eu confesso a você que o primeiro dia, que eu me elegi como vereadora, no primeiro dia que eu estava na sessão plenária...eu, me perguntei, me questionei "o que é que estou fazendo aqui?", entendeu?! Que ambiente é esse? O que estou fazendo aqui?" Aí eu tive que tentar digerir isso tudo e entender que eu estava no lugar que eu quisesse estar. A mulher pode estar onde ela quiser estar...lugar de mulher é onde ela quiser estar, sabe? Aí eu disse "nãão, eu fui eleita, o povo quis, eu fui a mulher mais votada da cidade, na época como vereadora" Falei "não, eu estou exatamente onde eu devo estar e eu vou saber fazer aqui a coisa" (R1).

Por tratar-se de um ambiente predominantemente masculino, a respondente R3 relatou ter alterado alguns de seus comportamentos com a finalidade de adaptar-se melhor à realidade do cenário político, o que reforça o exposto por Machado (2003) de que os indivíduos configuram-se e configuram suas identidades de acordo com suas percepções sobre si mesmos dentro de um ou vários grupos e direcionam suas ações de acordo com o grupo em que encontram-se inseridos, neste mesmo sentido, a respondente ainda destacou:

> No começo é mais difícil, até você entender como é que são as votações, as tramitações, a gente vem com a expectativa de que tudo vai acontecer da forma que você quer e não é, às vezes você faz algum projeto e não prospera...ou porque não tem apoio, ou porque por algum motivo é inconstitucional ou, então...a gente se frustra também mas, faz parte da vida (R3).

Essa situação ressalta o que fora destacado por Dubar (2005) em que o indivíduo busca a modificação de alguns fatores ao seu entorno para enquadrá-los aos seus anseios. Todavia, outro assunto de destaque refere-se à aceitação da população e como isso interfere nos posicionamentos que mulheres tomam quando inseridas no ambiente político e, diante disso, é importante destacar que apesar de a identidade individual ser um processo interno do indivíduo, também sofre influência de fatores externos, como a cultura ou o reconhecimento como similar aos membros de uma categoria ou classe (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001). Tratando-se deste tema em específico, a respondente R4 afirmou ter sofrido muito durante o seu processo de eleição por conta de posicionar-se perante uma causa que popularmente não é tão priorizada e popularmente aceita, sendo alvo de preconceitos: *"foi muito sofrido, muito doloroso, fui muito perseguida, fui motivo de chacota "ah, a maluca dos cachorros" "o que que aquela mulher ta fazendo lá na câmara?"* (R4). O mesmo foi relatado pela respondente R3:

> Eu já percebi que pelo fato da gente ser mulher...não entre os vereadores mas, entre a população...a gente apresenta algum projeto, eu apresentei o que proíbe os fogos com barulho...eu vi/ouvi comentários na internet extremamente desnecessários vindos de homens, do tipo "O que ela está fazendo aí? Vai lavar louça". Ah, no começo eu até me importava mais, hoje não. Eu costumo responder... "ah, vai atrás de uma louça pra lavar, mulher não tem que estar aí, esse teu projeto e tatata" e eu costumo falar "bom se você pode fazer melhor, seja candidato, seja eleito e tenha seus projetos". Eu tenho o direito que me é legitimo de apresentar os projetos de lei que eu considerar importantes. Hoje eu não ligo mais, mas, eu vejo que ainda tem, como eu disse, não entre os vereadores, mas as vezes sai alguma coisa na imprensa por exemplo e eu sinto que a forma como os homens e até muitas vezes as mulheres se referem à parlamentar mulher é meio pejorativa, é meio pesada, sabe? (R3).

Apesar de terem relatado que existe um preconceito da população em relação à atuação da mulher na política, as respondentes relataram que esse preconceito perpetua-se de forma geral, como pode ser verificado na fala da respondente R4:

> Eu acho que a política hoje é demonizada...não adianta dizer que não porque ela é. Mas ela é uma boa ciência quando foi pensada pelos gregos há 2 mil anos atrás que era a arte das pessoas viverem em grupo porque até a invenção e exercício da política na Grécia Antiga a humanidade se matava, resolviam todas as pendencias na faca, espada, no arco e na flecha e era assim, a política veio trazendo a democracia para que vocês agora vão se entender e fazer o que for melhor para todos e a própria democracia que não era perfeita naquela época porque excluía estrangeiros, mulheres, escravos e enfim, ela foi se aperfeiçoando e criando também dispositivos para coibir os maus políticos [...] e não tem nada errado com a política, tem errado com a natureza humana (R4).
>
> Uma vez eu vi um político falando "pô, aqueles vereadores não se dão o respeito" e sinceramente eu fiquei muito brava ouvindo isso, essa declaração do nosso amigo lá numa entrevista...eu falei "que sacanagem, porque eu faço parte disso aqui, como é

> que o fulano fala um negócio desse?" mas eu não posso deixar de concordar com ele num certo momento porque essa é uma questão de construir respeito mesmo (R2).

Neste mesmo sentido, as respondentes R1 e R2 destacaram que nem sempre a atuação dentro do campo da política será bem aceita pois, cabe aos legisladores tomarem decisões que muitas vezes, inicialmente, podem prejudicar alguma categoria para beneficiá-la no futuro. Todavia, a respondente R1 ressaltou:

> Quem entra na política tem que saber que não é um mar de rosas, que a pessoa tem que vir com uma missão e um ideal de fazer o bem e de se doar. Se ela vier com outro intuito, ela com certeza não consegue ficar um ano...porque é uma doação contínua e o político hoje é muito mal falado...você pode fazer o que você quiser e ainda não está bom. Generalizam como se todos fossem iguais (R1).

Mesmo diante da existência de um preconceito quanto à política de forma geral, a respondente R8, ressaltou outros aspectos de sua opinião quanto à essa área:

> O único meio e ferramenta para resolver muita coisa da sociedade, muita e quase tudo, nós nos restringimos ao estado em que atuamos, mas o deputado federal atinge tudo, desde a formatação das leis, a exigência do cumprimento das leis, que é uma coisa que o povo não faz, o povo não exige o cumprimento, o ambiente político não é mamão com açúcar, tem que provar sempre que tu é boa, que sabe fazer, preconceito tem, tem sim, só vamos deixar de ter preconceito com a mulher no ambiente político quando nós tivermos 30 e poucas deputadas em um ambiente de 40... eu fui a primeira mulher eleita do meu partido no estado, em um partido que tem 50 e poucos anos, é uma vergonha! Agora essa vergonha não é só no meu partido, todos os partidos tem esse ambiente, a mulher tem que conquistar o seu espaço, não adianta que não cai no colo, nada (R8).

Em relação às atuações, as entrevistadas ressaltam alguns aspectos referentes à tomadas de decisões e às responsabilidades que vem atreladas ao mandatos e inserção da mulher no ambiente da política, frisando o fato de que o indivíduo pode transmitir uma ilustração de si mesmo que é construída ao pertencer a um grupo por conta de semelhanças ou diferenças (CALDAS; WOOD JR., 1997; MACHADO; KOPITKE, 2002; FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010):

> Aqui a responsabilidade é enorme, então a gente acaba ficando "meu Deus, é muita coisa, como vai dar conta?", mas por outro lado eu acho que vale a pena, é um conflito eterno que a gente vive, mas faz parte, estamos vivendo uma mudança de paradigma, uma mudança de realidade, uma reestruturação da realidade como um todo, não só na política, mas na política também, daqui umas 2, 3 eleições isso vai ter mudando completamente, vamos ter mais mulheres, eu vejo um interesse muito maior das mulheres quererem mudar, participar, isso vai significar mais mulheres e a gente consegue mudar aos poucos, não mudar a realidade porque as mulheres vão querer continuar cuidando dos filhos mas isso vai ser igual, mas a gente consiga criar um dia a dia diferenciado, com coisas pequenas (R6).

> A mulher já tem por instinto e pela natureza da mulher ser mais sensível, ser mais emoção do que razão e eu acho que isso é um pouco difícil de lidar...porque os homens, a gente vê a forma com que eles articulam é mais no tentar convencer, né? Mas com argumentos e a gente usa muito a emoção...então quando a gente fala do papel da mulher, da violência contra mulher, a gente se coloca muito e vive aquele momento...eu como falo dos animais e vivi experiencias com eles, eu vivo isso no dia a dia...então a gente coloca muito mais emoção...acho que essa é a diferença entre a atuação do homem e da mulher. Eu sinto, um pouco a gente aprende a usar mais a razão...porque também não é bom colocar a emoção em tudo. Mas a gente contagia, os homens a usarem mais a emoção, porque as mulheres se inserindo nesse ambiente, eu acho que mais eles começam a respeitar as causas da mulher e não só respeitar, mas entender...entender o dia a dia da mulher e como eles...mais...tem diferenças, né? É uma troca o tempo todo (R3).

A respondente R8 afirmou que muitas vezes os sentimentos podem tentar interferir na atuação dentro do ambiente, porém, de acordo com a respondente, é necessário manter o foco:

> Nas minhas tomadas de decisões, totalmente, eu não misturo, tem vários tipos de emoções, desde as de dentro de casa, até a que a pessoa não cumprimentou...eu não me perco por besteira, não valorizo burrice! Às vezes, vereador diz uma coisa, eu deleto e a minhas bandeiras sempre foram lutar contra a discriminação do jovem, da mulher, do negro e do gay, lutar contra essas discriminações! Lógico que por ser mulher, a bandeira da mulher é mais forte...acho que já contribui com o estado, horrores, desses 8 anos que eu dediquei na secretaria de justiça, que eu não tinha fim de semana, não tinha nada, ficava atrás do ar condicionado 3 vezes na semana, o resto indo nos presídios, já contribui horrores com isso aí, e hoje somos conceituados no Brasil como os melhores presídios do Brasil e como deputada estadual, eu dou a contribuição que eu mais posso, mas tudo dentro do meu princípio, eu não me violento para agradar, não vou falar o que você quer agradar, vou falar o que eu penso, eu tento ser transparente, objetiva, isso sempre foi a minha pratica e não só agora que eu sou deputada, era antes como advogada como tudo, eu estou de bem com a política (R8).

Diante do que fora relatado pelas respondentes, pode-se verificar a existência de uma identificação acerca de suas atividades tanto que também fora verificado que, conforme ressaltado por Lourenço, Dario e Rogge (2017), nesse processo pode existir uma identificação que traz consigo não somente efeitos positivos, mas também negativos que, se não ajustada pode ser prejudicial ao indivíduo. Nas falas das entrevistadas, pode-se perceber que essa identificação juntamente aos percalços por ser uma mulher em um ambiente predominantemente masculino, trouxe consigo alguns ônus na vida dessas mulheres:

> Você não tem hora às vezes, para dormir...você corre o dia inteiro, você viaja...então quer dizer, você viaja muito...o estado é muito grande, né!? Então você tem que atender mais de 300 municípios, você tem que estar dentro de um carro, de um avião, o tempo todo... curando tuas bases, ajudando os municípios, eu sou uma deputada que ajuda muito os municípios e às vezes você fica "nossa, será que tá valendo a pena tudo isso?" Se questiona... é óbvio. Tem aquele momento, mas, a gente sente: se os bons não se posicionarem, como é que fica então? Para quem nós vamos deixar tudo isso? Se aqueles que de fato vem pra cá e que tenham uma vida tranquila, sossegada, que não tem do que se envergonhar, que as pessoas aqui não podem colocar um dedo na tua cara, se essas pessoas não quiserem vir...quem que nós vamos botar para cá? Aí os maus vão encher aqui. Nessa hora que eu falo que eu não sou insubstituível mas,

nesse momento, eu estou fazendo a diferença nesse lugar...então eu preciso ter força pra enfrentar (R1).

Para mim, a minha impressão é que eu estou vivendo o pior momento dentro da minha vereança assim, porque, o que que aconteceu? As pessoas não gostam de conviver com pessoas que tem muita atuação, elas se sentem constrangidas com isso e como eu sou muito ativa e muito intensa dentro do meu mandato...se você for ver eu sempre tive muitos projetos, aprovei no primeiro ano acho que 10 projetos de lei, tenho vários tramitando, alguns já foram...hoje eu recebi ameaças do líder do governo se eu passar o próximo ele vai ser vetado pelo prefeito. Não. Tá assim, juro! Tá assim (R2).

Às vezes, bate o desânimo, o desespero, a gente se frustra... Mas a gente não pode desistir. Eu fico pensando "e se eu não estiver aqui? Como é que vai ser?" Querendo ou não, eu represento uma parcela da população que votou e represento uma parcela da população que precisa de mim e que não pode votar, que não pode falar, que não pode se defender! (R3).

Às vezes eu chego aqui e dá vontade de soltar um: "Chega, não quero mais, vou renunciar! Está todo mundo no olho da rua". Mas, a gente sabe que não pode, tu não pode fugir da sua missão. E eu acredito também que quando tu tem uma missão tu tem que cumprir, senão tu tem que voltar pra pagar aquilo que tu não fez e vai ser bem mais difícil, né!? Então estou aqui, cumprindo minha missão, honro muito e acho que ela é um privilégio para quem consegue ter essa concepção, esse discernimento e está em ti também ensinar as outras pessoas que os animais também são criaturas de Deus e que eles não merecem ser tratados como coisas, maltratados, então é o meu trabalho aqui que vai divulgando essa mensagem (R4).

(O ambiente político) Ele me provoca todos os sentidos, os melhores e os piores...tem dias que eu volto para casa querendo largar, enojada...sabe quando você sente nojo de fato. Eu já saí da assembleia com vergonha de ser deputada, não querendo estar aqui e já voltei para casa e tiveram dias que já voltei pra casa super orgulhosa por ser do parlamento e dividir tanto com homens quanto com mulheres pautas em que a gente se posicionou tão bem, de forma tão honrosa pro estado...é uma gangorra isso aqui. O ambiente político ele faz isso: ele tira o que tu tem de pior e o que tu tem de melhor...parece que o poder faz com que pessoas esqueçam que tem escadinhas pra que a gente possa dar um passo hoje e outro amanhã. Tem muita inveja, às vezes eu fico constrangida...quando eu falo alguma coisa, eu não falo pra me aparecer...eu falo porque aquela ideia vem no meu coração e aí, tem vezes no meu começo aqui na assembleia me falavam "Ai, tu tem que ser mais reservada, tens que aparecer menos porque alguém fica com ciúme". Tu entende o que é isso? Isso é louco. A gente tem tanta gente doente, morrendo em fila do hospital que não dá para eu ficar me preocupando com a minha vaidade ou a vaidade de fulano. Entende? "Ah, tu tem que perder energia pra pensar qual a melhor estratégia pra falar uma ideia porque senão ninguém te apoia". Existe muita grandeza mas também existem muitas vicissitudes assim em relação a essa coisa que o poder te traz porque é um ambiente de muita disputa e é uma disputa velada. A gente que é muito espontâneo, a gente paga muito pau assim para se dar conta que às vezes, a gente de fato tem que ter um pouco mais de calma porque nem tudo acontece no nosso tempo, né?! Mas enfim, falei coisas horríveis mas também vou te dizer que tem coisas maravilhosas...(R5).

Eu sempre penso muito nisso, na responsabilidade que é isso, o misto do medo e isso de "eu estou aqui, eu preciso usar esse meu espaço para fazer a diferença", eu posso não ser um ser iluminado, mas eu posso ser o melhor que eu puder dentro das minhas condições e é isso que eu penso sempre, misto de medo, insegurança, em um primeiro momento muita insegurança porque muda muito, eu sempre fui assessora, eu dava pro deputado as decisões, eu formulava as opções, levava pra ele o projeto tal que se tu votar assim vai ser assim e se você votar assim vai ser assim, mas a decisão não era minha, eu levava as opções, agora eu tenho que tomar a decisão e cada decisão tem consequência, o medo, a insegurança, o medo de estar fazendo bem feito ou não estar, eu acho que a mulher tem muito isso, essa sensação de fazer seu melhor sempre, eu

> vejo alguns deputados que vão lá e falam tudo, opinam sobre tudo e eu não acho que seja esse o papel, mas também não estão errados, porque a função aqui é essa, mas é medo, insegurança e a responsabilidade, mas também por outro lado a alegria de saber que eu estou aqui, que eu consegui e eu posso fazer a minha parte, aquilo que eu acredito que deve ser feito para melhorar as coisas que eu acredito que tem que ser melhoradas (R6).

> Mas existem decepções pelo sistema, é um sistema pesado mas a gente ama o que faz então a gente faz com muita vontade. Acredito que as mulheres têm que olhar por esse ângulo e entender que elas fazem falta aqui (R1).

> Eu gosto de fazer o que eu faço, agora é muito estressante, então hoje por exemplo, quando eu falo demais eu me canso, fico estressada, quando eu defendo, hoje eu defendi essa substitutiva, você tem que aprender a falar sem se estressar e é difícil você falar sem se estressar...é igual a voz, você educar a sua voz. Quando eu me estresso muito eu chego em casa 18h cansada, o meu ritmo de trabalho sempre foi muito extenso, de manhã, de tarde e às vezes de noite. Hoje, para conter o estresse eu faço uma participação mais seletiva, de onde eu estou indo, as minhas referências principais eu cumpro até o final, quando não são referências principais eu analiso aquelas que são importantes e menos importante, mas existe um stress muito grande na nossa atividade (R7).

Todos os relatos acima mencionados permitem compreender que uma identidade nunca é dada e que há a sua contínua transformação de acordo com os ambientes em que o indivíduo se insere e, também ressaltam que quando o indivíduo encontra-se diante de incertezas, essa identidade pode reconstruir-se (DUBAR, 2005). No entanto, também é possível perceber, conforme relatos das respondentes que a formação da identidade ocorre de forma gradativa, evolutiva e reflexiva de acordo com o que o indivíduo percebe inconscientemente e consciente sobre si e sobre os demais, bem como, também foi possível verificar que a identidade acaba sofrendo interferências externas de vários fatores (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010; NAIR; GOOD; MURRELL, 2019), como por exemplo, a própria maternidade (REVELEY, 2019).

As respondentes R2 e R5 frisaram bastante a atuação propriamente dita da mulher na política, destacando aspectos voltados à estereótipos da mulher, porém, também à necessidade de mudanças de postura e posicionamentos. A respondente R5 destacou a relevância de postura nesse ambiente: "*As pessoas elas não vão conseguir entender o teu recado se você não tiver firmeza, entende?"* (R5). O que ressalta o exposto por Koenig *et al.* (2011), Schneider e Bos (2013) e Bauer (2015), de que espera-se de políticos um posicionamento mais bruto de mulheres Por conta da existência de estereótipos que, muitas vezes, acabam sendo barreiras para seus avanços em posições de liderança, levando-se em conta que, comumente, são atribuídas às mulheres representações que indicam que, por mais que estas possuam excelentes qualificações para tal desempenho, não possuem o que é considerado como necessário para executar tais papeis, devido aos vários preconceitos latentes. Esses estereótipos e preconceitos caracterizam

mulheres como sensíveis, dentre outras qualidades que contrastam com as expectativas de um político pois, geralmente, espera-se destes atores comportamentos mais agressivos. Porém, é importante ressaltar que os relatos citados também indicam que quando inserido em um determinado grupo, uma pessoa irá interagir não somente de acordo com suas características individuais, mas também, pautando-se muitas de suas ações conforme a identidade grupal construída (TAJFEL; TURNER, 1979).

Perante essa temática, a respondente R8 ressaltou:

> Se quiser ser política tem que começar a participar, não vão te pegar na sua casa e falar que vai ser candidata a vereadora, candidata a prefeita, tu vai tomar um susto! Isso aí está mudando graças a Deus! Mas, a passos de tartaruga! Se tu analisar a época lá atrás...não era nada, só uma militante, pregavam isso! Tem aquele ditado: entregue a uma mulher porque quando a mulher vai, ela mergulha de cabeça! Quantas vezes eu tive que deixar minhas filhas em casa com febre, na mão de uma empregada, para poder participar, entende? Não tinha celular naquela época, deixava com 37 e quando voltava tinha que levar para o pronto socorro, eu acho que a mulher é bem mais correta, eu não dependo da política para viver, esses valores monetários eu não tenho noção, mas o que eu acho é que tu, quer fazer política começa agora, não pense que vai chegar agora e sentar na janelinha da frente do avião, tenha humildade sempre! Ta no rabo do avião, mas levantar e mostrar a tua força e a tua voz que já já passa para a janelinha (R8).

> Se você ver minha fala, dificilmente você vai me ver discutindo com as vereadoras aqui receita de bolo, eu sou mãe, eu tenho um filho, mas eu não vou ficar falando sobre essas coisas, eu venho aqui discutir política...não vou falar do meu vestido, a loja que eu compro, absolutamente não. Eu venho aqui discutir política, essa é meu papel...se elas quiserem falar comigo lá na minha casa sobre questão de bolo, vão lá e conversam comigo, aqui é o espaço político, para tratar de outro tema (R2).

A identidade individual pode firmar-se em contextos determinados e ao longo de suas vidas, as pessoas identificam-se umas às outras bem como às suas atividades, porém, essas identificações podem ou não serem aceitas e determinam as definições que a pessoa terá frente outras (FERNANDES; MARQUES; CARRIERI, 2010). Neste sentido, a respondente R6 destacou que um dos pontos que diferenciam a mulher do homem nesse cenário volta-se justamente à preocupação em adequar-se ao mesmo:

> a mulher tem muito mais dificuldade, a gente não quer errar, quer fazer tudo certo e eu acho que os homens não estão nem aí, eu estou generalizando, mas pra eles é muito mais simples, se errou, paciência, a gente não... eu por exemplo, quero estar presente, quero estar nos lugares mas, aí eu me culpo porque não estou em casa. Não vejo isso da parte deles, porque a sociedade aprova que o homem viaje, que o homem trabalhe, que o final de semana não esteja em casa, mas não faz a mesma coisa com a mulher (R6).

Neste mesmo sentido, a respondente R7 ressaltou que para conseguir um espaço dentro do ambiente político, realmente são necessárias mudanças de hábitos, porém trouxe consigo

uma ideia diferente das demais acerca da existência ou não de preconceitos quanto ao fato de ser ou não mulher nesse cenário:

> O preconceito não existe, o que existe é uma maioria que manda, sempre a maioria que manda, você tem que ir se inserindo nessa maioria devagar, tentando entender e dando palpite de forma competente, porque como a maioria aqui são homens, temos 38 vereadores e só 8 são mulheres, é a maioria que manda, o dia que a gente tiver metade para cada um, vamos ter uma fala muito maior, eu me sinto bem aqui, eu sinto os vereadores como meus amigos e que me respeitam, respeitam as minhas opiniões, e, como eu sou mais ligada a determinadas áreas, eles me respeitam nessas áreas, principalmente na área cultural, que é onde meu trabalho é mais efetivo (R7).

Segundo Caldas e Wood Jr. (1999) a identidade, por ser um processo, media-se de várias formas, como por exemplo, por meio da linguagem ou formas de socialização do indivíduo com seu meio. Neste sentido, Strauss (1999) ainda ressalta que mesmo que a linguagem possua grande influência em uma constituição identitária, a identidade associa-se às avaliações decisivas feitas pelo próprio ser humano. Assim, o autor sustenta que embora uma pessoa possa ser conceituada de diferentes formas, sua essência sempre permanece a mesma, porém sua identidade pode alterar-se conforme as situações que vivencia, conforme se desenvolve e perpassa por períodos de transição.

No entanto, apesar de haver a consciência que a construção de uma identidade se dá ao longo da vida de um indivíduo e também por notar-se todos os avanços no ambiente político, verificou-se que no que tange à constituição identitária de tais mulheres, há a existência do que Nair, Good e Murrell (2019) classificam como microagressões. Essas microagressões de acordo com os autores demonstram formas sutis de preconceito e discriminação à minorias, no caso em análise, as mulheres na política. É importante ressaltar que as microagressões podem ocorrer por intermédio das microinvalidações que invalidam a identidade única de uma pessoa, como por exemplo, quando em um grupo de gênero misto, atribui-se a todos o pronome masculino. Por meio de tais ações há a marginalização das minorias e suas respectivas identidades.

Não obstante, a existência das microagressões pode estar atrelada à presença de papeis e relações de poder dentro das organizações pois, confirmando o exposto por Simpson e Carroll (2008), os papeis e níveis de poder possuem relevância excepcional dentro de um contexto organizacional considerando-se que além de interferir na constituição identitária das pessoas que lidam diretamente com ambos, afeta também as identidades constituídas pelo resto da organização por consequência de que no mundo de papeis existem padrões não somente de poder, mas também de impotência e controle a serem desenvolvidos e exercidos para por fim, permitirem a manutenção das identidades construídas.

Sabe-se que uma identidade pode alterar-se durante o percurso de vida do indivíduo e assume várias dimensões dependendo das experiências que ele possua (FREITAS, 2010), sendo assim, no próximo tópico, evidencia-se um pouco a esse respeito conforme os relatos das respondentes.

4.4.3 Interferências na constituição identitária

Simpson e Carroll (2008) afirmam que na medida que as pessoas escolhem e adaptam seus papeis, há influência na dinâmica de construção de uma identidade por levantarem alguns aspectos, como por exemplo, a questão de poder. Nesta lógica, questionou-se às entrevistadas como elas lidavam com as questões de poder existentes dentro do ambiente político e quais valores consideravam essenciais para atuar neste cenário:

> Resiliência! Para você se submeter a essa coisa, principalmente porque foi uma escolha...isso não é minha profissão. Tecnicamente eu não dependo economicamente desse salário pra pagar minhas contas, é uma escolha mesmo...igual quando eu fundei a ONG, eu podia não ter feito a ONG, mas eu fiz porque eu fiz um movimento dentro de um segmento e foi uma construção...da mesma forma aqui (R2).

> Olha, coragem! Coragem que é uma qualidade que a gente tem que ter. Capacidade de adaptação e aprendizagem, diário. Porque as coisas não acontecem da forma com que a gente quer muitas vezes, mas a gente tem que pensar num plano B, num outro caminho... esse projeto não vai ser aprovado assim, mas se a gente recuar um pouquinho e depois avançar, quem sabe a gente consegue....as tentativas, várias tentativas, insistência, a conquista da necessidade que você tem dos outros vereadores...porque aqui ninguém faz nada sozinho (R3).

> Você precisa de valores morais...aqueles que tu aprende em casa. Tu tem que trazer muitas coisas, primeiro tu tem que ter valores morais aqueles que a família te ensina: Ser honesta, boa, gentil, atenciosa, atender todo mundo mas, tem que estar preparada...não pode chegar aqui despreparada "ah, porque eu sou líder comunitária, não sei o que...não sabem bem como são algumas coisas, não tem um pouco de cultura" enfim, não dá muito certo. Tu tem que estudar, tu tem que procurar...ninguém é obrigado a fazer curso de direito pra ser vereadora mas, você tem que conhecer as leis, tua função é legislativa...não pode prometer fazer tal coisa que não sabe e não pode, não pode vir crua, tem que ter conhecimentos pra saber o que tu tem que fazer, tem que fazer direitinho, certinho porque também se tu é uma má legisladora aqui dentro, tu também fica meio que assim, segregada, né? Porque teus projetos não passam ou tem problema (R4).

> O principal é não abandonar as pessoas que representa, isso para mim é muito importante, porque são pessoas como essas que vieram aqui hoje, muito simples, que vivem disso, mantém a família vendendo bolsa, pipoca, boné, isso é uma coisa que é muito gratificante, porque eu sinto que posso ajudar eles, eu sinto que eu posso e vou ajudar, eu não sei se outras pessoas comprariam a briga deles como eu compro, então é isso que me faz permanecer, porque não vou abandonar eles, vou continuar lutando por eles, quero continuar defendendo os interesses deles com argumentos e experiência (R7).

A construção de uma identidade interliga as identidades que uma pessoa assume e as que visa (MACHADO; KOPITTKE, 2002; DUBAR, 2005) e, nesse contexto, juntamente à socialização, é possível com que haja a compreensão acerca da maneira com a qual os indivíduos compartilham significados e interagem entre si, construindo suas identidades.

Tratando-se do ambiente político, pode-se compreender que além da identidade ser influenciada pelas pessoas com quem os atores convivem, também é influenciada pela população considerando-se que os legisladores buscam aprovação da sociedade onde atuam também e, de acordo com a respondente R5, um gestor público precisa ter: "*não dá pra você ficar travestindo opiniões...você tem que ser aquilo que você é e defender aquilo que você realmente acredita. Tem que conseguir encontrar essa linha de verdade com as pessoas, né!?" (R5).*

Conforme Weigert (1988) realça, uma identidade também pode ser compreendida por meio da análise do que as pessoas dizem e fazem, pois, dessa forma é possível verificar como os indivíduos externalizam-se em ações e processos e como objetivam suas identidades no resultado de tais particularidades. Apesar de terem relatados pontos positivos de estarem inseridas em um ambiente predominantemente masculino e estarem atuando como representantes da sociedade, as mulheres respondentes também destacaram que a atuação política interfere em pontos pessoais, havendo a necessidade de dividir papéis e saber diferenciar as identidades individuais e de trabalho:

> Confesso que tem dias que você fica com a energia, sem energia, vai para casa sem nada porque ficou tudo aqui...mas eu tenho colocado em meu coração e estou aprendendo que é uma coisa que você tem que aprender: que a política, quando chegar a hora de ir pra casa, você tem que deixar ela ali e ir pra sua casa...lá é sua casa e você não pode levar todo problema daqui pra lá...tem que aprender a fazer essa separação, se você não fizer isso você não aguenta um ano na política (R1).

> Às vezes eu tenho um, esses dias eu estava pensando...eu me impus um ritmo, tem gente que é assim na vida pública, tem gente que é assim na vida privada...cada ser humano é de um jeito. Eu não consigo ir só devagar, eu me entrego de corpo, de alma, coração, demais nas causas e esses dias eu estava parando pra olhar pra minha vida, não sobrou muita coisa da minha vida pessoal, entende? Nos últimos anos eu trabalhei tanto e tantas horas subsequentes...tem dias que eu faço 17h de trabalho aqui...eu saio de casa religiosamente às 6h da manhã e chego 10h/11h, que dá uma ou outra vez eu consigo ir mais cedo e estou sempre devendo, o corpo não acompanha, as regras não acompanham...então eu acho que eu ainda estou muito presa, como se eu estivesse presa numa corrente e eu preciso fazer esse fim chegar. No meu caso, eu me sinto tão envolvida como se eu não conseguisse mais colocar o meu pescoço pra fora porque a gente tem muitas urgências nesse país, as causas fazem isso com a gente. A gente não consegue parar...se eu tivesse maturidade na época em que eu comecei a me envolver com política, talvez eu tivesse aplicado a minha energia pra uma atividade privada e desse a minha contribuição social de forma voluntária que é tão linda também...mas hoje eu acho que eu não consigo mais voltar (R5).

Outro aspecto a discutir-se volta-se ao fato de que quando questionadas a respeito do que representava ser uma mulher na política, as respostas voltavam-se à suas atuações propriamente ditas, porém seguidas do senso de responsabilidade e anseio de servir como exemplo para a entrada de mais mulheres nesse ambiente, razão esta que permite considerar a existência de uma ressignificação de papéis e até mesmo de suas próprias identidades:

> eu me sinto uma inspiração, para mostrar para outras mulheres que a gente precisa participar, que tem um preço a pagar mas vale a pena, é necessário, a gente precisa fazer isso, a gente quer conquistar aquilo que a gente defende não tem outro jeito, tem que meter a cara, pagar o preço, morrer de medo mas arcar com as consequências que isso significa, é assim, não tem outro jeito, isso é em qualquer ramo, qualquer área da vida, mas aqui na política é mais complicado porque hoje a política é mal vista, até você entrar pode ser uma pessoa honesta, querida, todo mundo gosta e respeita, quando você entra já está naquele rol que todo mundo olha atravessado, então também é uma mudança que tem que acontecer, a participação das mulheres também entra nisso, para mudar a imagem da política, é acima de tudo isso, inspirar, mostrar que dá e mostrar que nós também temos que fazer a nossa parte, não adianta ficar reclamando que não tem vaga, não tem espaço e na hora do vamos ver é "política é para os outros, não é pra mim" (R6).

> É preciso que o parlamentar seja a mulher ou o homem, tenha isso como um projeto de vida mas não como uma profissão ou alguma coisa que "ah, não quero fazer nada na vida, vou virar político". Não, a gente tem que fazer a nossa história, a gente tem que deixar um legado que a passagem...eu sei que no ano que vem tem eleições e eu posso ou não ser reeleita, mas, eu quero deixar uma história, eu quero ter o privilégio de dizer que eu passei por aqui e que eu plantei sementes, né!? (R3).

> Significa ser uma inspiração para outras, primeiro mostrar que nós somos iguais aos homens, nós temos o mesmo direito, nós temos que estar aqui, não faz sentido que nós não estejamos participando de igual para igual, em um processo tão importante e que decide, as decisões tomadas aqui atingem muito mais mulheres do que homens, então qual a lógica de ter menos mulheres do que homens, as mulheres são 52% do eleitorado, como tem tão poucas mulheres na política? (R6).

Vários são os efeitos da atuação de mulheres no ambiente político, porém, a representatividade é ponto de destaque justamente por despertar o interesse e incentivar a participação feminina neste ambiente (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; BEAMAN *et al.,*2012). Entretanto, também salienta-se que ser uma mulher atuante na política faz com que a interação consigo e com o meio altere a percepção que se tem não apenas de si, mas de questões organizacionais como por exemplo a atuação de um gestor público propriamente dita:

> é muito importante que o gestor público tenha essa consciência de que ele é um fio condutor que precisa manter integrada toda uma rédea de servidores, sejam eles efetivos, comissionados, contratados...porque antes de aparecer o nosso...quando alguém chega no balcão de órgão público para ser atendido, não está ali exposto qual é o teu regime contratual de trabalho, entende? É um ser humano que vai atender outro e, é essa a visão que a gente adotou. A gente desconstruiu muito esse processo hierarquizado em excesso que o serviço público nos traz (R5).

Dentro desse mesmo aspecto, a respondente R7 salientou que a atuação na política tem um peso diferenciado de outras atuações e cenários:

> Política não é profissão, política é representação, enquanto eu tiver representatividade eu estarei aqui, o dia que os meus eleitores, falarem que eu não sou mais a representante, eu não sou mais, enquanto eu for, estou aqui, então é representatividade, estou representando grupos de pessoas, estou representando segmento de pessoas, que confiam naquilo que eu faço, então a política me trouxe uma grande satisfação, mais satisfação do que insatisfação, decepção a gente sempre tem, mas o número maior é de satisfação (R7).

A respondente R8 ainda ressaltou que há falta de uma consciência crítica por parte da população nesse aspecto:

> Falta, desde a hora que eu falo que nós temos políticas boas [...] falta muito, uma conscientização mais forte, dos nossos deveres, nossas obrigações, de saber cobrar nossos direitos, é uma época muito doida, porque o ódio está impregnado, é direita ou esquerda, isso não existe, é só ler um pouco, isso não existe, existem políticos e políticos (R8).

A identidade é uma forma de autoconhecimento que permite com que o ser humano tenha consciência dos seus atributos emocionais, cognitivos e sociais que, por sua vez, são fontes de significado e autoconstrução (CASTELLS, 1999; SIMPSON; CARROLL, 2008). Sendo assim, a construção de uma identidade em determinado ambiente pode despertar um senso crítico a respeito do que ocorre neste cenário, como é o caso do político e fora percebido no relato da respondente R5: *Acho que a gente precisa repensar o que nós somos e repensar esses costumes seculares que nos acompanham aí ao longo da história (R5).*

E dentro dessa perspectiva, a respondente R8 salientou:

> A mulher sem luta, nunca vai poder entrar na política, a não ser que ganhou a sorte grande, alguém te pesque e tire do bolso do paletó, te faça vereadora ou te faça prefeita, mas será que vai continuar? A política para mim é algo muito sério, além de ser séria, tem que correr nas veias, se eu pintar um quadro não sei se vai sair uma maçã, mas eu sei que eu sei fazer política (R8).

É interessante, portanto, concluir-se diante dos relatos aqui apresentados que uma identidade, de acordo com Castells (2003), é um processo de construção com base em atributos culturais ou um conjunto de tais atributos interrelacionados e, é importante também salientar que identidades organizam significados. Ante o exposto pode-se verificar a existência da identidade de resistência em tais mulheres, pois, conforme delineado por Castells (2003), esta identidade é desenvolvida por indivíduos que de certa forma, encontram-se em posições desvalorizadas ou estigmatizadas. No caso específico, notou-se que por mais que as mulheres

tenham sido eleitas de forma igual aos colegas homens, ainda existia muito preconceito quanto à sua inserção e muitas retrações quanto às causas defendidas e que, diante das inúmeras críticas recebidas por consequência de tal fato, tornava-se necessário desenvolver resistência em suas identidades para ali poderem continuar atuando. Todavia, também verificou-se aspectos voltados à identidade de projeto que é a identidade de atores sociais que a constroem de forma a tentar buscar uma transformação na sociedade, redefinindo suas posições nesta, fato este que pode-se analisar diante das tentativas de alteração no cenário dominante dentro do sistema político visando reverter a disparidade de gênero existente, bem como colocar-se em pauta aspectos negligenciados nas respectivas realidades dessas mulheres que, por si só, buscam ser resistência e assim, constroem além da identidade de resistência propriamente dita, identidades de projeto. É importante justificar que essas características podem ser resultantes da existência da sub-representação.

E, neste mesmo sentido, salienta-se que a sub-representação de mulheres na política pode, em partes, justificar-se pelos valores que são perpassados culturalmente não somente dentro deste ambiente mas, na sociedade em geral (PIPPERT; COMER, 1998; ROMERO; KERSTENETZKY, 2015; LEE, 2018). Contudo, ainda é possível enxergar um preconceito latente quanto às mulheres, conforme a literatura indica, as mulheres ainda acabam sendo vistas sob o viés de vários estereótipos e mesmo que atuantes em cargos de liderança, muitas vezes acabam sendo consideradas “sexo frágil” dentro do ambiente organizacional (KOENIG *et al.,* 2011; SCHNEIDER; BOS, 2013; BAUER, 2015).Assim, diante do que fora exposto nesse tópico, salienta-se alguns dos achados da pesquisa no que tange à constituição identitária de mulheres na política, conforme quadro 7.

QUADRO 7: SÍNTESE RESUMIDA DOS RESULTADOS VOLTADOS À IDENTIDADE E CONSTITUIÇÃO IDENTITÁRIA

Constituição identitária de mulheres na política			
Identificação & Identidade	A identificação com suas atividades influencia diretamente suas identidades.	Política postulada como primordial para suas vivências, indicando a existência de identificação.	Identidade permite o desenvolvimento de uma consciência reflexiva acerca das atuações.
A constituição identitária de mulheres no ambiente político	A constituição identitária interliga-se às experiências e interações vivenciadas em grupo ou no ambiente de trabalho.	As mulheres nem sempre sentem-se parte do ambiente político e acabam alterando suas ações e atitudes pois, por conta de serem minoria, nem sempre são efetivamente ouvidas e respeitadas.	Por conta de defenderem causas específicas muitas vezes popularmente não tão aceitas, as mulheres sofrem ataques a nível pessoal, geralmente não voltados a questões profissionais, atrelando suas competências e qualificações meramente a estereótipos.
Interferências na constituição identitária	Várias são as interferências na identidade de mulheres no ambiente político, porém, uma das que mais se destaca volta-se a representatividade.	As questões de poder dentro de uma organização se destaca como influência por conta de a política não ser vista propriamente como atuação e sim representação	Verificou-se a existência de microagressões às identidades das respondentes em tentativas de realizar-se microinvalidações em relação às causas por elas defendidas bem como demais posicionamentos dentro desse cenário.
	A sub-representação e consequente preconceito interferem na identidade das mulheres haja vista a necessidade de constante provação de competência.	Existência da identidade de resistência e projeto de acordo com o exposto por Castells (2003).	As conquistas, por menores que fossem, as incentivavam a permanecer e quererem ser protagonistas de mudanças positivas no país.

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como capítulo final dessa dissertação, apresenta-se então as considerações finais resgatando os objetivos e principais resultados obtidos com o presente trabalho, as contribuições do estudo e por fim, sugestões para pesquisas futuras.

O objetivo geral delimitado para essa dissertação foi analisar como a mulher que se insere na política brasileira tem sua identidade constituída. De forma que fosse possível atingi-lo, foram delineados cinco objetivos específicos que puderam ser concluídos após a realização de entrevistas semiestruturadas com oito mulheres eleitas atuantes na política brasileira e que atualmente encontram-se em período de mandato eleitoral. Vale ressaltar que todas as mulheres entrevistadas atuam em cargos legislativos na região sul do Brasil e para atingir os objetivos e possuir-se uma melhor noção acerca do contexto envolvido, a pesquisadora também utilizou dados secundários provenientes de entrevistas e informações divulgadas nos sites ou redes sociais das respondentes.

A motivação da escolha pela temática se deu devido ao fato de nas últimas eleições realizadas pelo país, no ano de 2018, ter-se verificado um aumento na representação feminina na política brasileira. Porém, ao pesquisar mais a respeito, verificou-se que ainda assim, existem poucas mulheres neste cenário organizacional considerando o número total de cadeiras disponíveis e, viu-se que essa sub-representação não ocorre somente no Brasil, mas sim, no mundo todo. Assim, despertou-se o interesse em saber como as mulheres que já estão atuando nesse cenário pensam e se sentem perante suas atuações e, além de tudo, como ocorre a identificação e constituição identitária diante de tantos percalços e consequentes conquistas.

Ao ir a campo, entrevistou-se mulheres que estivessem em pleito político, ou seja, eleitas e atualmente ocupando o cargo, restringindo-se a escolha dos casos à mulheres que não possuíssem laços políticos por conta de ter-se verificado na literatura, de acordo com Zakar, Zakar e Hamid (2018) que quando não se tem um *background* familiar, a inserção de mulheres na política geralmente não ocorre com incentivos e facilidades. É importante ressaltar que as respondentes dividiram-se em mulheres que já estavam há um tempo nesse cenário e mulheres que entraram nele recentemente, fazendo com que fosse possível perceber diferenças nos seus posicionamentos e crenças.

Por conta disso, ao sair de cada entrevista, eu pude me encantar ainda mais pela temática e mudar meu olhar acerca da política, do ambiente político. Foi também possível verificar a relevância e influência que uma identificação e identidade podem fazer com um indivíduo e ao aferir tal fato, admirei ainda mais não somente as mulheres atuantes na política mas, todas as

mulheres que atuam em alguma posição profissional e têm de lidar com os mais diversos desafios diariamente, principalmente os voltados a conciliar questões pessoais e profissionais.

O primeiro objetivo específico voltava-se a analisar quais os motivos que levavam mulheres sem histórico de laços políticos familiares a se inserirem na esfera política. Assim, por meio da análise e discussão dos resultados, verificou-se que as motivações são as mais variadas, todavia, ressalta-se um ponto em comum entre todas as entrevistadas: elas buscavam defender causas específicas, e, negligenciadas no contexto em que viviam, como por exemplo, as causas voltadas à mulher, à defesa dos animais e saúde pública em geral. Foi possível também verificar que por mais que sejam criados vários incentivos para a atuação de mulheres na política, sua inserção ainda acaba sendo um dos principais desafios.

Ainda que atualmente existam cotas com a finalidade de assegurar que 30% das candidaturas do Brasil em cada partido político sejam preenchidas por mulheres (TSE, 2018), viu-se diante dos relatos que por mais que essa cota exista, nem sempre as mulheres recebem o devido apoio, seja ele financeiro ou de outras formas, para garantir com que sua participação seja legítima e que concorra-se efetivamente a um cargo. Por saber dessa realidade, as mulheres acabam se elegendo literalmente por conta própria, contando com seus próprios recursos e redes de contato. Diversas são as histórias e trajetórias das mulheres que entram no cenário político e cada uma traz consigo um ensinamento diferente, todavia, principalmente no que tangem às motivações e inserções, cabe ressaltar o que fora pesquisado no segundo objetivo.

O segundo objetivo específico, por sua vez, foi delimitado como identificar quais os principais desafios e conquistas de mulheres que se inseriram na política brasileira e, nesse ponto, fora destacado que o gênero de um representante político, além de interferir diretamente em seus posicionamentos nesse ambiente (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; POWLEY, 2007; BEAMAN *et al.,* 2009; GRANT *et al.*, 2018), acaba sendo considerado um desafio, levando-se em consideração que a atuação das mulheres em cargos políticos ainda sofre uma série de preconceitos, velados, porém existentes, frutos de costumes perpassados de geração em geração e, infelizmente, muitas vezes, presentes inclusive na sociedade e interferindo na escolha de votos (ABREU, 2002; TOSI, 2016; COSTA; SCHAFFNER, 2018).

Todavia, é também importante destacar que os desafios relatados pelas respondentes não se limitam apenas a aspectos profissionais, mas, também, os de ordem pessoal. Percebeu-se que o ambiente político não fora pensado para ser um ambiente onde homens e mulheres tenham as mesmas oportunidades. As mulheres acabam tendo de lidar com questões culturais arraigadas neste, como por exemplo o machismo recorrente do fato de ser um ambiente predominantemente masculino e da inserção da mulher nele ser um tanto quanto tardia, mas,

também, tem de aprender a conciliar família e vida pessoal à uma organização que demanda mais do que a jornada de trabalho propriamente dita. São viagens, compromissos externos, demandas que levam em consideração toda uma parcela de população trazendo consigo uma alta carga de responsabilidades e, se não houver apoio por parte das pessoas próximas, como por exemplo, da própria família, a representatividade da mulher corre ainda mais riscos.

Levando-se o exposto em consideração, como terceiro objetivo específico, teve-se: compreender como o ambiente político afeta a constituição identitária das mulheres inseridas nesse sistema. Sabendo-se que uma identidade desenvolve-se em diferentes níveis e em diferentes contextos, verificou-se que o ambiente político marca as identidades das mulheres nele atuantes por conta de várias experiências ali vivenciadas. As respondentes destacaram que nem sempre sentem-se parte do ambiente político e acabam alterando suas ações e atitudes, como por exemplo, demonstrando posicionamentos mais firmes do que o que seria normal para elas, ou como fora destacado por algumas respondentes, se inserindo gradativamente no meio, com a finalidade de encaixarem-se melhor dentro do sistema, pois, as entrevistadas reportaram que por conta de as mulheres serem a minoria, nem sempre são efetivamente ouvidas ou respeitadas. Fato este que ressaltou o que fora exposto por Machado (2003) em que os indivíduos configuram-se e configuram suas identidades conforme suas percepções pessoais dentro de um ou vários grupos e direcionam suas ações para poderem se adequar ao grupo em que encontram-se inseridos.

Outro resultado encontrado refere-se ao fato de que por conta de defenderem causas específicas e, muitas vezes, popularmente não tão aceitas, as mulheres sofreram vários ataques direcionados principalmente a aspectos pessoais e não aos profissionais, atrelando suas competências e qualificações meramente à estereótipos. Cabe salientar que a aceitação da população quando uma mulher atua no ambiente político é fundamental para garantir uma boa atuação, porém, também interfere no grau de identificação que a mulher terá naquele contexto pois, por mais que a identidade individual seja um processo interno do indivíduo, ela também é influenciada por fatores externos, como a cultura ou o reconhecimento como similar aos membros de uma categoria ou classe (MACHADO-DA-SILVA; NOGUEIRA, 2001).

Porém, mesmo diante de tantas barreiras e obstáculos, as respondentes trouxeram à discussão o quanto o próprio agir político passou a fazer parte daquilo que são enquanto pessoas e que mesmo, muitas vezes tratando-se de um trabalho desgastante, não se enxergavam em outras trajetórias. Tais relatos confirmam com os resultados obtidos por Lourenço, Dario e Rogge (2017) de que uma identificação pode trazer consigo não apenas aspectos positivos, mas também negativos e que, se não ajustada pode tornar-se prejudicial ao indivíduo e, nesse

sentido, viu-se que nas falas das entrevistadas há uma identificação que nem sempre trás consigo resultados benéficos pois, como ressaltado por algumas essa atuação é desgastante em relação ao lado pessoal do indivíduo em virtude das ausências familiares, da falta de "folgas" pois, a atuação no ambiente político não restringe-se apenas à dias úteis, das pressões envolvendo as tomadas de decisões, do impacto causado pelas próprias decisões ali tomadas, mas principalmente, sendo resultantes de percalços vivenciados mais por mulheres do que homens inseridos no cenário político em virtude de, por serem minoria, as mulheres relataram sentirem-se compelidas a não darem chance ao erro e risco.

Como quarto objetivo específico deste trabalho, delineou-se o seguinte: Compreender como as mulheres que atuam na política se identificam com as atividades que exercem nesse campo. Este acabou sendo um dos objetivos com relatos mais marcantes. Por mais lutas, desafios, batalhas e percalços no caminho, as respondentes trouxeram falas fortes, que mostravam que as conquistas, por menores que fossem, as incentivavam a permanecer e quererem ser protagonistas de mudanças positivas no país e também, foi possível ver que há identificação com as atividades que elas realizam nesse setor por conta de falas em que ressaltam a política como primordial para a suas vivências, comparando-a a oxigênio e ressaltando não saberem mais existirem sem esse ambiente e suas atuações dentro dele, inclusive mencionando que a política faz parte de quem elas são.

Verificou-se também que o *self*, destacado nas pesquisas de Caldas e Wood Jr (1997) e Macedo e Silveira (2012), como responsável por prover uma consciência reflexiva durante a vivência das pessoas por meio de sua relação com outros significativos, possui grande influência numa identidade, levando-se em consideração que ele é o responsável por prover ao indivíduo uma consciência mais reflexiva. Nesta etapa do trabalho também verificou-se o que fora salientado por Saraiva e Duarte (2010), de que uma construção de identidade ocorre de forma gradativa e se adapta ao contexto e fase de vida do indivíduo e não se dá apenas em um momento específico conforme destacado por Strauss (1999). Também é importante ressaltar que verificou-se quando tal objetivo fora analisado que nesta construção identitária, existem influência das próprias avaliações que os indivíduos fazem de si mesmos, estando isso de acordo com o que fora defendido também por Strauss (1999). Todavia, não pode-se deixar de mencionar que as relações de poder, no contexto político, acabam sendo um dos principais pontos notórios de interferência na constituição de uma identidade, pois consoante ao que fora exposto por Simpson e Carroll (2008) o nível de poder que uma pessoa ocupa dentro de um contexto organizacional além de afetar diretamente sua construção identitária afeta diretamente

a impotência e controle que ali serão exercidos, sendo então considerado um intermediário de valor para o mantimento das identidades construídas.

Por fim, o quinto e último objetivo específico visava compreender como a identificação se entrelaçava às constituições identitárias dessas mulheres. Neste sentido, percebeu-se que esse entrelaçamento ocorria principalmente pelo fato de muitas vezes existir uma certa dificuldade em diferenciar as identidades individuais das de trabalho. Também pode-se perceber que vários são os efeitos da atuação de mulheres no ambiente político, porém, um dos que mais se destacam volta-se a representatividade, devido à influência que este possui principalmente, no despertar de interesse e incentivo à participação feminina neste ambiente (CHATTOPADHYAY; DUFLO, 2004; BEAMAN *et al.,*2012).

Weigert (1988) destacou que uma identidade pode compreender-se por meio da análise do que as pessoas dizem e fazem, pois, assim, é possível ver como os indivíduos externalizam-se em ações e processos e como objetivam suas identidades no resultado de tais particularidades. Neste sentido, viu-se que ser uma mulher atuante na política faz com que as interações consigo e com o meio altere não somente percepções individuais, mas que questione-se outros aspectos, como por exemplo, atuações de gestores públicos e até mesmo dos próprios políticos. No entanto, também verificou-se a existência de microagressões à identidade de mulheres dentro desse cenário pois, conforme Nair, Good e Murrell (2019) as microagressões encontram-se presentes quando verifica-se microinvalidações de identidades, sendo um exemplo disso a atribuição de pronome masculino a grupos que possuam participantes de ambos os gêneros e, com essas microagressões as identidades das minorias se tornam marginalizadas, como resultado de maneiras sutis de preconceito e discriminação.

É importante ressaltar que o sufrágio feminino no Brasil foi uma luta engajada por setores específicos da população, como por exemplo, a burguesia, o que fez com que grande parte das mulheres atuantes neste cenário defendessem pensamentos de direita (BUNICORE, 2009), todavia, pode-se concluir que independente da frente defendida pelas mulheres entrevistadas, sejam pensamentos de esquerda ou de direita, o que mais interferia na questão de identificação era justamente o tempo de atuação. Quanto mais tempo atuando como políticas, mais visíveis as identificações com essa organização, fato este que pode ser comprovado nos relatos destacados pelas respondentes R1, R5, R7 e R8 principalmente quando questionadas a respeito de suas motivações, onde fora destacado pelas entrevistadas que a política faz parte de quem são atualmente.

Um último apontamento deve voltar-se ao fato de que também fora possível verificar-se com o estudo que todas as mulheres participantes, por conta de todo o contexto envolvido,

desenvolvem com mais destaque, a identidade de resistência citada por Castells (2003), identidade esta que é a criada pelos indivíduos que encontram-se em posições "inferiores", consideradas desvalorizadas pela parte dominante. Todavia, também foi possível verificar-se algumas características da identidade de projeto que é àquela constituída por atores sociais com a finalidade de tentar realizar uma transformação na sociedade, redefinindo suas posições nesta. E, um dos pontos que pode justificar isso, deve-se à existência de uma sub-representação ainda muito destacada.

Sendo assim, a identidade relaciona-se intrinsecamente ao contexto organizacional em que um indivíduo se insere e a identificação que este tenha com suas atividades interfere diretamente em seus posicionamentos e ações. Todas as mulheres respondentes da presente pesquisa relataram atuarem em causas a que de certa forma, não se dava muita atenção e que estas consideravam relevantes para a sociedade como é o caso das causas voltadas à mulher, à família, à pautas sociais, de saúde e também à causa animal e, o fato das causas possuírem importância para estas mulheres acaba sendo mais um motivo que também contribui para a existência de identificação com as suas atuações.

Portanto, cabe ressaltar que a luta de mulheres dentro do ambiente político é um dos pontos que devem ser cada vez mais trabalhados e incentivados, pois nos contextos atuais, deve-se haver cada vez menos discriminação e preconceitos com a atuação feminina em qualquer ambiente organizacional.

5.1 CONTRIBUIÇÃO TEÓRICA E PRÁTICA

Como contribuição teórica, ressalta-se que a presente dissertação com seus resultados, permitiu compreender e avançar ainda mais na literatura existente acerca de identidade e constituição identitária dentro de ambientes organizacionais, ressaltando-se principalmente o fato de ter como foco pessoas inseridas em organizações não convencionais, como é o caso da política e, como trabalhado nesse estudo, mulheres que estão atuando no poder legislativo em nível municipal e estadual.

A presente pesquisa também permitiu ampliar ainda mais os estudos voltados à mulheres na política, haja vista que essa temática no contexto nacional ainda é pouco explorada em relação às publicações internacionais. Neste mesmo sentido, outro ponto de destaque volta-se justamente à contribuição teórica ao relacionar os dois temas, pois, a literatura tanto nacional quanto internacional não apresenta estudos que foquem nessa união.

Sabe-se que a atuação de mulheres no mercado de trabalho, principalmente atuando em cargos de liderança vem sendo cada vez mais discutida (COUTINHO; COUTINHO, 2011), portanto, espera-se ampliar ainda mais o escopo de publicações e discussões sobre a presente temática juntamente ao escopo de temáticas voltadas a identidade e assim, fomentar e contribuir com o aumento do interesse de pesquisas e conhecimentos teóricos sobre as mudanças na identidade dentro de ambientes organizacionais diferenciados, proporcionando o aumento do conhecimento para a área de estudos organizacionais brasileira.

Como contribuição prática, espera-se que a presente pesquisa chame a atenção de mais mulheres e homens para a presente temática, com o intuito de além de incentivar uma maior participação feminina na política, colocar em discussão alguns pontos que são negligenciados não apenas pelo governo, mas, principalmente pelos partidos políticos e população em geral, como por exemplo, o apoio à mulher inserida na política não apenas por conta das cotas estabelecidas por lei e não apenas o apoio financeiro, mas também uma orientação, que se encontrem maneiras de minimizar os conflitos e choques iniciais dessas atuações e, auxílios de forma com que os desafios levantados por esse trabalho, a ressaltar-se os voltados à jornada de trabalho, sejam ao menos, minimizados.

Sabe-se que diante da quantidade de mulheres no mundo todo, há uma grande sub-representação referente a todos os tipos de posições políticas em todo o mundo, portanto, buscou-se também contribuir trazendo a reflexão a imprescindibilidade de mudanças que ainda são necessárias de serem feitas, os desafios que apesar de enfrentados, poderiam ser reduzidos e também as conquistas que podem ser cada vez maiores caso alguns costumes e valores que não valorizam a mulher sejam alterados considerando o novo contexto do país e a necessidade de uma maior diversidade de pensamentos bem como o que fora exposto em um dos objetivos de desenvolvimento do milênio desenvolvido pela ONU que destaca que a igualdade de gênero deve agregar-se às discussões em qualquer tipo de organização pois, é preciso acabar-se com todas as possíveis formas de discriminação contra mulheres para que seja possível garantir-se a igualdade de oportunidades para mulheres de forma que sua participação seja plena e efetiva em todas as esferas mas principalmente no que tange à liderança, tomada de decisão e vida política, econômica e pública (ONU, 2000, 2016).

Nesta pesquisa a constituição identitária das mulheres que atuam na política, diante de seus respectivos processos de identificação, as constitui como mulheres que lutam pelos direitos que acreditam que ainda precisam ser conquistados, mulheres mães que além do cuidado que possuem com seus próprios filhos e família, desenvolvem um cuidado com a nação e sociedade que representam. Tratam-se de mulheres que militam nas causas voltadas às próprias mulheres,

que militam em prol da família, em prol da saúde, da arte, da igualdade e da consciência de que mesmo diante de tantos desafios há a necessidade de empenhar-se no cenário político pois, conforme ressaltado por Buonicore (2009) foi por conta de batalhas enfrentadas por mulheres no passado que hoje as mulheres possuem o direito de votar e fazerem efetivamente parte da sociedade, desempenhando seus papeis de cidadãs. São mulheres que lutam para um país melhor e igualitário, na esperança de que por meio de suas atuações e exemplo, novas ideias sejam discutidas, novos pontos de vista sejam incluídos em pauta e que no futuro mais mulheres possam atuar nesse ambiente organizacional de forma que as decisões que concernem à bens públicos e população em geral não sejam enviesadas e sim, levem em consideração o contínuo aprimoramento.

Após expor as contribuições da presente dissertação, apresenta-se as sugestões para pesquisas futuras.

5.2 SUGESTÕES PARA PESQUISAS FUTURAS

Com a realização desta pesquisa, verificou-se que existe a necessidade de colocar-se ainda mais em evidência os estudos referentes à identidade. Sabendo-se da influência que a identidade e seus constituintes possuem para um indivíduo, destaca-se que consequentemente, aspectos voltados a ela podem interferir diretamente no funcionamento de uma organização. Sendo assim, novas pesquisas podem ser feitas com a finalidade de verificar como a identidade influencia o interesse ou não de pessoas em se inserirem e permanecerem em contextos organizacionais diferenciados.

Ressalta-se aqui também que dentro da área de administração e estudos organizacionais tem-se os mais diversos tipos de organizações, portanto, destaca-se também a necessidade de aprofundar e ampliar estudos que envolvam organizações não convencionais, como é o caso da política, organizações políticas e organizações públicas.

Outra sugestão volta-se também à necessidade de ampliar-se o escopo na área de administração e estudos organizacionais acerca da mulher inserida em contextos organizacionais predominantemente masculinos e, também, ampliar-se estudos que tratem da atuação de mulheres na política juntamente à aspectos subjetivos resultantes dessa inserção, como por exemplo, suas emoções durante a trajetória de inserção e atuação.

Além disso, sugere-se também investigar como a cultura organizacional e a cultura de um país interferem na constituição identitária de mulheres nos contextos citados e, acredita-se que esses estudos possam contribuir na disseminação das temáticas voltadas à mulher,

organizações não convencionais bem como de aspectos subjetivos presentes no cotidiano de organizações, como por exemplo, a identidade, gerando avanços nas pesquisas brasileiras e estimulando debates na comunidade acadêmica acerca de temáticas que vem sendo cada vez mais destacadas perante a sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

ABREU, Z. Luta das mulheres pelo direito de voto: movimentos sufragistas na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. **ARQUIPÉLAGO-Revista da Universidade dos Açores**, p. 443-469, 2002.

AGUILAR, R.; CUNOW, S.; DESPOSATO, Scott. Choice sets, gender, and candidate choice in Brazil. **Electoral Studies**, v. 39, p. 230-242, 2015.

ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. Organizational identity. **Research in organizational behavior**, 1985.

ALBERT, S.; ASHFORTH, B.E.; DUTTON, J.E. Organizational identity and identification: Charting new waters and building new bridges. **Academy of management review**, v. 25, n. 1, p. 13-17, 2000.

ANDREONI, J.; VESTERLUND, L. Which is the fair sex? Gender differences in altruism. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 116, n. 1, p. 293-312, 2001.

BARBER, M. et al. Gender Inequalities in Campaign Finance. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 11, n. 2, p. 219-48, 2016.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2011.

BARNES, T.D.; BEAULIEU, E. Gender stereotypes and corruption: How candidates affect perceptions of election fraud. **Politics & Gender**, v. 10, n. 3, p. 365-391, 2014.

BARNES, T.D.; BEAULIEU, E. Women politicians, institutions, and perceptions of corruption. **Comparative Political Studies**, v. 52, n. 1, p. 134-167, 2019.

BAUER, N. M. Emotional, Sensitive, and Unfit for Office? Gender Stereotype Activation and Support Female Candidates. **Political Psychology**, [s.l.], v. 36, n. 6, p.691-708, 8 abr. 2014. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/pops.12186.

BAUER, N.M. Shifting standards: How voters evaluate the qualifications of female and male candidates. **The Journal of Politics**, v. 82, n. 1, p. 000-000, 2020.

BAUMAN, Z. **Identidade:** Entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BEAMAN, L. et al. Powerful Women: Does Exposure Reduce Bias?. **Quarterly Journal Of Economics**, [s.l.], v. 124, n. 4, p.1497-1540, nov. 2009. Oxford University Press (OUP). http://dx.doi.org/10.1162/qjec.2009.124.4.1497.

BERGER, P.; LUCKMANN, T.**A Construção Social da Realidade: Tratado de Sociologia do Conhecimento**, Petrópolis, Editora Vozes, 1998.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**.23.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BHALOTRA, S.; CLOTS-FIGUERAS, I. Health and the Political Agency of Women. **American Economic Journal: Economic Policy**, [s.i], v. 6, n. 2, p.164-197, maio 2014.

BIROLI, F. Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política. **Revista crítica de ciências sociais**, n. 90, p. 45-69, 2010.

BLACKMAN, A.D.; JACKSON, M. Gender Stereotypes, Political Leadership, and Voting Behavior in Tunisia. **Political Behavior**, p. 1-30, 2019.

BRASIL. Lei nº 9504, de 30 de agosto de 1997. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9504.htm>. Acesso em: 06 jul. 2018.

BRASIL. DataSenado. Mulheres na política. 2014. Brasília, Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>. Acesso em: 28 jan 2019.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O que é política?**. Brasília: Ministério Público Federal, 2018. Disponível em: http://www.turminha.mpf.mp.br/eleicoes/o-que-e-politica-1. Acesso em: 24 nov. 2018.

BRASIL, F.P.D.; REIS, G.G. Democracia, participação e inclusão política: um estudo sobre as conferências de políticas para as mulheres de Belo Horizonte. 2015.

BRINKMANN, S. The Interview. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. **The Sage handbook of qualitative research.** 5. ed. New York: Sage, 2018. Cap. 26. p. 577-599.

BROLLO, F.; TROIANO, U. What happens when a woman wins an election? Evidence from close races in Brazil. **Journal Of Development Economics**, [s.l.], v. 122, p.28-45, set. 2016. Elsevier BV.

BROWN, E.R. et al. Ain't She a Woman? How Warmth and Competence Stereotypes about Women and Female Politicians Contribute to the Warmth and Competence Traits Ascribed to Individual Female Politicians. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 18, n. 1, p. 105-125, 2018.

BUONICORE, A. As mulheres e os direitos políticos no Brasil. **NAZARIO, Diva Nolf. Voto feminino & feminismo. São Paulo: Imprensa Oficial**, 2009.

BURRELL, G.; MORGAN, G. **Sociological paradigms and organizational analysis**. Aldershot: Ashgate Publishing Limited., 1998.

CAJADO, A.F.R. et al. Eleições no Brasil: uma história de 500 anos. 2014.

CALDAS, M.P.; WOOD Jr., T. Identidade organizacional. **Revista de Administração de Empresas**, v. 37, n. 1, p. 6-17, 1997.

CALDAS, M. P.; JUNIOR, T.W. **Transformação e realidade organizacional: uma perspectiva brasileira**. Editora Atlas, 1999.

CAMINOTTI, M.; PISCOPO, J.M. Neither Penalised nor Prized: Feminist Legislators, Women's Representation, and Career Paths in Argentina. **Journal of Politics in Latin America**, v. 11, n. 2, p. 181-203, 2019.

CAMPOS, L.F. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. **Revista Direito e Práxis**, v. 10, n. 1, p. 593-629, 2019.

CARPINELLA, C.M. et al. The gendered face of partisan politics: Consequences of facial sex typicality for vote choice. **Political Communication**, v. 33, n. 1, p. 21-38, 2016.

CARRERAS, M. Why no gender gap in electoral participation? A civic duty explanation. **Electoral Studies**, v. 52, p. 36-45, 2018.

CARRIERI, A. P. A opção teórico-metodológica para pesquisas sobre culturas nas organizações. In: CARRIERI, A. P. et al. **Cultura nas organizações:** uma abordagem contemporânea. Curitiba: Juruá, 2008.

CARSON, A.; RUPPANNER, L.; LEWIS, J.M. Race to the top: using experiments to understand gender bias towards female politicians. **Australian Journal of Political Science**, p. 1-17, 2019.

CASTELLS, M. O poder da identidade (vol. II). **São Paulo, Paz e Terra**, 1999.

CASTELLS, M. **The power of identity**: The information age: Economy, society and culture. New Jersey: Blackwell Publishing, 2003.

CASTELLS, M. **A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura. O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

CHATTOPADHYAY, R.; DUFLO, E. Women as policy makers: Evidence from a randomized policy experiment in India. **Econometrica**, v. 72, n. 5, p. 1409-1443, 2004.

CHASE, S.E. Narrative Inquiry –Multiple Lenses, Approaches, Voices. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Orgs). **Collecting and Interpreting Qualitative Materials**. Los Angeles: Sage Publications, 2008.

CHIKAIPA, V. Caring Mother or Weak Politician? A Semiotic Analysis of Editorial Cartoon Representations of President Joyce Banda in Malawian Newspapers. **Critical Arts**, p. 1-15, 2019.

CIA. **The world factbook.** 2017. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/rankorder/2119rank.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.

CIAMPA, A. da C. Identidade. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia Social:** O homem em movimento. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. p. 58-75.

COOPER, D. R.; SCHINDLER, P. S. **Métodos de pesquisa em Administração**. 7 ed. Porto Alegre: Bookman, 2003.

CORREA, M. V. P.; LOURENÇO, M. L. A constituição da identidade dos professores de pós-graduação stricto sensu em duas instituições de ensino superior: um estudo baseado nas relações de poder e papéis em organizações . **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 4, p. 858-871, 2016.

COSTA, M.; SCHAFFNER, B.F. How Gender Conditions the Way Citizens Evaluate and Engage with Their Representatives. **Political Research Quarterly**, v. 71, n. 1, p. 46-58, 2018.

COUTINHO, M.L.R.; COUTINHO, R.R. Mulheres brasileiras em posições de liderança: novas perspectivas para antigos desafios. **Economia Global e Gestão**, v. 16, n. 1, p. 61-79, 2011.

CRAIG, S.C.; RIPPERE, P.S. He said, she said: The impact of candidate gender in negative campaigns. **Politics & Gender**, v. 12, n. 2, p. 391-414, 2016.

CRESWELL, J.W. **Projeto de pesquisa : métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design**: qualitative, quantitative and mixed methods. 5 th. Sage, 2018.

CRISTO-ANDRADE, S.; MONTE-MOR, D.S. O que Pensam Mulheres Brasileiras e Estadunidenses sobre o Candidato Político?. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 8, n. 1, 2019.

DEBSKI, J. et al. Gender and corruption: The neglected role of culture. **European Journal Of Political Economy**, [s.l.], v. 55, p.526-537, dez. 2018. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.ejpoleco.2018.05.002.

DENZIN, N.K. **Interpretive biography.** Newbury Park: SAGE Publications, Inc, 1989.

DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. **The Sage handbook of qualitative research**. Sage Publications Ltd, 2005.

DODO, O.; MPOFU, B. Female Political Youth Activism. A Study of the Motivation in Seke. **Partecipazione e conflitto**, v. 12, n. 3, p. 919-940, 2019.

DOLLAR, D.; FISMAN, R.; GATTI, R. Are women really the "fairer" sex? Corruption and women in government. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 46, n. 4, p. 423-429, 2001.

DUBAR, C. **A socialização:** Construção das identidades sociais e profissionais. São Paulo: M. Fontes, 2005.

EAGLY, A.H.; KARAU, S.J. Role congruity theory of prejudice toward female leaders. **Psychological review**, v. 109, n. 3, p. 573, 2002.

ECKEL, C.C.; GROSSMAN, P.J. Differences in the economic decisions of men and women: Experimental evidence. **Handbook of experimental economics results**, v. 1, p. 509-519, 2008.

EDLUND, L.; PANDE, R. Why have women become left-wing? The political gender gap and the decline in marriage. **The Quarterly Journal of Economics**, v. 117, n. 3, p. 917-961, 2002.

EJAZ, K. Good manners and high heels: newspaper coverage of South Carolina's first female governor. **Journal of Gender Studies**, v. 27, n. 7, p. 802-814, 2018.

ENNSER-JEDENASTIK, L. Campaigning on the welfare state: The impact of gender and gender diversity. **Journal of European social policy**, v. 27, n. 3, p. 215-228, 2017.

ETTE, M. Where are the women? Evaluating visibility of Nigerian female politicians in news media space. **Gender, Place & Culture**, v. 24, n. 10, p. 1480-1497, 2017.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

FARRANHA, A.C. Equidade e política pública: anotações para uma metodologia de avaliação. **Revista Interdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, 2014.

FERNANDES, M. E. R.; MARQUES, A. L.; CARRIERI, A.D.P. Elementos para a compreensão dos estudos de identidade em teoria organizacional. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 29-62.

FERNANDES, C.; LOURENÇO, M.L.L; FROHLICH, S.; KAI, F.O. Women in politics: Emotions and challenges in complex institutional dynamics. **Working paper.**

FREITAS, M.E. de. **Cultura Organizacional:** Identidade, Sedução e Carisma. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Fgv, 2005.

FREITAS, M.E. de. Identidade e identidades: Somos o branco e o arco-íris. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 11-14.

FUNK, M.E.; COKER, C.R. She's hot, for a politician: The impact of objectifying commentary on perceived credibility of female candidates. **Communication Studies**, v. 67, n. 4, p. 455-473, 2016.

GERHARDT, T.E.; SILVEIRA, D.T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Plageder, 2009.

GEYS, B.; MAUSE, K. Are female legislators different? Exploring sex differences in German MPs' outside interests. **Parliamentary Affairs**, v. 67, n. 4, p. 841-865, 2012.

GEYS, B.; SØRENSEN, R.J. The impact of women above the political glass ceiling: Evidence from a Norwegian executive gender quota reform. **Electoral Studies**, p. 102050, 2019.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**: coleção pesquisa qualitativa. Bookman Editora, 2009. 198p.

GIOIA, D. A. From individual to organizational identity. **Identity in organizations: Building theory through conversations**, v. 11, p. 17-31, 1998.

GODOY, A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. **Revista de Administração de Empresas**, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995.

GÓRECKI, M.A.; KUKOŁOWICZ, P. Gender quotas, candidate background and the election of women: A paradox of gender quotas in open-list proportional representation systems. **Electoral Studies**, [s.l.], v. 36, p.65-80, dez. 2014. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.electstud.2014.06.009.

GRANT, I. et al. Historic sex-ratio imbalances predict female participation in the market for politicians. **Journal Of Economic Behavior & Organization**, [s.l.], v. 156, p.144-165, dez. 2018. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.jebo.2018.10.003.

GREBELSKY-LICHTMAN, T.; BDOLACH, L. Talk like a man, walk like a woman: an advanced political communication framework for female politicians. **The Journal of Legislative Studies**, v. 23, n. 3, p. 275-300, 2017.

HARALDSSON, A.; WÄNGNERUD, L. The effect of media sexism on women's political ambition: evidence from a worldwide study. **Feminist Media Studies**, v. 19, n. 4, p. 525-541, 2019.

HARP, D.; LOKE, J.; BACHMANN, I. Hillary Clinton's Benghazi hearing coverage: Political competence, authenticity, and the persistence of the double bind. **Women's Studies in Communication**, v. 39, n. 2, p. 193-210, 2016.

HATCH, M.J.; SCHULTZ, M. Relations between organizational culture, identity and image. **European Journal of marketing**, v. 31, n. 5/6, p. 356-365, 1997.

HATCH, M.J.; YANOW, D. Organization theory as an interpretive science. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Eds). **The oxford handbook of organization theory**. England: Oxford University Press, 2005, p. 63-87.

HAYES, D.; LAWLESS, J.L.; BAITINGER, G. Who cares what they wear? Media, gender, and the influence of candidate appearance. **Social Science Quarterly**, v. 95, n. 5, p. 1194-1212, 2014.

HENDERSON, P.A.; DE ARAÚJO FERREIRA, M.A.; DUTRA, J. S. As barreiras para a ascensão da mulher a posições hierárquicas: um estudo sob a óptica da gestão da diversidade no Brasil. **Revista de Administração da UFSM**, v. 9, n. 3, p. 488-505, 2016.

HICKS, D.L.; HICKS, J.H.; MALDONADO, B. Are female politicians more responsive to international crises? **Applied Economics Letters**, v. 22, n. 6, p. 493-498, 2015.

HOMOLA, J. Are parties equally responsive to women and men?. **British Journal of Political Science**, v. 49, n. 3, p. 957-975, 2019.

HSIEH, H.; SHANNON, S.E. Three Approaches to Qualitative Content Analysis. **Qualitative Health Research**, [s.l.], v. 15, n. 9, p.1277-1288, nov. 2005. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/1049732305276687.

HUDDE, A.; FRIEDRICH, C. Having power, having babies? Fertility patterns among German elite politicians. **ZfF–Zeitschrift für Familienforschung/Journal of Family Research**, v. 31, n. 1, 2019.

HUDDY, L.; TERKILDSEN, N. The consequences of gender stereotypes for women candidates at different levels and types of office. **Political Research Quarterly**, v. 46, n. 3, p. 503-525, 1993.

IBGE. **Quantidade de homens e mulheres.** 2017. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18320-quantidade-de-homens-e-mulheres.html>. Acesso em: 28 jan. 2019.

IDEA. **Gender quotas database.** 2018. Disponível em: <https://www.idea.int/data-tools/data/gender-quotas/database>. Acesso em: 26 jan. 2019.

JACQUES, M.G. Identidade. In: STREY, Marlene Neves et al. **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis: Vozes, 2013.

JOHNS, R.; SHEPHARD, M. Gender, candidate image and electoral preference. **The British Journal of Politics & International Relations**, v. 9, n. 3, p. 434-460, 2007.

JOO, H.H.; LEE, J. Encountering female politicians. **Journal of Economic Behavior & Organization**, v. 151, p. 88-122, 2018.

KARAWEJCZYK, M. As filhas de Eva querem votar: dos primórdios da questão à conquista do sufrágio feminino no Brasil (c. 1850-1932). 2013.

KÄRREMAN, D.; ALVESSON, M. Cages in tandem: Management control, social identity, and identification in a knowledge-intensive firm. **Organization**, v. 11, n. 1, p. 149-175, 2004.

KATZ, D.; KAHN, R. L. **Psicologia Social das Organizações**. 2a ed. São Paulo: Atals, 1974.

KODILA-TEDIKA, O.; ASONGU, S.A. Women in power and power of women: the Liberian experience. **International Feminist Journal of Politics**, v. 19, n. 1, p. 86-101, 2017.

KOENIG, A.M. et al. Are leader stereotypes masculine? A meta-analysis of three research paradigms. **Psychological Bulletin**, [s.l.], v. 137, n. 4, p.616-642, 2011. American Psychological Association (APA). http://dx.doi.org/10.1037/a0023557.

KOSIARA-PEDERSEN, K.; HANSEN, K.M. Gender differences in assessments of party leaders. **Scandinavian Political Studies**, v. 38, n. 1, p. 26-48, 2015.

KROMER, M.; PARRY, J.A. The Clinton Effect? The (Non) Impact of a High-Profile Candidate on Gender Stereotypes. **Social Science Quarterly**, 2019.

KUMAR, R. **Research methodology**: a step by step guide for beguinners. 3 ed. London: SAGE, 2005.

LADAM, C.; HARDEN, J.J.; WINDETT, J.H. Prominent Role Models: High-Profile Female Politicians and the Emergence of Women as Candidates for Public Office. **American Journal of Political Science**, v. 62, n. 2, p. 369-381, 2018.

LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. **Vocabulário da psicanálise**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

LEE, J.Y. Gender, Electoral Competition, and Sanitation in India. **Comparative Politics**, v. 50, n. 4, p. 587-605, 2018.

LEE, Y.I. From first daughter to first lady to first woman president: Park Geun-Hye's path to the South Korean presidency. **Feminist Media Studies**, v. 17, n. 3, p. 377-391, 2017.

LEI, R.F.; BODENHAUSEN, G.V. Economic Anxieties Undermine Support for Female (but Not Male) Political Candidates. **Analyses of Social Issues and Public Policy**, v. 18, n. 1, p. 244-264, 2018.

LOURENÇO, M. L.; DARIO, V. C.; ROGGE, J. F. N. A História de Nice: Um Caso de Amor, Idealização e Identificação em Organizações . **Revista Alcance**, v. 24, n. 3, p. 350-362, 2017.

LOURENÇO, M. L.; VOGT, S. CORREA, M. V. P. Identidade em organizações: produção científica no Brasil no período de 2004-2013. Revista Cesumar Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, v. 19, n. 2, p. 463-486, jul./dez. 2014.

LÜCHMANN, L.H.H.; ALMEIDA, C.C.R. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p.86-94, jan. 2010. Semestral.

LÜNENBORG, M.; MAIER, T. 'Power Politician'or 'Fighting Bureaucrat': gender and power in German political coverage. **Media, Culture & Society**, v. 37, n. 2, p. 180-196, 2015.

MACEDO, L. S. R. de; SILVEIRA, A. da C. Self: um conceito em desenvolvimento. **Paidéia**, v. 22, n. 52, 2012.

MACHADO, H.V. A identidade e o contexto organizacional: perspectivas de análise. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 7, n. SPE, p. 51-73, 2003.

MACHADO-DA-SILVA, C.L.; NOGUEIRA, E. E. Identidade organizacional: um caso de manutenção, outro de mudança. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 5, n. SPE, p. 35-58, 2001.

MACHADO, H.V.; KOPITTKE, B. A identidade no contexto organizacional: perspectivas múltiplas de estudo. **Encontro de estudos organizacionais**, v. 2, 2002.

MAIER, J.; RENNER, A.M. When a Man Meets a Woman: Comparing the Use of Negativity of Male Candidates in Single-and Mixed-Gender Televised Debates. **Political Communication**, v. 35, n. 3, p. 433-449, 2018.

MANDELL, H. She Legislates, He Scandalizes: Reenvisioning the Impact of Political Sex Scandals on Assemblywomen in New York. **Journal of Feminist Scholarship**, v. 9, n. 9, p. 4, 2015.

MARSH, D.; FURLONG, P. A skin not a sweater: Ontology and epistemology in political science. **Theory and methods in political science**, v. 2, p. 17-41, 2002.

MATTOS, A.N.de. **TRÊS NÍVEIS DE GOVERNO: O QUE FAZ O FEDERAL, O ESTADUAL E O MUNICIPAL?**2017. Disponível em: <https://www.politize.com.br/niveis-de-governo-federal-estadual-municipal/>. Acesso em: 30 jul. 2019.

MELUSKY, B. Gender and Fiscal Gridlock in the American States. **Journal of Women, Politics & Policy**, p. 1-29, 2019.

MERRIAM, S.B. **Qualitative Research**: A guide to design and implementation: Revised and expanded from qualitative research and case study applications in education. San Franscisco: Jossey-Bass, 2009.

MORGAN, G. Paradigms, metaphors, and puzzle solving in organization theory. **Administrative science quarterly**, p. 605-622, 1980.

MORGAN, G. A criação da realidade social: as organizações vistas como culturas. In: MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo: Atlas, 2007. p. 115-144.

MOTA, F.F.; BIROLI, F. O gênero na política: a construção do "feminino" nas eleições presidenciais de 2010. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 197-231, 2014.

MUN, S. "Femininity without Feminism": Korea's First Woman President and Her Political Leadership. **Asian Journal of Social Science**, v. 43, n. 3, p. 249-272, 2015.

NAIR, N.; GOOD, D.C.; MURRELL, A.J. Microaggression experiences of different marginalized identities. **Equality, Diversity and Inclusion: An International Journal**, 2019.

NASCIMENTO, T. C. *et al*. Pesquisa Histórica. In: TAKAHASHI, A. R. W. (Ed.). **Pesquisa Qualitativa em Administração: Fundamentos, Métodos e Usos no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2013. p. 259–306.

NANES, S. "The Quota Encouraged Me to Run" Evaluating Jordan's Municipal Quota for Women. **Journal of Middle East Women's Studies**, v. 11, n. 3, p. 261-282, 2015.

NEE, R.C.; DE MAIO, M. A 'Presidential Look'? An Analysis of Gender Framing in 2016 Persuasive Memes of Hillary Clinton. **Journal of Broadcasting & Electronic Media**, v. 63, n. 2, p. 304-321, 2019.

NG, E.; MUNTANER, C. The effect of women in government on population health: An ecological analysis among Canadian provinces, 1976–2009. **Ssm - Population Health**, [s.l.], v. 6, p.141-148, dez. 2018. Elsevier BV. http://dx.doi.org/10.1016/j.ssmph.2018.08.003.

NOWNES, A.J.; FREEMAN, P.K. Gender-Based Differences in Information Use and Processing among State Legislators. **Journal of Women, Politics & Policy**, p. 1-25, 2019.

OH, K.J. Women's political participation in South Korea and activist organizations. **Asian Journal of Women's Studies**, v. 22, n. 3, p. 338-345, 2016.

O'NEILL, D.; SAVIGNY, H.; CANN, V. Women politicians in the UK press: not seen and not heard?. **Feminist Media Studies**, v. 16, n. 2, p. 293-307, 2016.

ONU. **Objetivo 5.** 2000. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/ods5/>. Acesso em: 05 jul. 2018

ONU. 2016. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/cartilha_ONU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2018.

ONU. **População mundial atingiu 7,6 bilhões de habitantes.** 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/populacao-mundial/>. Acesso em: 28 jan. 2019.

PAIVA, K.C.M.de; MELO, M.C. de O. L. Refletindo sobre identidades em duas organizações de terceiro setor. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 87-106.

PANKE, L.; IASULAITIS, S. Mulheres no poder: aspectos sobre o discurso feminino nas campanhas eleitorais. **Opinião Pública**, v. 22, n. 2, p. 385-417, 2016.

PARKA, S.Y.; BAEK, Y.M. Citizens' Ambivalence toward Female Politicians: Why Ambivalence Matters for Gender Equality in a Democracy. **Journal of Women, Politics & Policy**, p. 1-21, 2019.

PINO, F. *et al.* Is there gender bias among voters? evidence from the chilean congressional elections. In: **Working Paper**. 2011.

PIPPERT, A. H.; COMER, John. Female empowerment: The influence of women representing women. **Women & Politics**, v. 19, n. 4, p. 53-66, 1998.

PINTO, C.R.J. Uma mulher" recatada": a deputada Suely de Oliveira (1950-1974). **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 15, n. 29, p. 565-587, 2014.

POWLEY, E. Rwanda: The impact of women legislators on policy outcomes affecting children and families. **op. cit**, p. 8, 2007.

PRÁ, J.R. Mulheres, direitos políticos, gênero e feminismo. **Cadernos Pagu**, n. 43, p. 169-196, 2014.

PRIHATINI, E.S. Indonesian young voters: Political knowledge and electing women into parliament. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2018. p. 46-52.

PRIHATINI, E.S. Women's views and experiences of accessing National Parliament: Evidence from Indonesia. In: **Women's Studies International Forum**. Pergamon, 2019. p. 84-90.

QUEIROZ, M.I.P.de**. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

RECALDE, L.; BAQUERIZO, G.; ZUNINO, E. Women in Politics and Their Presence in Twitter: Argentina as a Case Study. In: **2019 Sixth International Conference on eDemocracy & eGovernment (ICEDEG)**. IEEE, 2019. p. 236-241.

RENNER, A.M.; MASCH, L. Emotional woman–rational man? Gender stereotypical emotional expressivity of German politicians in news broadcasts. **Communications**, v. 44, n. 1, p. 81-103, 2019.

REVELEY, S. Becoming mum: exploring the emergence and Formulation of a mother's identity during the transition into motherhood. In: **Childbearing and the Changing Nature of Parenthood: The Contexts, Actors, and Experiences of Having Children**. Emerald Publishing Limited, 2019.

REYES-HOUSHOLDER, C. Women Mobilizing Women: Candidates' Strategies for Winning the Presidency. **Journal of Politics in Latin America**, v. 10, n. 1, p. 69-97, 2018.

REZENDE, D.L. Desafios à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados. **Estudos Feministas**, v. 25, n. 3, p. 1199-1217, 2017.

RHEAULT, L.; RAYMENT, E.; MUSULAN, A. Politicians in the line of fire: Incivility and the treatment of women on social media. **Research & Politics**, v. 6, n. 1, p. 2053168018816228, 2019.

RICHARDSON, R.J. **Pesquisa social:** métodos e técnicas. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C.L. Between altruism and familism: women's parliamentary agenda and family-labor policies (Brazil, 2003-2013). **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 18, p. 119-146, 2015.

SABINO, M.J.C.; LIMA, P.V.P.S. Igualdade de gênero no exercício do poder. **Revista Estudos Feministas**, v. 23, n. 3, p. 713-734, 2015.

SANBONMATSU, K. Gender stereotypes and vote choice. **american Journal of political Science**, p. 20-34, 2002.

SANTANA, G. **A separação dos três poderes.** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/separacao-dos-tres-poderes-executivo-legislativo-e-judiciario/>. Acesso em: 16 dez. 2019.

SALDAÑA, J. **The coding manual for qualitative researches**. 3 ed. Sage, 2016.

SANGHVI, M.; HODGES, N. Marketing the female politician: an exploration of gender and appearance. **Journal of Marketing Management**, v. 31, n. 15-16, p. 1676-1694, 2015.

SARAIVA, L.A.S. et al. Identidade nas organizações: Uma questão polêmica em curso. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 183-186.

SARAIVA, L.A.S.; DUARTE, A.C.O. Dimensões da identidade em duas organizações de terceiro Setor. In: CARRIERI, Alexandre de Pádua et al. **Identidade nas Organizações.** Curitiba: Juruá, 2010. p. 107-124.

SCHERER, A.G. Modes of explanation in organization theory. In: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. **The Oxford handbook of organization theory.** England: Oxford University Press. p. 310-344, 2003.

SCHULZ, R.M.; MORITZ, M.L.R.F. Mulheres vitoriosas na política: estudo comparativo entre as candidaturas ao cargo de deputado estadual no RS em 2010. **Sociologias. Porto Alegre, RS. Vol. 17, n. 39 (maio/ago. 2015), f. 370-402**, 2015.

SCHULER, P. Female autocrats as role models? The effect of female leaders on political knowledge and engagement in Vietnam. **The Journal of Politics**, v. 81, n. 4, p. 1546-1550, 2019.

SCHNEIDER, M. C.; BOS, A.L. Measuring Stereotypes of Female Politicians. **Political Psychology**, [s.l.], v. 35, n. 2, p.245-266, 6 jun. 2013. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/pops.12040.

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Still supermadres? Gender and the policy priorities of Latin American legislators. **American Journal of Political Science**, v. 50, n. 3, p. 570-585, 2006

SCHWINDT-BAYER, Leslie A. Making quotas work: The effect of gender quota laws on the election of women. **Legislative studies quarterly**, v. 34, n. 1, p. 5-28, 2009.

SILBERMANN, R. et al. Gender roles, work-life balance, and running for office. **Quarterly Journal of Political Science**, v. 10, n. 2, p. 123-153, 2015.

SIMPSON, B.; CARROLL, B. Re-viewing `Role' in Processes of Identity Construction. **Organization**, [s.l.], v. 15, n. 1, p.29-50, jan. 2008. SAGE Publications. http://dx.doi.org/10.1177/1350508407084484.

SMIRCICH, L. Concepts of Culture and Organizational Analysis. **Administrative Science Quarterly**, v. 28, n. 3, p. 339–358, 1983.

SONG, F.; CADSBY, C.B.; MORRIS, T. Other-regarding behavior and behavioral forecasts: Females versus males as individuals and as group representatives. **International Journal of Conflict Management**, v. 15, n. 4, p. 340-363, 2004.

STADELMANN, D.; PORTMANN, M.; EICHENBERGER, Reiner. Politicians and Preferences of the Voter Majority: Does Gender Matter?. **Economics & Politics**, [s.l.], v. 26, n. 3, p.355-379, 15 abr. 2014. Wiley. http://dx.doi.org/10.1111/ecpo.12039.

STAKE, R.E. **The art of case study.** Sage, 1995**.**

STAKE, R.E. **Qualitative research**: studying how things work. London: The Gilford Press, 2010.

STRAUSS, A.L. **Espelhos e máscaras - A busca de identidade**. Edusp, 1999.

TOSI, M. **A conquista do direito ao voto feminino.** 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/conquista-do-direito-ao-voto-feminino/>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British Journal of Management**, v. 14, p. 207-222, 2003.

TSE. **Mais de 16 mil candidatos tiveram votação zerada nas Eleições 2016.** 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2016/Novembro/mais-de-16-mil-candidatos-tiveram-votacao-zerada-nas-eleicoes-2016>. Acesso em: 28 jan. 2019.

TSE. **Justiça Eleitoral desenvolve ações para ampliar a participação da mulher na política.** 2018. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/justica-eleitoral-desenvolve-acoes-para-ampliar-a-participacao-da-mulher-na-politica>. Acesso em: 05 dez. 2018.

TSE. **Mulheres representam 52% do eleitorado brasileiro.** 2018b. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Marco/mulheres-representam-52-do-eleitorado-brasileiro>. Acesso em: 26 jan. 2019.

TSUJI, Y. Explaining the Increase in Female Mayors: Gender-Segregated Employment and Pathways to Local Political Leadership. **Social Science Japan Journal**, v. 20, n. 1, p. 37-57, 2017.

UII – União Interparlamentar. **Women in national parliaments.** 2019. Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/classif.htm>. Acesso em: 10 jan. 2020.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203–220, 2014.

WÄNGNERUD, L. Women in parliaments: Descriptive and substantive representation. **Annual Review of Political Science**, v. 12, p. 51-69, 2009.

WEBER, M. **A política como vocação**. EdUnB, 2003.

WEIGERT, A. J. To be or not: Self and authenticity, identity and ambivalence. In: LAPSLEY, D. K.; POWER, F. C. (Eds.). **Self, ego, and identity**. New York: Springer, 1988. p. 263–281.

WOLBRECHT, C.; CAMPBELL, D.E. Role models revisited: youth, novelty, and the impact of female candidates. **Politics, Groups, and Identities**, v. 5, n. 3, p. 418-434, 2017.

YARCHI, M.; SAMUEL-AZRAN, T. Women politicians are more engaging: male versus female politicians' ability to generate users' engagement on social media during an election campaign. **Information, Communication & Society**, v. 21, n. 7, p. 978-995, 2018.

ZAKAR, R.; ZAKAR, M.Z.; HAMID, N.. Gender mainstreaming in politics: Perspective of female politicians from Pakistan. **Asian Journal of Women's Studies**, v. 24, n. 2, p. 224-245, 2018.

ŻEMOJTEL-PIOTROWSKA, M. et al. Corruption and sexual scandal: The importance of politician gender. **anales de psicología**, v. 33, n. 1, 2017.

ZULLI, D. The Changing Norms of Gendered News Coverage: Hillary Clinton in the New York Times, 1969–2016. **Politics & Gender**, v. 15, n. 3, p. 599-621, 2019.

APÊNDICE 1 – DECLARAÇÃO ANTI-PLÁGIO

Eu, Camilla Fernandes, portadora do documento de identidade nº 7112448 e CPF: 093.680.899-30, residente e domiciliado à Rua Dr. Jaime França, 185, bairro São Cristóvão, São José dos Pinhais, Paraná, declaro para todos os fins que a dissertação de mestrado intitulada: "LUGAR DE MULHER É NA POLÍTICA: Uma contribuição dos estudos organizacionais na dimensão da identidade de mulheres na política brasileira" é resultado da investigação que realizei e de minha integral autoria, a qual assumo inteira e total responsabilidade, sujeitando-me às penas da lei em caso de utilização de autoria ou palavras de outrem sem a devida identificação ou autorização.

Curitiba, fevereiro de 2020.

_____

Camilla Fernandes

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezada participante,

Você está sendo convidada a participar, como voluntária, de uma pesquisa conduzida pela estudante de mestrado em Administração (UFPR) Camilla Fernandes. Esta pesquisa tem como objetivo analisar como a mulher que se insere na política brasileira tem sua identidade constituída diante de seus desafios e conquistas.

Sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa, desistência ou retirada de consentimento não acarretará prejuízo. Além disso, a entrevista poderá ser interrompida a qualquer momento, caso seja de sua vontade.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder às perguntas feitas pela pesquisadora (Camilla) e adicionar informações que não lhe foram perguntadas, se considerar pertinente. A expectativa de duração da entrevista é de 40 a 60 minutos e será gravada em áudio, sendo que as gravações ficarão arquivadas com a pesquisadora com acesso restrito, e livre de identificação.

Os dados obtidos por meio desta entrevista serão confidenciais e não serão divulgados em nível individual, visando assegurar o sigilo de sua participação. A pesquisadora responsável se compromete a tornar públicos nos meios acadêmicos e científicos os resultados obtidos sem qualquer identificação de indivíduos.

Caso você concorde em participar desta pesquisa, assine ao final deste documento, que possui duas vias, sendo uma delas sua, e a outra, da pesquisadora responsável. Seguem os telefones e endereço institucional da pesquisadora.

Camilla Fernandes
Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Administração Geral e Aplicada, Programa de Pós-Graduação em Administração.
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632, 2º andar, Jardim Botânico. Curitiba-PR.
Telefone institucional: (41) 3360-4365.

Declaro que entendi os objetivos e benefícios de minha participação na pesquisa, e que concordo em participar.

_____, _____ de _____ de 2019.

Assinatura do (a) participante:

_____

Assinatura da pesquisadora:

_____

APÊNDICE 3 – ROTEIRO ENTREVISTA

CONTROLE DA ENTREVISTADORA
Entrevistada:_____
Data da entrevista:_____
Duração da entrevista:_____

DADOS DE CARACTERIZAÇÃO DO RESPONDENTE:
Idade: _____
Formação: _____
Primeiro mandado? _____
Formação acadêmica:
( ) 2º grau completo;
( ) Superior incompleto;
( )Superior completo;
( ) Especialização incompleta;
( ) Especialização completa;
( ) Mestrado;
( ) Doutorado;
( ) Outra (especifique) _____

PERGUNTAS:

Motivações

1) Conte-me um pouco sobre você.
2) Como iniciou-se sua trajetória no campo da política?
3) O que despertou seu interesse em se inserir nele?

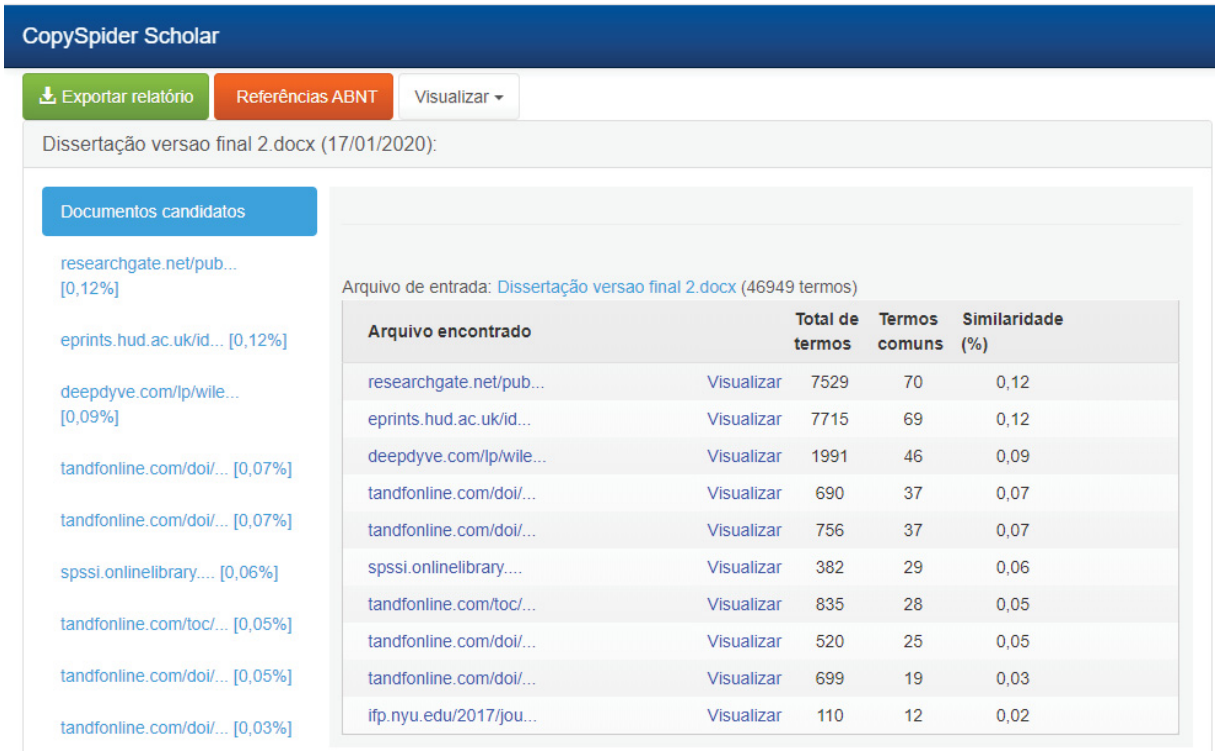
Desafios e conquistas
4) Desde sua inserção, quais os principais desafios e conquistas que você enfrentou dentro do ambiente político?

Constituição identitária & processo de identificação
5) Como você encarou o ponto de ter de mudar de carreira?
6) Você sente que há discriminação quanto ao fato de ser mulher nesse ambiente predominantemente feminino?
7) Você já sentiu que sofreu algum tipo de discriminação por ser mulher?
8) Você se identifica com o seu papel na política? Como você diria que a política faz parte de quem você é?
9) O que você considera como valores essenciais para trabalhar nesse campo?
10)Como você descreveria o ambiente político?
11) Como você se enxerga no ambiente político
12) Quais emoções mais se destacaram em seu cotidiano? (Angústias, medo, felicidade, tristeza...
13) Você considera que estas emoções afetam, ou influenciam a sua vontade de prosseguir na carreira política?
14) Essas emoções afetam quem você deseja ser? Ou abalam, interferem na sua identidade como mulher e como política?

15) O que ser mulher no ambiente político significa para você? Ou
16) Como você se percebe enquanto mulher no ambiente político?

ANEXO – RELATÓRIO DE ANÁLISE DE PLÁGIO

FIGURA 3: RELATÓRIO DO PROGRAMA ANTI-PLÁGIO COPY SPIDER



Fonte: Programa *Copy Spyder* (2020).

O relatório completo pode ser acessado através do link: https://scholar.copyspider.net/view/showStudyInCS3.php?&cfa=426af3006d06072083d060022f683211a9473055&changeLang=pt_br